

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Mestrado em História

Juliet Schuster

Retórica e representação: os lugares-comuns na caracterização do modo de fazer guerra  
de celtas e bretões do norte

Porto Alegre

2016

Juliet Schuster

Retórica e representação: os lugares-comuns na caracterização do modo de fazer guerra  
de celtas e bretões do norte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como requisito para obtenção do  
título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

Porto Alegre

2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Schuster, Juliet

Retórica e representação: os lugares-comuns na  
caracterização do modo de fazer guerra de celtas e  
bretões do norte / Juliet Schuster. -- 2016.  
150 f.

Orientador: Anderson Zalewski Vargas.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Celtas e bretões. 2. representação. 3. guerra.  
4. retórica. 5. História Antiga. I. Zalewski Vargas,  
Anderson, orient. II. Título.

The powerful urge to include all phenomena within a single unified theory - while ignoring the profound distinctions between the modes of questioning that resulted in the observation of those phenomena - is based upon the deep-rooted assumption that the universe we experience exists independently of our perceptions and ideas.

*B. Alan Wallace*

## RESUMO

As chamadas teorias pós-coloniais iniciaram, na década de 1980, uma revisão histórica que levou ao resgate da história de povos conquistados e ao questionamento de teorias estabelecidas, como é o caso da teoria de aculturação. A arqueologia, influenciada pelas revisões pós-coloniais, começou a reformular a história do Império Romano e das províncias a ele incorporadas, entre elas, e de especial interesse no presente trabalho, as províncias estabelecidas em territórios “celtas” e no norte da Grã-Bretanha. Além de questionamentos sobre a teoria de romanização, arqueólogos como Simon James constataram que estas populações possuíam culturas de base local, mostrando que os inúmeros povos rotulados como “celtas” pertenciam a tradições múltiplas e autônomas. No entanto, a cultura popular e inclusive alguns acadêmicos divulgam uma imagem consistente de uma “civilização celta”, habitante de regiões que iam da Espanha aos Balcãs e do norte da Itália às Ilhas Britânicas, para a qual eram as similaridades e não as diferenças que importavam. Mesmo tendo permanecido por muito tempo como um povo à parte, desde a década de 1950, os pictos (ou bretões do norte) também têm sido incluídos nesta grande civilização. Porém, embora autores gregos e romanos colocassem um grande número de povos continentais antigos sob um único rótulo – *celtas* -, o mesmo não é verdade com relação aos antigos habitantes das ilhas britânicas: para estes, os autores utilizavam o nome *bretões*, diferenciando-os dos bárbaros continentais. Ainda assim, iniciada no século XVII, a construção da história de uma civilização celta, à qual os bretões (habitantes da província romana, em um primeiro momento, e, mais tardiamente, também os bretões do norte) foram incluídos, encontra suporte nos autores clássicos: a similaridade das caracterizações de celtas, gálatas ou gauleses com as dos bretões é notável. De acordo com David Rankin, a cristalização da imagem destes bárbaros deve-se, em grande medida, ao sistema de educação retórico, o qual punha considerável ênfase no aprendizado de lugares-comuns. Seguindo o raciocínio de Rankin, o presente trabalho se propõe a analisar as descrições sobre o modo de fazer guerra de bretões do norte, comparando-as com aquelas dos povos chamados de celtas do continente europeu. Esta comparação se dá ainda à luz das considerações sobre o papel da influência da retórica na história, a *inventio*, as digressões etnográficas e os lugares-comuns – utilizando para esse fim, as indicações de antigos manuais retóricos. A definição de lugar-comum, um conceito chave para a análise, foi extraída do manual

*Da Invenção*, de Cícero. Além disso, essas caracterizações foram entendidas como representações, seguindo a teoria proposta pelo historiador Franklin Rudolf Ankersmit que define uma representação enquanto uma operação de três lugares.

PALAVRAS-CHAVE: Bretões do norte; celtas; guerra; história antiga; retórica; lugares-comuns; representação.

## ABSTRACT

The so-called postcolonial theories began a historical review, in the 1980s, which led to the rescue of the history of conquered peoples and to the questioning of established theories, such as the acculturation theory. Archaeology, influenced by postcolonial reviews, began to reformulate the history of the Roman Empire and of the provinces the Empire had incorporated. Among these provinces, and of particular interest in this study, the ones established in “Celtic” territories and in North Britain. In addition to questions about the Romanization theory, archaeologists as Simon James found that these people had locally based cultures, showing that countless people labeled as “Celtic” belonged to multiple and autonomous traditions. However, popular culture and even some academics disseminated a consistent image of a “Celtic civilization”, inhabitant of areas ranging from Spain to the Balkans and from Northern Italy to the British Isles, to which were the similarities, and not the differences, that mattered. Even having stayed long as a people apart, since the 1950s, the Picts (or North Britons) have also been included in this great civilization. But, although Greek and Roman authors placed a large number of ancient continental peoples under a single label - Celtic - the same is not true for the former inhabitants of the British Isles: for these, the authors used the name *Britons*, differentiating them from the continental barbarians. Still, started in the seventeenth century, the construction of the history of a Celtic civilization, in which the Britons (the inhabitants of the Roman province, first, and later also the Britons of the North) were included, is supported by the classic authors: the similarity between the the characterization of the Celts, Galatians or Gauls with that of the Britons is remarkable. Still, started in the seventeenth century, the construction of the history of a Celtic civilization, in which the Britons (inhabitants of the Roman province, at first, and later also the Britons of the North) were included, is supported by the classic authors: the similarity between the characterization of the Celts, Galatians or Gauls with that of the Britons is remarkable. According to David Rankin, the crystallization of the image of these “barbarians” is due largely to the rhetorical education system, which put considerable emphasis on commonplaces learning. Following Rankin’s argument, this study aims to analyze the descriptions about the North Britons’ way of making war, comparing it with that of the so-called Celtic people of Europe. This comparison is done with the support of considerations about the role of the influence of rhetoric in history,

the *inventio*, the ethnographic digressions and the commonplaces - using for this purpose, instructions given by ancient rhetorical manuals. The definition of commonplace, a key concept for the analysis was taken from Cicero's manual, *On Invention*. Moreover, these characterizations were understood as representations, following the theory proposed by the historian Franklin Rudolf Ankersmit, who defines a representation as a three places operation.

**KEYWORDS:** North Britons; Celts; war; ancient history; rhetoric; commonplaces; representation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 10
Quem são os pictos?.....	p. 11
Um povo “à parte”?.....	p. 12
Novos membros da “Civilização Celta”.....	p. 15
As fontes.....	p. 18
Educação Retórica.....	p. 20
Referenciais teórico-metodológicos.....	p. 22
Estrutura da dissertação.....	p. 24
1. OS “CELTAS”.....	p. 26
Quem foram os celtas?.....	p. 27
De conexões linguísticas a uma raça celta.....	p. 29
De raça a cultura, de cultura a etnicidade.....	p. 35
História alternativa.....	p. 39
Usos e abusos.....	p. 41
2. A HISTÓRIA, A RETÓRICA, A HISTÓRIA RETÓRICA E A REPRESENTAÇÃO.....	p. 46
De método a gênero literário.....	p. 47
Verdade e ficção.....	p. 52
<i>Inventio</i> e história.....	p. 56
Digressões.....	p. 60
Os lugares-comuns.....	p. 62
A representação como operação de três lugares.....	p. 65
Representação e retórica.....	p. 72

3. BARULHO, CONFUSÃO E INSTABILIDADE: A GUERRA ENTRE OS BRETÕES DO NORTE.....	p. 76
<i>Ut barbaris moris</i> .....	p. 76
<i>Fremitu cantuque et clamoribus dissonis: o barulho</i> .....	p. 79
<i>Ira magis quam consilio: desordem e confusão</i> .....	p. 88
<i>Tà dè syllogísámenoi tén te galatikén athesían: a inconstância</i> .....	p. 111
A representação de gauleses e bretões do norte como lugar-comum.....	p. 122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 134
BIBLIOGRAFIA.....	p. 137
APÊNDICE A – Tabela informativa.....	p. 146
APÊNDICE B – Tabela de referências.....	p. 148

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, as chamadas teorias pós-coloniais têm tentado resgatar a história de povos que haviam sido subjugados por outros, mostrando que não houve uma simples aculturação como postulavam as teorias tradicionais, pois a gama de respostas ao contato colonial foi vasta e complexa. No âmbito da história do Império Romano e das províncias a ele incorporadas, a teoria da romanização, há muito vigente<sup>1</sup>, acabou por construir e consolidar a ideia de que os povos conquistados passavam por um processo de aculturação, incorporando a cultura do dominador, ao passo que perdiam totalmente a sua própria. Isso implicou na elaboração de modelos dicotômicos entre as culturas, nos quais houve uma supervalorização da cultura “civilizada” e, portanto, “superior” do conquistador *versus* a desvalorização da cultura “bárbara primitiva”. A aculturação, enfim, sugeria que a superioridade do conquistador advinha não só dos próprios mecanismos de imposição, mas pressupunha também que mesmo os subjugados veriam vantagem e superioridade no *status* da cultura romana e no seu progresso.<sup>2</sup>

A revisão dessas matrizes historiográficas acabou gerando um crescente interesse na história desses povos conquistados, entre eles, e de especial interesse na presente dissertação, os bretões do norte da Grã-Bretanha<sup>3</sup>, que mais tarde passam a ser conhecidos como *pictos*<sup>4</sup>. Porém, se para os bretões da província criou-se a ideia de que

---

<sup>1</sup> Sobre sua criação e desenvolvimento ver: MENDES, Norma Musco. Romanização: A historicidade de um conceito. In: CAMPOS, A. P. et al. (Org.). *Os Impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor & Cultura, 2008, p. 38-39.

<sup>2</sup> HINGLEY, Richard. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 33-35.

<sup>3</sup> Na língua inglesa utiliza-se o termo *Britain* para se referir a ilha britânica sem confundir com a conotação de unidade dos estados escocês, galês e inglês de *Grã-Bretanha*. Porém, no português não dispomos de termos adequados para tal diferenciação, sendo os dois termos *Britain* e *Great Britain* traduzidos como *Grã-Bretanha*. Talvez fosse adequado utilizar *Bretanha*, porém correríamos o risco de confusão com a Bretanha francesa.

<sup>4</sup> O interesse na história desses povos conquistados pelo Império Romano não se restringe à ilha em questão ou ao continente europeu, tendo mesmo despertado a atenção de alguns estudiosos de História Antiga no Brasil. Forte exemplo disso é a publicação, em 2010, do livro acima citado *O Imperialismo Romano: Novas perspectivas a partir da Bretanha* do professor do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, Richard Hingley. A publicação do livro, juntamente com o curso proferido pelo autor, é resultado de uma extensão universitária organizada pela UNICAMP. Há, além disso, o Simpósio Nacional e Internacional sobre celtas e germanos que, em seu último encontro na UFF em outubro de 2012, trouxe professores de renome internacional no assunto, como Wolfgang Meid da Universidade de Innsbruck, Áustria e Erzsébet Jerem da Academia Húngara de Ciências, entre outros, além do crescente número de pesquisadores nacionais sobre o tema. O mesmo grupo responsável pela realização do simpósio organiza ainda a revista *Brathair*, exclusiva para temas ligados ao mundo céltico e germânico (disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>. Acesso em: 30 de outubro de 2012).

a cultura romana “sufocou” a nativa, para os povos que ficaram para além do *limes* do Império atribuiu-se um processo de certa maneira inverso, mas que faz parte do mesmo fenômeno. Para os bretões setentrionais, que não foram conquistados por mais do que curtos períodos de tempo, cunhou-se uma aura de romance, pois ali estavam “*Os últimos homens livres*”<sup>5</sup> que lutaram em defesa de suas tradições contra o inimigo opressor.

## QUEM SÃO OS PICTOS?

Os pictos estão na origem de um reino pluriétnico constituído por volta do século VI da era corrente no território que corresponde mais ou menos à extensão do moderno Estado escocês (mais especificamente do centro em direção ao norte). No *Panegírico de Constâncio VIII*, do ano de 297 e.c.<sup>6</sup>, encontramos o primeiro registro histórico conhecido do termo *picto*, porém, o primeiro rei autointitulado *picto* só apareceu por volta do ano 550. Seguindo a teoria defendida pelo historiador James E. Fraser, é possível que os romanos tenham criado essa identidade para diferenciar esses povos, aos quais eles só conseguiram dominar por breves períodos, do restante dos habitantes da ilha.<sup>7</sup> Acredita-se inclusive que o termo *picto* venha do termo latino *picti*, que significa “os pintados”, já que as fontes falam que estes “bárbaros” pintavam e tatuavam seus corpos. Inicialmente, todos os habitantes da ilha britânica eram chamados de bretões pelos registros gregos e romanos, mas a partir do final do século III, aqueles

---

<sup>5</sup> “*The Last of the Free*” – título de um documentário e do capítulo de um livro do arqueólogo escocês Neil Oliver. Documentário: A HISTORY of Scotland – The Last of the Free. Directed and produced by: Sarah Barclay, et. al. London: BBC Worldwide Ltd, 2010, DVD, colour. Livro: OLIVER, Neil. *History of Scotland*. London: Orion Publishing Group Ltd, 2011. Esta frase é atribuída pelo historiador romano Tácito à um líder da confederação dos habitantes da Caledônia, proferida em um discurso de incitação à guerra antes do enfrentamento com os romanos (TÁCITO, *Agrícola*, 30-32).

<sup>6</sup> Obra de autoria anônima e de tom laudatório que tem como uma de suas finalidades a celebração dos feitos do imperador Constâncio Cloro, promovido a César em 293. Entre suas glórias, a recuperação da *Britannia* é tida como feito mais importante e ganha espaço considerável dentro da obra. Quanto à data, não há certeza, havendo estudiosos em desacordo entre alguns anos para mais ou para menos, porém, estas datas são as mais aceitas e são as utilizadas pelos autores que tomo como base: Ana Paula Franchi (FRANCHI, Ana Paula. O discurso panegirístico e a legitimação do poder no século IV d.C. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007, p. 99-108) e Nixon e Barbara S. Rodgers (NIXON, C. E. V. & RODGERS, Barbara Saylor. *In Praise of Later Roman Emperors: The Panegyrici Latini*. Introduction, translation and historical commentary, with Latin text of R. A. B. Mynors. Oxford: University of California Press, 1994).

<sup>7</sup> Seguindo a hipótese de que a identidade *picta* foi uma atribuição exógena, o surgimento de um rei *picto* pode ser explicado, ainda de acordo com Fraser, pelo fato de que muito tempo depois estes “*pictos*” teriam se inteirado sobre esse rótulo étnico que lhes era atribuído, e algum nobre, vendo vantagem nisso, teria trabalhado na construção dessa identidade. Ver: FRASER, James E. *From Caledonia to Pictland. Scotland to 795*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009, p. 43-54.

que habitavam o norte e estavam para além das fronteiras imperiais começaram a ser identificados por esse novo rótulo. Por centrar-se nos três primeiros séculos da nossa era, a terminologia privilegiada no presente estudo é *bretões*, e não *pictos*, e “do norte”, para diferenciá-los dos provincianos do sul.

De acordo com o geógrafo grego Ptolomeu, o norte era habitado por cerca de doze etnias ou agrupamentos diferentes na época da chegada dos romanos, constituindo o grupo mais famoso o dos caledônios. Destes últimos vem o nome que o historiador Tácito utilizou para designar o norte da Grã-Bretanha: Caledônia. O termo *caledônios* é, inclusive, empregado muitas vezes como sinônimo para “antepassados dos pictos”.

### UM POVO “À PARTE”?

Além da tese de Fraser, para quem a identidade picta foi construída com vistas a separar os súditos dos “outros”, ainda outros tópicos contribuem para fazer dos pictos um povo “à parte”. Entre eles, a “façanha” de terem resistido ao poderio militar do Império Romano, mais uma série de elementos que compõe o que Sally M. Foster chama de “enigma dos pictos”. Quanto ao primeiro, em um artigo de 1988, o arqueólogo britânico David Breeze expôs os possíveis motivos que, combinados, teriam atrapalhado a tentativa romana de conquistar o norte da Escócia (termo utilizado pelo autor). Entre eles, enumerou: as dificuldades do território, os problemas mais sérios que ocorriam concomitantemente em outras fronteiras do Império, a pulverização política dos bretões do norte, as táticas de guerrilha empregadas e a resistência em aceitar a dominação. No entanto, Breeze ressalta que, se as descrições falam de povos combativos, isso não significa que eram incontestáveis. O “fracasso” romano estaria muito mais atrelado às políticas do poder imperial do que a problemas locais<sup>8</sup>, mas a cultura popular e até alguns historiadores e arqueólogos gostam de colocar ênfase sobre a resistência dos nativos.

Com relação ao “enigma”, Sally M. Foster, em seu livro *Picts, Gaels and Scots*<sup>9</sup>, na tentativa de explicar a aura de mistério que envolve a história dos pictos, elenca seis pontos-chave que teriam atuado na evolução e sustentação deste. São eles: os enigmáticos símbolos pictos gravados em pedras e joias, cujos significados permanecem

---

<sup>8</sup> BREEZE, David J. Why did the Romans fail to conquer Scotland? *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, 118, 1988, p. 3-22.

<sup>9</sup> FOSTER, Sally M. *Picts, Gaels and Scots*. Early Historic Scotland. Londres: B. T. Batsford Ltd, 2006.

um mistério; a língua dos pictos, que desapareceu e deixou apenas escassos vestígios em nomes de lugares; o barbarismo acentuado a eles atribuído; a sucessão matrilinear que os distingue de todos os outros reinos medievais europeus (mas cujas evidências são fracas, sendo provavelmente um problema de interpretação); a falta de fontes documentais próprias; e a lenda que os perpetua como um povo perdido, já que a partir da fundação de *Alba* (termo gaélico para Escócia) os pictos não são mais mencionados nas fontes documentais, e sua gente, língua e costumes parecem ter desaparecido.<sup>10</sup> Desses seis pontos, interessam-me especialmente dois: a visão de que esses povos possuíam um barbarismo extremado e a falta de fontes documentais próprias. Tudo que sabemos por meio de fonte escrita vem de historiadores e outros escritores romanos e gregos e, em período posterior, de monges provenientes de outros territórios – o que tem uma clara relação com esse caráter selvagem que lhes é atribuído, já que os conhecemos apenas pela da visão do outro. Essa noção se faz presente sempre que se fala em pictos e seus antepassados, estando subjacente a todo o trabalho.

Estes elementos que os caracterizam enquanto um povo à parte podem ser vistos como geradores de duas imagens estereotipadas que encontram eco ainda nos dias de hoje: a de extremismo bárbaro, por um lado, e a de nobres selvagens que jamais foram subjugados, por outro. Quanto àquela, aparece pela primeira vez em documentos de historiadores e poetas do Império Romano, passando pelo período medieval, quando ganha força e perdura até a atualidade (ganha força especialmente porque, além da caracterização pejorativa legada pelos romanos, os pictos relutaram em aceitar o cristianismo). Historiadores como Tácito, Dião Cássio e Herodiano e poetas como Cláudio Claudiano falam de seu comportamento primitivo perante a batalha, reagindo a discursos com gritos e cantos dissonantes, da inadequação de suas armas, do costume de lutarem nus, da falta de estabilidade e, além de tudo isso, do fato de pintarem e/ou tatuarem seus corpos.<sup>11</sup>

No período medieval os pictos aparecem nos escritos de alguns monges, dentre os quais São Gildas. Em sua obra *A destruição da bretanha e sua conquista*, ele fala sobre os pictos e escotos<sup>12</sup>:

---

<sup>10</sup> Cf: FOSTER, Sally M. *Picts, Gaels and Scots*. Early Historic Scotland. Londres: B. T. Batsford Ltd, 2006, p. 17-18.

<sup>11</sup> TÁCITO. *Agrícola*; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXXVII; HERODIANO. *História do Império Romano após Marco Aurélio*, III.14; CLÁUDIO CLAUDIANO. *Sobre a Guerra Gética*, XXVI.

<sup>12</sup> Escoto era o nome genérico dado pelos romanos aos gaélicos da Irlanda. Alguns deles, do nascente Reino de Dál Riata, onde hoje é o Ulster (norte da Irlanda), estabeleceram-se em Argyll (oeste escocês)

(...) vermes que no calor do meio-dia vêm de seus buracos, rapidamente desembarcaram de suas canoas que os carregaram através do vale Cichican. Eles diferiam uns dos outros pelas maneiras, mas eram inspirados pela mesma avidez de sangue e desejavam mais esconder suas faces vis em densos cabelos que cobrir com uma roupa decente as partes do corpo que requerem ser cobertas.<sup>13</sup>

Quanto aos dias atuais, para citar alguns exemplos, vemos os pictos em algumas das histórias em quadrinhos de *Conan, o bárbaro*, em que são retratados como um povo extremamente primitivo que habita terras fedorentas e pratica magia negra. Se Conan já é bárbaro, o que seriam os pictos? Já de início, com a primeira frase da revista nº 23, *Conan na Terra dos Pictos*, temos uma ideia dessa imagem: “Dizem as lendas que mesmo os demônios temem trilhar as regiões pictas após o pôr-do-sol.”<sup>14</sup> Um exemplo mais recente, o filme *Centurião*<sup>15</sup>, cujo enredo seria uma pretensa ficção histórica sobre o desaparecimento da Legio IX Hispania no século III, diz-se sobre uma guerreira picta: “A alma dela é uma vasilha vazia. Só o sangue romano pode enchê-la.” Em 2005, o escritor Stuart McHardy publicou um livro sobre estórias que se contam sobre os pictos, narrativas que ele teria coletado em leituras e viagens através de todo o país e que teriam passado de geração em geração. De pronto, chama atenção que já na introdução ele fala que se considera como um descendente direto dos pictos. Logo depois, diz: “Independente do que os historiadores e acadêmicos digam, todos os escoceses pensam que os pictos eram seus antepassados.”<sup>16</sup> Porém, mesmo com esse aparente orgulho das raízes pictas, os contos coletados por McHardy falam de um povo perverso, que rouba as almas das pessoas que chegam próximas a poços e sítios históricos, falam de pictos que são na verdade fadas e moram embaixo da terra, entre outras descrições fantasiosas que giram em torno do fantástico e do maléfico. Não há dúvidas de que isso se deve em grande parte à herança das caracterizações romanas.

---

por volta do início do século VI, onde criaram um reino em resposta às pressões de uma dinastia rival na Irlanda. Os escotos (ou Dál Riata) juntamente com os pictos são responsáveis pela criação do reino da Escócia. Cf: FOSTER, Sally M. *Picts, Gaels and Scots*. Early Historic Scotland. Londres: B. T. Batsford Ltd, 2006, 13 e 112.

<sup>13</sup> São Gildas. *A Destruição Britânica e sua Conquista* (c. 540-546), II.19. Tradução de Bruno Oliveira sob coordenação de Ricardo da Costa. Disponível on-line em: <http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/destruicaobritanica.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

<sup>14</sup> *CONAN, O Bárbaro. Na Terra dos Pictos*. São Paulo: Editora Abril Jovem, 1994, n. 23.

<sup>15</sup> *CENTURIÃO*. Direção: Neil Marshall. Distribuidora: PlayArte Filmes, 2010. 1 DVD (97 min), color, Dolby Digital. Título Original: Centurion.

<sup>16</sup> MCHARDY, Stuart. *Tales of the Picts*. Edinburgh: Luath Press Limited, 2012, p. 15.

Com relação à imagem romanceada de um povo livre, James E. Fraser acredita que a cultura popular, amplamente difundida na internet, abraçou a ideia de um povo livre, na qual os nativos preservaram intocadas sua independência e suas adoradas práticas ancestrais das “garras da águia romana”. Porém, isso não passaria de uma pseudo-história que revela muito mais sobre nós mesmos (especialmente nossas ansiedades a respeito do imperialismo e da globalização) do que sobre o passado propriamente dito.<sup>17</sup> Uma inegável contribuição para esse processo foi dada por algumas das primeiras teorias pós-coloniais que eram “nativistas”, teorias tais que produziram narrativas que perenizavam as distinções simples entre os romanos e nativos, mas que davam prioridade aos últimos.<sup>18</sup>

Assim, a imagem negativa dos bárbaros legada pelos romanos e perpetuada pelo menos até o século XVII (ou XIX)<sup>19</sup> começa a ter uma concorrente na qual seu caráter diferenciado e selvagem é agora um antídoto para a modernidade e seus problemas. No entanto, os estereótipos legados pelos lugares-comuns herdados dos escritos gregos e romanos ainda imperam. Esses estereótipos não são exclusividade dos pictos, sendo muitos deles aplicados a outros povos considerados pelos gregos e romanos como bárbaros, como é o caso dos celtas.

### NOVOS MEMBROS DA “CIVILIZAÇÃO CELTA”

Os pictos, até pelo menos a década de 1950, eram considerados por muitos como tendo uma origem pré-histórica e como falantes de um idioma não indo-europeu, diferentemente do restante dos bretões da ilha, que teriam origem celta.<sup>20</sup> Ainda na década de 1980, dois grandes estudiosos da relação entre invasores romanos e nativos britânicos, John C. Mann e David Breeze, em seu artigo “Ptolemy, Tacitus and the

---

<sup>17</sup> FRASER, James E. *From Caledonia to Pictland. Scotland to 795*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009, p. 30. Nesse mesmo sentido, John Haywood fala sobre como usamos o passado, mesmo que estereotipado, para preencher lacunas de virtudes que sentimos falta nos dias de hoje. HAYWOOD, John. *The Historical Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2009, p. 18.

<sup>18</sup> HINGLEY, Richard. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 74.

<sup>19</sup> Podemos dizer que uma mudança da imagem celta se iniciou no século XVII, mas foi gradativa e só ganhou contornos nitidamente mais positivos em meados do século XIX. Com relação a este desenvolvimento, ver as páginas 28 a 39 deste trabalho.

<sup>20</sup> FOSTER, Sally M. *Picts, Gaels and Scots*. Early Historic Scotland. Londres: B. T. Batsford Ltd, 2006, p. 18; CLARKSON, Tim. *The Picts. A history*. Glasgow: Bell & Bain Ltd, 2010, p. 5-6.

tribes of north Britain”<sup>21</sup>, defendiam a hipótese de que os caledônios, um dos doze povos identificados por Cláudio Ptolomeu no norte da Grã-Bretanha, tinham origem pré-histórica e por isso teriam dado seu nome ao território, o que não se aplicava aos demais onze povos identificados, os quais teriam origem celta. Alguns anos depois, em 1998, Paul Dumbavin em seu livro *Picts and Ancient Britons: an exploration of pictish origins*<sup>22</sup>, defende que os pictos, ao contrário dos outros habitantes da ilha britânica, não teriam origem celta, mas seriam descendentes dos citas. No entanto, essa tendência de separar os bretões do norte do demais habitantes da ilha, de tratá-los como um povo à parte, tem diminuído nos últimos anos, sendo os pictos incluídos dentre os membros da “civilização celta”.

Porém, os romanos nunca chegaram a se referir aos habitantes das ilhas (Grã-Bretanha e Irlanda) como celtas, sendo essa extensão do termo produto da filologia histórica moderna, que reconheceu as conexões linguísticas entre o irlandês moderno, o gaélico escocês, o galês, o bretão, o córnico (Cornuália), o manx (Ilha de Man) e as antigas línguas célticas do continente.<sup>23</sup> A partir dessa constatação e da leitura de dois capítulos que fazem parte do livro sobre o mundo céltico, *The Celtic World*<sup>24</sup>, editado por Miranda Green, formulei o problema sobre o qual se debruça a presente pesquisa, conforme adiante se verá. O primeiro capítulo, “The Celts through classical eyes”<sup>25</sup>, da autoria de David Rankin, discorre sobre o modo como os escritores clássicos retratavam e imaginavam os celtas. O autor ressalta o papel fundamental do costume mito-poético grego, calcado na assimilação do aterrorizante e do desconhecido às noções gregas de passado pré-histórico, na estruturação do olhar direcionado a estes bárbaros. Em seguida, Rankin apresenta as descrições mais recorrentes sobre os celtas, do mundo helenístico ao Baixo Império Romano, chamando atenção ao final para a consistência de muitos desses relatos. É então, no último parágrafo de seu texto, que ele expõe que essa recorrente e relativa homogeneidade se deve muito ao sistema de ensino retórico e a sua

---

<sup>21</sup> BREEZE, David J. & MANN, John C. Ptolemy, Tacitus and the tribes of north Britain. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, 117, 1987, p. 85-91.

<sup>22</sup> DUMBAVIN, Paul. *Picts and Ancient Britons: an exploration of pictish origins*. Nottingham: Third Millennium Publishing, 1998.

<sup>23</sup> DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, September 1994, p. 585.

<sup>24</sup> GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996.

<sup>25</sup> RANKIN, David. The Celts through classical eyes. In: GREEN, Miranda (Ed.). *op.cit.* p. 21-33.

ênfase no aprendizado de lugares comuns. Porém, o autor apenas enuncia a questão, sem qualquer aprofundamento.

O capítulo seguinte, “The army, weapons and fighting” de John N. Graham Ritchie e William F. Ritchie, fala a respeito da guerra no mundo céltico a partir de vestígios arqueológicos e documentais. No que concerne às fontes documentais<sup>26</sup>, os autores discorrem sobre estas dividindo-as nos seguintes tópicos: carros de guerra; elmos; cavalaria; enterramentos e depósitos votivos; lanças, espadas e escudos; cota de malha e armadura corporal; arquearia; comportamento na batalha; trompetes e barulho; *head-taking*<sup>27</sup>; combate individual e mercenários. Ao expor os tópicos separadamente, os autores reúnem os relatos dos escritores clássicos que deixaram algo registrado sobre o assunto em questão, circunstância que me chamou a atenção, porquanto se tratavam de escritores de períodos distintos que escreviam sobre “celtas” habitantes de regiões distantes e de épocas diversas. Os costumes atribuídos aos celtas da Ásia Menor, aos celtas do norte da Itália e da Gália, eram significativamente similares, e muitos destes apareciam também nas fontes que tratavam dos bretões do norte (e os autores utilizam fontes que tratam de bretões e *hiberni*<sup>28</sup> como evidência para os celtas). Porém, essas similaridades não foram tratadas de maneira crítica pelos autores e tampouco tendo em vista argumentos como o de David Rankin de que muitas das semelhanças se deviam aos lugares-comuns preconizados pelo esquema de educação retórico.

Além do mencionado fato de a extensão do termo celta para os antigos habitantes das ilhas britânicas ser um produto moderno, a tendência atual é encarar os celtas como uma criação da mente humana (primeiro da greco-romana, posteriormente da moderna), uma vez que “os celtas” não seriam mais que um rótulo étnico atribuído por *outsiders* que colocavam diversos povos sobre uma mesma categoria, povos tais que deveriam ter uma cultura com base local e possivelmente não compartilhassem qualquer sentimento de solidariedade étnica. Ao contrário do que postula a tradicional descrição “normativa” dessas populações antigas, acredita-se agora que o essencial não eram as similaridades, mas sim as diferenças entre essas tradições múltiplas e autônomas, cujas

---

<sup>26</sup> As arqueológicas não interessam tanto ao desenvolvimento do trabalho, já que os autores comentam enterramentos onde foram encontrados diversos aparatos de guerra, o que, por si só, é um elemento que indica tratarem-se de sepultamentos de guerreiros de status e que, apesar de permitirem compreender um pouco sobre o armamento utilizado e sobre a própria guerra de forma geral, dizem respeito aos níveis mais altos do estrato social.

<sup>27</sup> Costume atribuído aos povos célticos de levar a cabeça do inimigo derrotado para ser exposto em seus acampamentos após a batalha.

<sup>28</sup> Como eram designados pelos autores gregos e romanos os antigos habitantes Irlanda.

semelhanças devem ter derivado do contato e da convergência, e não de uma origem comum.<sup>29</sup> Frente a essas considerações, o propósito do presente trabalho é compreender melhor a descrição feita por historiadores gregos e romanos sobre os bretões do norte à luz dos lugares-comuns e caracterizações similares empregadas quanto aos povos chamados de celtas.

Acredito que muitas das descrições feitas sobre os bretões do norte e acerca dos celtas são estereótipos que também eram aplicados, com graus de variabilidade, pelos historiadores clássicos a todos os povos considerados bárbaros. Uma análise similar poderia ser feita, então, com relação aos povos germânicos, citas, partos, só para apontar alguns exemplos. A escolha dos “povos celtas” se deu por dois motivos: pela maior afinidade que tenho com sua história e devido à circunstância de que os habitantes das ilhas britânicas hoje são chamados de celtas. Não somente esses povos antigos figuram hoje nos livros de história, inclusive nos acadêmicos, como membros da “civilização celta” ao lado das gentes continentais assim designadas, mas essa questão tem também fortes implicações na identidade de muitas comunidades contemporâneas, já que vários povos ao redor do mundo, mas especialmente os habitantes da Irlanda, Escócia, País de Gales e Bretanha, clamam hoje por sua identidade e descendência celta. Por essa razão, mesmo após inúmeras evidências da arbitrariedade dessa construção terem sido apontadas por alguns arqueólogos e historiadores, os “celtas” continuam a protagonizar numerosas publicações lançadas todos os anos, inclusive de acadêmicos respeitados, e a suscitar acirrados debates.

## AS FONTES

Uma das primeiras fontes a tratar dos habitantes do norte da ilha britânica é a *Vida de Júlio Agrícola*, do historiador romano Tácito, escrita por volta do ano 98 e.c. Após uma lacuna de tempo na menção a estes “bárbaros” do norte, encontramos-os retratados novamente na *História Romana*, de Dião Cássio, escrita entre os anos 211 e 233, mais especificamente, no livro LXXVII<sup>30</sup>. Aproximadamente na mesma época, Herodiano escreve a *História do Império após Marco Aurélio*, obra que trata dos reinados de Cômodo a Gordiano III, na qual os bretões do norte são brevemente

---

<sup>29</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 80.

<sup>30</sup> Há ainda duas breves menções em LXVI, 20.2-3 e LXXVI, 5.

retratados no livro III. A partir de então, aparecem os panegíricos dos anos 297 e 310, dedicados aos imperadores Constâncio Cloro e a seu filho Constantino, respectivamente<sup>31</sup>, escritos nos quais passam a ser chamados de pictos<sup>32</sup>. Seguindo a deixa da afirmação de Rankin, para quem as caracterizações cristalizadas a respeito dos celtas seriam produto da educação retórica (uma causalidade, como dito, explicada apenas de forma absolutamente sucinta), a proposta de análise segue em duas maneiras: (i) comparar as caracterizações contidas nas fontes citadas com aquelas similares encontradas em historiadores que tratam dos povos célticos, e (ii) analisá-las à luz das indicações contidas em alguns antigos manuais de retórica. Além dessas indicações, e seguindo a definição proposta por Franklin Rudolf Ankersmit, abordo tais caracterizações como representações.

De acordo com T. P. Wiseman, para entender como a história era escrita em Roma é necessário olhar para o período que inspirou um dos maiores historiadores romanos: Tácito. Esse período seria o século I a.e.c. e é principalmente nesse intervalo que se centra a minha escolha pelos manuais de retórica e pelos autores de obras históricas que retratam os celtas. O século que vai de 91 a.e.c. aos anos tardios de Augusto, ainda de acordo com Wiseman, é frutífero para o estudo da historiografia romana, pois nesse período foram escritas as obras de Salústio, Tito Lívio, Pompeu Trogo; em grego, a *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo, *Das antiguidades Romanas* de Dionísio de Halicarnasso e a *Geografia* de Estrabão. Além dessas obras, encontramos avaliações de historiadores feitas por outros historiadores, histórias que não sobreviveram, mas que podemos reconstruir a partir de citações posteriores e, primeiramente e sobretudo, temos Cícero – um insight sem paralelos sobre a vida intelectual e política do mundo romano.<sup>33</sup> As obras que contêm descrições dos celtas escolhidas para uma análise comparativa com as descrições contidas nas obras de

---

<sup>31</sup> Ambos podem ser encontrados em tradução para a língua inglesa acompanhada do texto latino em: NIXON, C. E. V. & RODGERS, Barbara Saylor. *In Praise of Later Roman Emperors: The Panegyrici Latini*. Introduction, translation and historical commentary, with Latin text of R. A. B. Mynors. Oxford: University of California Press, 1994.

<sup>32</sup> Além das obras citadas, os pictos são mencionados em alguns poemas de Cláudio Claudiano e na história de Amiano Marcelino. Os panegíricos e as obras de Cláudio Claudiano e de Amiano Marcelino não serão analisadas no presente estudo devido a pequena extensão das menções aos pictos em comparação com a grande extensão e complexidade das obras como um todo e também devido a seu avanço no tempo (fim do século IV, início do V), escapando de meu recorte cronológico.

<sup>33</sup> Quanto às avaliações de historiadores feitas por outros historiadores, o autor cita as biografias de Catão e de Ático de autoria de Cornélio Nepos e um ensaio de Dionísio de Halicarnasso sobre Tucídides; com relação as obras perdidas, temos fragmentos de Valério Antias, Licínio Mácer e Cornélio Nepos, somente para dar alguns exemplos. Cf.: WISEMAN, T. P. Practice and theory in Roman Historiography. *History*, Vol. 66, Issue 218, 1981, p. 375.

Tácito, Dião Cássio e Herodiano sobre os bretões do norte são os trabalhos dos historiadores Dionísio de Halicarnasso (*Das antiguidades Romanas*, Livros XVIII e XIV), Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, Livro V) e Tito Lívio (*A História de Roma*, Livros V, VII e X), todos pertencentes ao século I a.e.c. Escolhi esses autores, para além dos motivos já elencados por meio da consideração de Wiseman, também por serem as obras em que encontrei, em maior abundância, o tipo de informação desejada. Essas obras ainda tratam sobre momentos diversos do passado romano, retratando os celtas de cada respectiva época, o que contribui ainda mais para ver a imobilidade nas características atribuídas a estes povos. Além dos autores do século I a.e.c. citados, o segundo livro das *Histórias* de Políbio também entra no recorte de fontes, possibilitando um maior recuo cronológico, pois, além da qualidade ímpar das informações encontradas em sua obra, Políbio também verte importantes contornos para o entendimento das trocas culturais entre gregos e romanos, e pode ter servido de fonte para muitos historiadores posteriores. No fim da introdução, para tornar estas escolhas mais claras, disponibilizo uma tabela com informações sobre autores e obras (Apêndice A). As informações fornecidas foram coletadas nas próprias obras e na Enciclopédia Britânica.

## EDUCAÇÃO RETÓRICA

A habilidade no discurso público era o principal foco da educação antiga e, de acordo com Jorge Fernández López, isso significa que todas as áreas da cultura eram retoricizadas em algum grau.<sup>34</sup> Segundo a definição do manual de retórica de Heinrich Lausberg, “A retórica é um sistema mais ou menos bem elaborado de formas de pensamento e de linguagem, as quais podem servir à finalidade de quem discursa para obter, em determinada situação, o efeito que pretende.”<sup>35</sup> O retor faz a distinção entre a retórica que pretende ensinar e a retórica em sentido lato:

Como “retórica em sentido lato”, entende-se a “arte do discurso em geral” que é exercida por qualquer indivíduo activamente participante na vida de uma sociedade; como “retórica em sentido restrito” (“retórica escolar”), deve

---

<sup>34</sup> LÓPEZ, Jorge Fernández. Quintillian as rhetorician and teacher. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 309.

<sup>35</sup> LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 75.

compreender-se a “arte do discurso partidário” (exercida especialmente diante de tribunais), a qual, desde o séc. V a.C. constituiu objecto de ensino.<sup>36</sup>

A primeira definição tem mais a ver com o modo como a retórica vem sendo abordada hoje; a segunda, mais restrita, com o modo como era encarada no Mundo Antigo.

Isócrates fundou uma famosa escola em Atenas por volta do ano 390 a.e.c. e estabeleceu uma nova retórica entendida como disciplina moral e educadora, tendo esta começado a apoderar-se da educação, da poesia e da literatura em geral, mudando definitivamente o rumo do ensino escolar. Essa nova educação retórica, que mais tarde caracterizará a escola helenística, converteu-se em insígnia do pertencimento ao mundo cultural dos gregos<sup>37</sup> – e será ainda incorporada e ressignificada pela elite romana tempos depois.<sup>38</sup> Por volta do século I a.e.c., a educação romana consistia, quase exclusivamente, de instrução em literatura e retórica, e todos os grandes historiadores romanos exibiam seu treinamento retórico.<sup>39</sup> Tácito, Dionísio de Halicarnasso e Tito Lívio, autores cujas “histórias” são analisadas no presente trabalho, também são conhecidos por seu íntimo relacionamento com a oratória. Sêneca, o Jovem, faz uma breve menção de que Tito Lívio, além de historiador, também era conhecido como orador e filósofo.<sup>40</sup> Dionísio escreveu o *Estudo sobre os antigos oradores*, a *Primeira carta a Amaeos*, que trata de retórica, gramática e estilística e, ainda, o tratado *Sobre a força do estilo de Demóstenes*, onde aponta Demóstenes como o maior dos oradores gregos. Acredita-se, inclusive, que sua obra histórica tenha sido elaborada como uma demonstração dos princípios retóricos.<sup>41</sup> Tácito, por fim, além de ser conhecido como historiador, político e orador, também escreveu um tratado, o *Diálogo dos oradores*<sup>42</sup>.

---

<sup>36</sup> LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 75.

<sup>37</sup> EIRE, Antonio López. La influencia de la retórica sobre la historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía. *Talia Dixit*, Revista interdisciplinar de retórica e historiografía, Badajoz, 3, 2008, p. 1.

<sup>38</sup> DUGAN, John. Modern critical approaches to Roman Rhetoric In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 16.

<sup>39</sup> MELLOR, Ronald. Historical Writing at Rome. In: \_\_\_\_\_. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 188.

<sup>40</sup> SÊNECA, o Jovem. *Cartas a Lucílio*, 100, 9.

<sup>41</sup> “Dionysius of Halicarnassus”. *Encyclopædia Britannica*. Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <http://global.britannica.com/biography/Dionysius-of-Halicarnassus>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

<sup>42</sup> TÁCITO. *Diálogo dos oradores*. *Dialogus de oratoribus*. Edição bilingue. Tradução de Júlia Batista Castilho de Avellar & Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Com exceção de um escrito relativamente tardio, *Como se deve escrever a história* de Luciano de Samósata da segunda metade do século II, não chegou até nós nenhuma obra de tratamento historiográfico. De acordo com Marincola, nosso conhecimento dos pressupostos teóricos subjacentes à escrita da história é baseado em passagens ocasionais (muitas vezes polêmicas) advindas dos próprios historiadores<sup>43</sup>. Por isso, mesmo não tendo chegado a escrever história, Cícero é responsável por importantes passagens sobre a historiografia romana. Duas das mais importantes pertencem ao ano 55 a.e.c.: uma carta ao amigo Lucéio (*Ad Familiares* 5.12) e o tratado oratório *Do Orador*<sup>44</sup>. De acordo com Woodman, a passagem contida no *Do Orador* pode muito bem ser descrita como o tratamento mais valioso do tema que chegou até nós da Roma antiga.<sup>45</sup> Esta contém uma discussão sobre historiografia dividida em duas partes: a primeira, uma crítica aos primeiros historiadores romanos e, a segunda, um relato de como a história deveria ser escrita. Além do fato de que uma das passagens mais importantes sobre como a história deveria ser escrita estar contida em um tratado sobre oratória, há que somar a essas considerações a ausência de escolas de treinamento especiais para historiadores, bem como que, praticamente todos os homens que se dedicaram a escrever história, passaram por escolas retóricas. Ademais, repiso, alguns dos historiadores utilizados como fontes também escreveram tratados sobre oratória.

## REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A aceitação de que a história era escrita com base em preceitos retóricos torna extremamente importante a compreensão da relação entre a composição do discurso retórico e a escrita da obra histórica na antiguidade. Indo mais a fundo em meu problema de pesquisa, é importante compreender a primeira das cinco partes da composição do discurso retórico – a *invenção*. Entender melhor o funcionamento da invenção nos auxilia na compreensão da concepção de verdade no Mundo Antigo, etapa importante na caracterização de outros povos, já que estes eram tratados principalmente em digressões etnográficas - recuos da narrativa onde o maravilhoso e o não confirmado imperavam. Além disso, era também na invenção que se empregavam os lugares-

---

<sup>43</sup> MARINCOLA, John. Historiography. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p.14.

<sup>44</sup> WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. London & New York: Routledge, 1988, p. 70.

<sup>45</sup> *Ibidem*. p.75.

comuns, produtos finalizados que integram argumento lógico, apelo emocional e estilo em uma estrutura única. O designativo “comuns” se justifica porque essas fórmulas lidavam com assuntos recorrentes no discurso argumentativo. O segundo capítulo da presente dissertação destina-se a amparar essa visão. A definição de lugar-comum extraio do antigo manual de retórica de Cícero, *Da invenção*, datado do século I a.e.c. e, portanto, contemporâneo às fontes que tratam dos celtas. De acordo com o orador:

Em todas as causas, alguns dos argumentos relacionam-se somente àquela em pleito, e são tão dependentes desta que não podem trazer vantagens se separados e transferidos para outras causas. Existem ainda aqueles argumentos de natureza mais geral e adaptável a todos ou a maioria dos casos do mesmo tipo. Estes argumentos que podem ser transferidos a muitos casos, nós chamamos de lugares-comuns (*locos communes*). Um lugar-comum contém a amplificação de uma afirmação incontroversa (...). (CÍCERO, *Da invenção*, II.14.47 e 15.48).<sup>46</sup>

No entanto, no presente trabalho não se pretende uma análise cujo objetivo principal seja abordar a retórica (ou história retórica), menos ainda a guerra, de forma técnica. Indo mais além, explorarei os aspectos culturais e psicológicos destes possíveis lugares-comuns através da teoria de representação do historiador e filósofo Franklin Rudolf Ankersmit, assim como apresentada em sua obra *A escrita da história: a natureza da representação histórica*<sup>47</sup>. O conceito é definido por este autor como uma operação de três lugares: a representação define um representado em termos dos quais o mundo é visto.<sup>48</sup> Esta definição distancia-se de uma concepção de mundo dualista, a qual entende a representação como um mero espelho da realidade. Diferentemente, a representação, como conceitualizada por Ankersmit, concebe a linguagem como agente estruturador do que pensamos ser esta dita realidade. Ao contrário de uma descrição, na qual podemos identificar a distinção entre um referente e um atributo, na representação esta distinção não estaria presente. Sabendo que o autor define referência como uma “escolha exclusiva”, compreende-se melhor este discernimento entre descrição e

---

<sup>46</sup> “In every case some of the arguments are related only to the case that is being pleaded, and are so dependent on it that they cannot advantageously be separated from it and transferred to other cases, while other are of a more general nature, and adaptable to all or most cases of the same kind. These arguments which can be transferred to many cases, we call common topics. A common topic either contains an amplification of an undisputed statement (...).” CICERO. *On Invention. The Best Kind of Orator. Topics*. Loeb Classical Library Np. 386, English and Latin Edition. Translated by H. M. Hubbell. Harvard University Press, 1949. Tradução minha.

<sup>47</sup> ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 194.

representação, já que a descrição verdadeira possui um objeto único identificável no mundo (escolhido exclusivamente) ao qual o sujeito-termo se refere. Isto não ocorre, porém, no caso da representação, pois como haveríamos de escolher exclusivamente um objeto único para identificar com a Revolução Francesa, por exemplo? A representação nos *apresenta* aspectos da realidade/objeto, e, por esse motivo, representa *como* olhar para esta realidade/objeto. É uma operação de três lugares na qual não é possível determinar o que decorre da “compulsão da experiência” ou da “compulsão da linguagem”.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A construção moderna da história dos celtas e os debates atuais consubstanciaram importante papel na formulação do presente trabalho e, por isso, acredito, desempenham papel similar em uma compreensão mais profunda da análise das caracterizações desses povos. Da mesma maneira, uma apreciação da relação entre retórica e história e da questão verdade-mentira (ou ficção) que permeia essa relação, e, mais especificamente, a invenção e os lugares comuns, são de grande importância para as análises pretendidas. Por esse motivo, optei por desmembrar ambos os tópicos em dois capítulos individuais, para evitar uma introdução demasiadamente longa.

A seleção de excertos sobre o modo de fazer guerra dos bretões do norte e suas representações similares são abordados em um terceiro capítulo. A estrutura da dissertação fica como segue: Introdução; 1) *Os “Celtas”*, aqui tratarei da questão da construção da história celta e das tendências atuais no tratamento do assunto; 2) *A história, a retórica, a história retórica e a representação*, quando abordarei especialmente a parte teórica: a história e a retórica no Mundo Antigo, a invenção, as digressões etnográficas e os lugares comuns, além de uma exploração do conceito de representação como definido por Ankersmit e sua concatenação com os pressupostos de uma história retórica; 3) *Barulho e inadequação: a guerra entre os bretões do norte*, etapa dedicada à exposição das descrições sobre o modo de fazer guerra dos bretões do norte à luz das caracterizações similares feitas sobre os celtas, dividindo em subcapítulos os possíveis lugares comuns encontrados e escolhidos, quais sejam, barulho, confusão e inconstância; adiante, as Considerações finais.

As fontes escolhidas encontram-se em traduções para o espanhol ou inglês, sendo os textos originais em grego e latim utilizados para uma melhor compreensão dos termos empregados nas caracterizações do modo de fazer guerra dos celtas e dos bretões. Disponibilizo a seguir uma tabela (Apêndice B) com as referências completas e, no decorrer do trabalho, cito apenas autor, obra e localização da passagem em questão no corpo do texto, sem nota de rodapé, para uma maior fluidez da leitura. Destaco, ademais, que os excertos selecionados são traduções minhas elaboradas a partir das traduções disponíveis em língua inglesa e/ou espanhola, sempre com a consulta aos textos originais em grego ou latim. Para as demais citações (as bibliográficas), optei por disponibilizar as referências completas em nota de rodapé, repetindo-as por inteiro sempre que aparecem pela primeira vez em uma nova página. Esse método aumenta consideravelmente o tamanho do rodapé e, conseqüentemente, do texto; porém, auxilia também na fluidez da leitura, não obrigando o leitor a ir até o fim do texto, nem ter de saltar de página toda vez que quiser conferir alguma referência.

## CAPÍTULO 1. OS “CELTAS”

A negociação de novas relações culturais e políticas depende de crenças, apaixonadamente sustentadas, sobre identidade, origens e história. À medida que reescrevemos constituições, quiçá dissolvendo laços antigos e criando novos, torna-se tarefa urgente examinar francamente as suposições históricas sobre as quais nossas ações devem ser baseadas.<sup>49</sup>

O termo *celta* é, há alguns anos, tema de debates entre acadêmicos, em vista de sua importância nas reformulações da história sobre os povos assim designados e de sua utilização em meios políticos e de diversas formas simbólicas. De acordo com o arqueólogo Michael Dietler, os apelos a um “passado celta” desempenharam e continuam a desempenhar papéis importantes e, muitas vezes, paradoxais na naturalização ideológica de comunidades políticas modernas em uma série de níveis contraditórios.<sup>50</sup> Por essa razão, questionar algumas ideias já estabelecidas sobre essa “antiga civilização” gera efeitos que vão muito além do passado remoto em que se encontram: uma tentativa de desconstrução e questionamento dessas suposições tomadas como certas acarreta fortes implicações na identidade de muitas comunidades contemporâneas, já que vários povos ao redor do mundo, mas especialmente os habitantes da Irlanda, Escócia, País de Gales e Bretanha, clamam hoje sua identidade e descendência celta. Uma exploração da relação entre o papel da arqueologia e a construção da identidade em comunidades modernas é de considerável importância na Europa hoje, afirma Dietler, que escreve em 1994, embora, acredito, essa consideração continue sendo válida, já que o contexto de que o autor falava é uma Europa que tentava estabelecer uma nova identidade supranacional, mas que estava manchada pelo ressurgimento do nacionalismo xenofóbico, e:

onde as tensões com base em apelos, emocionalmente carregados, à herança étnica estão atualmente irrompendo em violência em muitas áreas; onde os laços que unem muitas políticas nacionais estão se fragmentando e se reformulando em torno de identidades étnicas menores; e onde a arqueologia tem sido convocada com frequência para estabelecer e validar fronteiras

---

<sup>49</sup> “Negotiation of new cultural and political relationships depends on passionately held beliefs about identity, origins and history. As we rewrite constitutions, perhaps dissolving old bonds and creating new ones, it becomes an urgent task to examine frankly the historical assumptions on which our actions must be based.” JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 11. Tradução minha.

<sup>50</sup> DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, september, 1994, p. 584.

culturais e ascendência, muitas vezes, a serviço de perigosas mitologias racistas e nacionalistas.<sup>51</sup>

## QUEM FORAM OS CELTAS?

Hoje, o termo *celta* é aplicado às coisas mais diversas, desde um time de basquete em Boston a um time de futebol na Escócia, a estilos de arte e música, e a um gênero literário,<sup>52</sup> etc. Constanze Witt elaborou um interessante esquema a respeito dos muitos significados e associações feitos ao termo, já que existiram muitos “antigos celtas”: os populares, os linguísticos, os étnicos e culturais, os arqueológicos, e os históricos e literários. Quanto aos primeiros - os *celtas populares* -, estariam presentes na arte, na música, no neo-paganismo, no Druidismo e em outras filosofias *new age* e em tratamentos ficcionais da antiguidade, constituídos de uma imagem instantaneamente reconhecível e muito diferente daquela que vem emergindo das evidências arqueológicas sobre a Idade do Ferro europeia. Já os *celtas linguísticos* estariam relacionados às evidências dos antigos idiomas gaulês e celtíbero (e outros idiomas “celtas” do continente) e sua relação com o moderno bretão (Bretanha), galês, irlandês, gaélico escocês, manx (Ilha de Man) e córnico (Cornuália), já que todos esses idiomas pertenceriam à um único grupo linguístico indo-europeu. O renascimento e a preservação das línguas celtas desempenham um papel central na auto-identificação das populações celtas modernas. Os *celtas étnicos* ou *culturais* teriam sua origem no século XVII: a nomeação do grupo linguístico de “celta” logo foi associada com a noção de uma “cultura celta” comum. A língua foi entendida como componente inextricável da identidade étnica e inclusive racial, a qual estava para ser revelada pela craniologia e afins. Em sucessão, os *celtas arqueológicos* advêm das tentativas de identificação da cultura material dos celtas, tal como entendidos na base literária e linguística, que vem sendo realizadas desde o século XVIII. Finalmente, os *celtas históricos e literários*

---

<sup>51</sup> “where tensions based in emotionally charged appeals to ethnic heritage are currently erupting in violence in many areas; where the bonds holding many national polities together are fragmenting and reforming around smaller ethnic identities; and where archaeology has been conscripted frequently to establish and validate cultural borders and ancestry, often in the service of dangerous racist and nationalist mythologies.” DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, setembro de 1994, p. 584-5. Tradução minha.

<sup>52</sup> *Ibidem*. p. 585.

estariam divididos em três categorias principais: inscrições antigas, textos gregos e latinos, e literatura insular do início da Idade Média.<sup>53</sup>

Para Dietler, o termo é um dúbio candidato para um etnônimo indígena:

Ele foi introduzido pela primeira vez no registro histórico como um conceito classificatório estrangeiro utilizado nos antigos estados mediterrâneos, projetando um senso de uniformidade alóctone sobre diversos povos. Gradualmente, conforme os contatos aumentaram, este senso de uniformidade foi reforçado por generalizações sobre caráter, costumes e aparência física. Estas generalizações eram baseadas em parte em observações feitas em algumas áreas limitadas, mas, também, em grande parte, em preconceitos nascidos da conceituação de “bárbaros” como uma fonte necessária de contraste para a auto-definição dos gregos e romanos como “civilizados”. No curso da história moderna europeia, essa conceituação clássica tem sido influente na reinvenção de dois tipos de conceitos essencializantes de celticidade. Algumas vezes, a identidade celta tem sido construída como um meio de classificar os “outros” e atribuindo a eles características que servem como meio de auto-definição por contraste, como no caso dos preconceitos dos ingleses com relação aos irlandeses e escoceses. No entanto, (...) o celticismo também foi adotado e desenvolvido de maneira autóctone como um conceito de identidade étnica, muitas vezes, *confinado a leituras mais positivas dessas mesmas imagens estereotipadas do mundo clássico*.<sup>54</sup>

A expressão *celta* teria aparecido em um registro histórico pela primeira vez em fins do século VI a.e.c., nos trabalhos do geógrafo grego Hecateu de Mileto, para designar os povos bárbaros que habitavam a fronteira norte do mundo mediterrâneo. Cerca de um século depois, são mencionados por Heródoto, tornando-se, para o mundo Mediterrâneo, o primeiro povo estrangeiro da fronteira setentrional a emergir das brumas da pré-história com uma identidade aparentemente coerente.<sup>55</sup> Os habitantes de regiões que iam da Espanha aos Balcãs, do norte da Itália ao canal Inglês, eram

---

<sup>53</sup> WITT, Constanze. The “Celts”. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 285-6.

<sup>54</sup> “It first entered the historical record as an alien classificatory concept used in ancient Mediterranean states, projecting an outsider’s sense of uniformity upon diverse peoples. Gradually, as contact with these people increased, this sense of uniformity was bolstered by generalizations about character, customs, and physical appearance. These generalizations, were based in part on observations made in a few limited areas, but also largely on prejudices born of the conceptualization of ‘barbarians’ as a necessary source of contrast for self-definition as ‘civilized’ Greeks and Romans. In the course of modern European history, this classical conceptualization has been influential in the reinvention of two types of essentializing concepts of Celticity. Sometimes Celtic identity has been constructed as a means of classifying ‘others’ and ascribing characteristics to them that serve as a means of self-definition contrast, as in the case of English prejudices concerning Irish and Scots. However, (...) Celticism has also been adopted and developed indigenously as a concept of ethnic self-identity, often relying heavily on more positive readings of these same alien stereotypical images from the ancient classical world.” DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, setembro de 1994, p. 586. Tradução e grifo meus.

<sup>55</sup> *Ibidem*. p. 585. Ver: HERÓDOTO. *Histórias*, II.33-35; IV.44.

considerados pelos escritores gregos e romanos como relacionados uns aos outros sob o nome de *celtas*, *gauleses* ou *gálatas*. A história tradicional dos celtas é que, devido à expansão para o sul e para o leste a partir da Europa central, durante o século VI a.e.c., estes povos teriam se espalhado extensivamente e dominado grande parte deste continente. Essas ondas migratórias teriam invadido as ilhas do arquipélago atlântico e lá se estabelecido por volta do século V a.e.c. Todos esses povos falavam línguas aparentadas, não possuíam escrita, não eram urbanizados, e compartilhavam muitas características de organização social, crença religiosa, valores e arte – as similaridades eram as questões que importavam. Muitos consideram esses aspectos como evidência de uma unidade cultural e um “espírito celta” compartilhado que teria permanecido imutável da antiguidade aos tempos modernos.<sup>56</sup>

A cultura celta na Irlanda e na Grã-Bretanha teria florescido dessas ondas de invasões continentais, havendo uma profunda descontinuidade com as sociedades precedentes da Idade da Pedra (*New Stone Age*) e da Idade do Bronze. Esses povos anteriores foram, de alguma forma, deslocados, seja por expulsão, massacre ou assimilação. Muitas vezes eles se quer são mencionados, como se tivessem simplesmente desaparecido. Atualmente, na Irlanda, o termo *celta* chega a ser empregado como um sinônimo virtual de “irlandeses indígenas”, ou nativos.<sup>57</sup>

Essa celticidade intemporal formaria um link entre os antigos bretões e irlandeses da Idade do Ferro e os habitantes da moderna Escócia, Irlanda, País de Gales e outras áreas como a Cornuália. Hoje, esse “espírito” ainda destaca esses celtas modernos como diferentes de seus numerosos vizinhos ingleses. Assim, os celtas modernos clamam ser um dos grupos étnicos ou nacionais vivos mais antigos da Europa, tendo mantido sua identidade por mais de 2.500 anos.<sup>58</sup>

## DE CONEXÕES LINGUÍSTICAS A UMA RAÇA CELTA

Há algumas décadas, historiadores e arqueólogos começaram a questionar a existência de uma civilização celta e a tentar construir o esboço para uma nova história (ou “história alternativa” seguindo a terminologia utilizada por James Simon). Esse

---

<sup>56</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 26-33.

<sup>57</sup> *Ibidem.* p. 35.

<sup>58</sup> *Ibidem.* p. 21.

novo modelo proposto depende, porém, de um questionamento das ideias anteriores que se inicia pela análise de como essa história convencional foi elaborada.

Em 1582, o acadêmico escocês, George Buchanan, propôs que os bretões e escoceses gaélicos fossem descendentes dos gauleses; mais tarde, em 1703, o bretão (da Bretanha) Yves Pezron sugeriu que o galês e o bretão moderno fossem descendentes das antigas línguas dos gauleses ou celtas. Embora estas constatações tenham sido feitas, nenhum desses dois autores falaram sobre povos ou línguas celtas nas ilhas. A gênese dessa ideia encontra-se nos escritos de Edward Lhuyd, a quem os trabalhos daqueles dois acadêmicos, contudo, serviram de influência.<sup>59</sup> Em 1707, Lhuyd publica sua *Archaeologia Britannica*, um marco significativo na história do estudo da linguagem, pois demonstrou as similaridades entre o que o autor viu como uma família de línguas atuais com a extinta língua dos antigos gauleses do continente. Para essa família de línguas relacionadas, ele escolheu o nome de *celtas*.<sup>60</sup> Sobre a escolha do nome, o arqueólogo Simon James considera:

Mas por que Lhuyd escolheu o nome “celta” afinal? Até onde posso dizer, nenhuma evidência direta sobrevive a respeito de sua motivação. Talvez a família tenha sido designada simplesmente a partir do mais antigo membro atestado do grupo, a língua dos antigos gauleses: ele dificilmente poderia ter nomeado a família de “gaulesa”, uma vez que o termo estava identificado com a França, o inimigo perene, mas, de acordo com os venerados escritos de Júlio César, a maioria dos gauleses eram chamados de *Celtae*, e o termo “celta” não estava politicamente comprometido.<sup>61</sup>

Embora Lhuyd nomeie o grupo linguístico e sugira uma migração pré-histórica da Gália para a ilha, ele nunca chegou a chamar os habitantes das ilhas de celtas. Ainda assim, aqui está a base para a subsequente ideia popular de que a ilha havia sido tomada por ondas de antigos celtas.<sup>62</sup> Conquanto o trabalho de Lhuyd seja muito valorizado como uma grande conquista acadêmica, o principal motivo que deve ter contribuído

---

<sup>59</sup> Pezron estabeleceu uma elaborada genealogia para os celtas continentais e suas línguas, genealogia que envolvia migrações complexas. Contudo, ele não estava muito interessado na Grã-Bretanha e nem mesmo menciona a Irlanda. Seu propósito era estabelecer uma linhagem histórica para os bretões [*Bretons*] da Europa e, especialmente, marcá-los como um povo separado dos franceses. JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 44-45.

<sup>60</sup> *Ibidem*. p. 45.

<sup>61</sup> “But why did Lhuyd choose the name ‘Celtic’ at all? So far as I can tell no direct evidence survives regarding his motivation. Perhaps the family was simply named after the earliest attested member of the group, the language of the Ancient Gauls: he could hardly have called it the ‘Gallic’ family, since the term was identified with France, the perennial enemy, but according to the venerated writings of Julius Caesar most of the Gauls were called *Celtae*, and ‘Celtic’ was not politically compromised.” *Ibidem*. p. 46. Tradução minha.

<sup>62</sup> JAMES, *loc. cit.*

para a tão rápida adoção e popularização do termo celta deve ser encontrado no momento político e histórico vivido pelas populações da ilha. A ideia de ser celta, com sua profunda ancestralidade, preenche uma necessidade imperiosa - segundo Simon James, é, no mínimo, uma grande coincidência que o conceito de falantes de línguas celtas tenha sido publicado no ano de 1707, pois esse foi o ano em que o Ato de União entre a Inglaterra e a Escócia viu a criação oficial de uma nova identidade política: os *britânicos*. A União era em grande parte uma medida tomada pelos ingleses, galeses e escoceses protestantes para prevenir duas ameaças associadas que os enfrentavam no momento: o poder da França e o catolicismo.<sup>63</sup> Com o termo sendo assinado, o nome *bretão* (*Briton*) – o melhor rótulo coletivo para aqueles povos da ilha que não viam a si mesmos como ingleses – foi apropriado por todos os súditos do novo superestado que era dominado pelos ingleses. Nesse mesmo momento, Lhuyd forneceu aos grupos “terminologicamente despossuídos” um novo nome e uma nova identidade coletiva: *celta*.<sup>64</sup> Olhar para o momento político e histórico onde essas noções sobre a identidade celta nas ilhas estavam sendo construídas é essencial, já que não existem categoriais naturais, apenas conceitos específicos que dependem de uma gama de pressupostos teóricos sobre o funcionamento mundo.<sup>65</sup>

No início do século XIX, em um desenvolvimento intimamente conectado ao nacionalismo romântico na Europa, os estudiosos tornaram-se muito interessados nas distinções entre os grupos humanos, em como essas distinções são manifestadas e em como deveriam ser caracterizadas. O principal conceito utilizado por todo o século XIX foi o de *raça*.

Embora haja muita discordância sobre o que exatamente o conceito signifique, especialmente antes do desenvolvimento da biologia moderna e da genética (enquanto alguns davam ênfase na anatomia comparativa, outros a repousavam sobre as similaridades linguísticas como evidências para identidade)<sup>66</sup>, o termo *raça* foi usado

---

<sup>63</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 47; HAYWOOD, John. *Os Celtas, da idade do bronze aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 215.

<sup>64</sup> JAMES, *op. cit.*, p. 48.

<sup>65</sup> *Ibidem*. p. 43. No livro de Pezron, por exemplo, os espartanos teriam se originado dos celtas e os celtas seriam titãs filhos de Saturno - desde o Renascimento, até o tempo de Pezron, são a bíblia e a tradição greco-romana que lançam os moldes para o enquadramento do mundo, de uma forma mais geral, e inclusive as bases para o pensamento erudito. *Ibidem*. p. 51-53; BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 27.

<sup>66</sup> JAMES, *op. cit.*, p. 54. Sobre a gênese e a evolução do conceito de *raça*, ver: BANTON, *op. cit.*, p. 26-31.

geralmente e, muitas vezes, vagamente, como um sinônimo para grupos nacionais, culturais e linguísticos, características que eram tomadas como coincidentes em extensão.<sup>67</sup> A questão da raça não era relevante somente para os brancos, considerados como superiores com relação aos outros, mas também entre brancos – existia uma presumida hierarquia entre povos e nações.<sup>68</sup> Na época acreditava-se que as sociedades “primitivas” eram fundamentalmente estáticas e imutáveis, e, como estas não inovavam, as mudanças acabaram por ser explicadas em termos de incursões de povos de outros lugares, geralmente uma migração ou invasão. Os “celtas insulares”, antigos e modernos, foram conceitualizados nesses termos – de uma maneira negativa, como antítese dos anglo-saxões: estes últimos eram caracterizados pelas suas qualidades de Império, indústria, vigor e progresso, e, por outro lado, as “raças celtas” eram primitivas, bárbaras, bêbadas, e, talvez a pior das características para a época, católicas – visão que é amparada (para não dizer diretamente influenciada) pelas fontes gregas e latinas sobre os “antepassados” dessas populações.<sup>69</sup>

Entre os modernos celtas uma ênfase mais positiva se desenvolveu, é claro, embora os pressupostos de raça e de tradições ancestrais intemporais fossem praticamente os mesmos. O século XIX foi um período de agitação nas ilhas, com enorme sofrimento e grandes migrações das áreas rurais para as cidades e para o além mar. No tempo em que o nacionalismo romântico prevalecia, não é surpreendente que aqueles que sofriam em casa, ou eram forçados ao exílio, desenvolvessem noções de

---

<sup>67</sup> O periódico porta-voz do movimento pan-céltico, *Celtia* dá diversos exemplos do uso e ênfase nas questões raciais, principalmente tomando como base a língua. Na edição de agosto de 1901, encontra-se a seguinte passagem: “O sentimento racial é forte e amplamente baseado no sentimento inato de parentesco – um parentesco que tem suas raízes em um passado remoto, antes que questões da Igreja e do Estado apresentassem novos problemas para solucionar.” (CELTIA, agosto de 1901, p. 116, tradução minha). A raça era um ponto importantíssimo a ser destacado dentro do movimento Pan-céltico, pois, como pode ser percebido no trecho exposto, acreditava-se – ou, pelo menos, era essa a imagem que o editor da revista queria passar – que todas as nações falantes de línguas celtas teriam uma origem comum. Além de permitir coesão através de um passado partilhado, a questão racial era um ponto fundamental para possibilitar e permitir tal coesão devido ao fato de que as nações integrantes do Pan-Celtismo possuíam religiões, políticas, economias e costumes diferentes – e muitos desses traços, especialmente os religiosos, apresentavam um histórico de sangrentas disputas na história dessas regiões. Pertencer à mesma raça ajudaria a pender a balança para o lado do entendimento, já que as muitas diferenças poderiam acarretar em animosidades internas ao movimento. Além disso, estimula-se a cooperação entre os países membros, pois os inimigos veriam rapidamente as vantagens da divisão interna – os inimigos claramente seriam a Inglaterra e a França. A natureza físsil dessa união, de acordo com os editores do periódico, devia-se muito mais a causas econômicas e geográficas do que a características raciais (CELTIA, outubro de 1901, p. 150).

<sup>68</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 54.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 54-55.

identidade nacional e racial mais explícitas.<sup>70</sup> Nathan Glazer e Daniel P. Moynihan ressaltam o papel das grandes migrações dos séculos XVII, XVIII e XIX na formação de uma consciência étnica e do posterior uso estratégico dessas organizações étnicas na luta por seus interesses e demandas.<sup>71</sup> A visão dos celtas continentais e dos habitantes das ilhas deixada pelos autores gregos e romanos é a de povos bárbaros e perigosos. O romantismo e a sua exaltação da imaginação, do amor pela natureza selvagem e pelo misterioso e exótico influenciou na pouca criticidade frente às descrições dos autores clássicos, e, no lugar de uma reavaliação das descrições desses povos, o próprio estereótipo, originalmente hostil e depreciativo, foi tomado pelos entusiastas, transformando os celtas de bárbaros perigosos em nobres selvagens.<sup>72</sup>

Nesse caso, o uso do passado celta é particularmente legitimador, já que os antigos celtas haviam sido conquistados e subjugados pelo Império Romano, ou ainda pelos anglo-saxões, no caso da Inglaterra, abrindo assim um universo de símbolos e significações para articular estratégias de preservação linguística e cultural que estavam em franco declínio no final do século XIX e início do XX. Nesse mesmo sentido, Herbert J. Gans, embora se referindo aos étnicos de terceira geração dos Estados Unidos, escreve que “países antigos são particularmente úteis como símbolos identitários porque estão distantes e não podem fazer árduas demandas”<sup>73</sup> – acredito que antigas “civilizações” também.

Tendo sido estabelecidos como antepassados, fazia-se necessário uma busca pela história celta. A suposição de que a Grã-Bretanha e a Irlanda eram habitadas por celtas antes da chegada dos romanos foi tomada como certa antes que qualquer estudioso tivesse descoberto como identificar os traços pertencentes àqueles povos e período. Assim, quando a arqueologia sistemática se desenvolveu na ilha, os achados foram classificados e rotulados em termos de um quadro pré-determinado.<sup>74</sup>

Durante o período vitoriano, as escavações científicas começam a se desenvolver e importantes descobertas na Europa continental são atribuídas aos celtas e gauleses

---

<sup>70</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 55-56.

<sup>71</sup> GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. (Ed). *Ethnicity, Theory and Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1975, p. 22.

<sup>72</sup> HAYWOOD, John. *The Historical Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2009, p. 216.

<sup>73</sup> GANS, Herbert J. Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. In: SOLLORS, Werner (ed). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996, p. 438.

<sup>74</sup> JAMES, *op. cit.*, p. 56.

continentais dos textos clássicos. De particular importância são os achados em Hallstatt, na Áustria, e em La Tène, na Suíça<sup>75</sup>: “Por causa das maneiras conforme as quais as pessoas pensavam sobre a cultura material, o que ela significa e de que modo seus elementos eram mobilizados, estas características de traços estilísticos, de artefatos e de sítios eram vistas como significantes étnicas.”<sup>76</sup> Dessa forma, devido a essa suposta equação entre cultural material e um determinado povo, os artefatos encontrados nas ilhas britânicas que apresentavam padrões que lembravam aqueles do estilo La Tène, eram encarados como provas das migrações a partir do continente. Uma possível alternativa, e a aceita pelo autor Simon James, mas que não foi sequer considerada quando esses artefatos foram encontrados, é a de que eram esses traços culturais e estilísticos que estavam sendo transmitidos, e não populações inteiras migrando – o que é amparado pelo fato de que por maior que seja a semelhança, esses “estilos de arte” sofreram mudanças de local para local, ou seja, eram adaptados e sofriam influência dos padrões de arte anteriores e locais. A certeza de que essas inovações deveriam significar migrações se deve amplamente ao fato de que os povos “primitivos” eram tidos como incapazes de “progresso” significativa.<sup>77</sup>

A arqueologia se tornou um importante, embora relativamente tardio, contribuinte para a criação dos antigos celtas insulares, um processo que viu a extensão do significado do termo “celta” nas ilhas, de falantes de um grupo de línguas relacionadas, a um único povo nomeado, compartilhando uma tradição cultural essencialmente uniforme, abrangendo todo o arquipélago e mais de 2.000 anos de história.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 56. A cultura Hallstatt (700 – 450 a.e.c.) teria se originado na Idade do Bronze tardia como parte do complexo de Campos de Urnas. Fortes construídos em colinas (*hillforts*), artesanato majestoso, importações exóticas do Mediterrâneo e sepultamentos ricamente decorados caracterizam a cultura Hallstatt da Europa central, a primeira cultura material que é geralmente reconhecida como pertencendo especificamente aos celtas. A cultura La Tène (450 – 50 a.e.c.) é a segunda grande cultura céltica continental; é nomeada a partir de um assentamento e sítio ritual no lago Neuchâtel, na Suíça, descoberto em 1857. A cultura La Tène é definida primeiramente por seu estilo curvilíneo, visto em seu auge em armas e em outros itens de metalurgia de luxo. HAYWOOD, John. *The Historical Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2009, p. 32 – 35.

<sup>76</sup> “Because of the ways people thought about material culture, what it meant and how elements of it moved around, these stylistic traits, artefacts and site characteristics were seen as ethnic signifiers.” JAMES, *op. cit.*, p. 47. Tradução minha.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>78</sup> “Archaeology became an important, if relatively late, contributor to the creation of the insular Ancient Celts, a process which saw the extension of the meaning of ‘Celtic’ in the isles from the speakers of a group of related languages to a single named people, sharing one essentially uniform cultural tradition, spanning the whole archipelago and more than 2.000 years of history.” *Ibidem*, p. 59. Tradução minha.

## DE RAÇA A CULTURA, DE CULTURA A ETNICIDADE.

Em fins do século XIX, em uma tentativa de alcançar descrições mais apuradas e sofisticadas das sociedades humanas, e também decididos a distanciar o conhecimento liberal dos usos, muitas vezes sinistros, da terminologia racial, os antropólogos começam a descrever comunidades não-ocidentais contemporâneas em termos de distintas “culturas”. O termo logo foi estendido para interpretações dos restos arqueológicos de grupos humanos do passado. Embora o novo conceito tenha vindo a ser um avanço com relação ao racismo, ele continuou a carregar muitas pré-suposições dos três séculos passados, entre elas: a crença na homogeneidade interna dos grupos humanos, nas fronteiras claras e bem delimitadas, e na imutabilidade dos povos primitivos. Quanto a esta última, as mudanças rápidas observadas nesses povos “primitivos” foram explicadas através do impacto causado pelo ocidente imperial e o seu progresso. Daí advém a ideia de aculturação, ou seja, a simples e direta adoção pelas comunidades “inferiores” dos hábitos e traços culturais do ocidente “superior”.<sup>79</sup>

O conceito de aculturação parte do pressuposto de que os artefatos têm significados fixos e, ao adotá-los, os “primitivos” estavam abdicando de sua cultura e a substituindo por uma que era muitas vezes considerada como superior. Se o uso dado aos artefatos fosse diferente, por exemplo, não era porque esses povos estavam adaptando-os e reinterpretando-os de maneira inteligente, mas sim porque eram incompetentes ao usá-los e compreendê-los.<sup>80</sup>

Não surpreendentemente, se ainda se presumia que os modernos e observáveis povos “primitivos” eram “atemporais” e imutáveis, a mesma presunção era aplicada às sociedades do passado. As mudanças observadas, portanto, não poderiam se dar devido a desenvolvimentos internos. Havia circunstâncias em que as sociedades primitivas eram claramente expostas às civilizações “superiores”, e as mudanças resultantes poderiam ser explicadas em termos de aculturação.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 59-60.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>81</sup> “Not surprisingly, if modern, observable ‘primitive’ peoples were still presumed to be ‘timeless’ and unchanging, the same presumption was applied to societies in the past. Observed changes therefore could not be due to internal developments. There were circumstances where early societies were clearly exposed to ‘higher’ civilizations, and the resulting changes could be explained in terms of acculturation.” *Ibidem*, p. 61. Tradução minha. A ideia de romanização, ainda muito utilizada inclusive em meios especializados, é essencialmente a ideia de aculturação projetada no passado das sociedades dominadas pelo Império Romano, como é o caso dos celtas continentais e dos bretões e demais habitantes das ilhas.

Embora a ideia de culturas tenha permanecido como a abordagem predominante até a década de 60, suas inadequações têm sido, há algumas décadas, crescentemente aparentes.<sup>82</sup> As novas perspectivas que foram surgindo então, assim como quando as anteriores foram formuladas, dependiam dos desenvolvimentos no panorama cultural e político contemporâneo da sociedade ocidental. Este estava passando por uma grande mudança na esteira da Segunda Guerra e, particularmente, com o fim do colonialismo europeu. O aumento da autoconsciência cultural e nacional entre as sociedades colonizadas, e a desintegração dos últimos Impérios europeus ultramarinos, desacreditou ideologias imperiais de longa data.<sup>83</sup> A exposição da ideia de “progresso inevitável” como uma construção ideológica, a rejeição das presunções de superioridade branca, o ingresso de novos grupos étnicos das antigas colônias em países como Inglaterra e França, entre outros fatores, projetaram os holofotes para as relações entre diferentes raças e culturas.<sup>84</sup> A noção de que outras sociedades ao redor do mundo poderiam ser classificadas como “primitivas” e tratadas como sendo essencialmente estáticas e retrógradas, foram atacadas como uma construção altamente conveniente para os regimes coloniais.<sup>85</sup> A percepção de que povos “primitivos” podem mudar internamente e, muitas vezes, engajam-se em interações complexas com seus vizinhos, levou a um completo descrédito das velhas suposições de que mudanças deveriam significar migração ou invasão – ou ainda, aculturação passiva frente a um vizinho “superior”, como no caso dos contatos com gregos e romanos.<sup>86</sup>

Atualmente, o conceito de *grupos étnicos* tem sido adotado como uma alternativa aceitável para termos comprometidos como *raça* e *cultura*.<sup>87</sup> Como todas as

---

<sup>82</sup> Existem abundantes evidências que questionam muitas de suas suposições, como a de que as “culturas” são nitidamente delimitadas e internamente homogêneas, ou que as sociedades “primitivas” são “intemporais” – ao contrário, agora são vistas como dinâmicas e em mudança constante. JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 63.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>84</sup> Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, houve a percepção entre os cientistas sociais de que o "melting pot" não estava funcionando como esperado e os imigrantes não estavam simplesmente abandonando suas tradições e identidade e se tornando americanos genéricos. JAMES, *loc. cit.*

<sup>85</sup> JAMES, *loc. cit.*

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 67. Para Nathan Glazer e Daniel P. Moynihan, o surgimento do conceito de etnicidade não se trata apenas de uma nova palavra para designar velhas realidades – um simples substituto de raça e cultura - mas sim de uma nova palavra que reflete uma nova realidade; da mesma maneira, a extensão do termo “grupos étnicos” de subgrupos minoritários e marginais da sociedade para importantes elementos dessa comunidade, representa uma mudança dessa nova realidade, dessa nova maneira de ver o mundo. Para os autores ainda, o conceito de etnicidade apresenta uma alternativa menos limitada do que a concepção de raça, de nacionalidade e de grupo minoritário. GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. (Ed). *Ethnicity, Theory and Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1975, p. 5 e 25-26.

abstrações, o conceito de etnicidade tem problemas de definição e existem muitas teorias e interpretações concorrentes.<sup>88</sup> Uma definição mais genérica, que acredito ser a mais aceita, aborda a consciência étnica como um processo que é produto dos contatos com o outro e da percepção das diferenças<sup>89</sup>: Encontrar um “eles” faz com que um grupo se conscientize da existência de um “nós”, o que levanta a questão: *quem somos nós?* A atenção é então voltada para os aspectos da “nossa cultura” que diferem da “deles”, e leva a eleger símbolos diferenciadores que demarquem quem pertence a qual grupo. A gama de símbolos mobilizados é tão variável quanto a complexidade das sociedades humanas pode permitir.<sup>90</sup> Da mesma forma, as identidades são complexas e variáveis, podendo uma mesma pessoa ter mais de uma identidade, identificando-se mais a uma ou outra de acordo com a situação.<sup>91</sup> As identidades étnicas, nascidas nas práticas sociais, são amplamente expressadas através delas. Os símbolos são muito importantes, especialmente onde os grupos são muito amplos para serem diretamente experienciados como um todo e tornam-se uma “comunidade imaginada”.<sup>92</sup> De acordo com Herbert J. Gans, a identidade étnica pode ser expressa por ação ou sentimento, ou em uma combinação desses dois elementos. Os étnicos – e embora o autor fale sobre os de terceira-geração, acredito que a consideração seja aplicável às pessoas que se identificam como celtas nos dias de hoje -, podem participar de uma organização étnica, mas eles também podem encontrar sua identidade através da “afiliação” a uma coletividade abstrata que não existe como um grupo de interação. Essa coletividade pode ser mítica, ou real, contemporânea ou histórica.<sup>93</sup> Muitos podem inclusive não

---

<sup>88</sup> Simon James defende que a existência de um grupo étnico depende da auto-definição, pois os “grupos-étnicos verdadeiros” são aqueles que têm um etnônimo e os nomes dados pelos *outsiders* não contam, a não ser quando adotados pelo grupo assim designado. JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 67. É possível encontrar outros acadêmicos que apresentam um panorama mais complexo para essa questão. Michael Banton, porém, apresenta uma definição de etnicidade próxima a de James: o autor a entende como uma qualidade compartilhada, que tem a particularidade (com relação a qualidade compartilhada de nacionalidade, por exemplo) de os membros significativos terem consciência de pertencer ao grupo. A exigência de que um grupo étnico seja um grupo autoconsciente o distinguiria daquilo que os etnógrafos soviéticos denominam o *etnos*. BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 168.

<sup>89</sup> JAMES, *op. cit.*, p. 69. De acordo com Michael Banton, “a sociedade humana utiliza as diferenças e as relações naturais como uma maneira de organizar as relações sociais”. BANTON, *op. cit.*, p. 168.

<sup>90</sup> JAMES, *op. cit.*, p. 69-70.

<sup>91</sup> O autor usa a interessante metáfora da boneca russa *matrioshka* para falar das diferentes identidades que uma pessoa pode ter ao longo da vida. *Ibidem*, p. 69-77.

<sup>92</sup> Pode-se dizer que na maior parte do tempo o grupo étnico não tem existência real, ele só “aparece” quando os indivíduos e grupos precisam ser conscientes de sua etnicidade ou manifestá-la – viajar para outros lugares, lutar guerras, etc. *Ibidem*, p. 72.

<sup>93</sup> Embora tenham existido grupos que pelo menos em teoria tinham intenções de solidariedade e ação coletiva, como os congressos pan-célticos, a liga gaélica, entre outros, acredito que a identidade celta

sentir uma forte identificação étnica, pois a etnicidade pode ser muitas vezes considerada como menos importante que outras dimensões identitárias – como gênero, religião ou classe.<sup>94</sup>

Se a fluidez e complexidade dos grupos étnicos já torna a etnicidade um conceito difícil de ser definido em se tratando de teoria e de grupos modernos (os quais podem ser observados e interrogados), ao transpor esse quadro teórico para as sociedades do passado, como no caso dos “antigos celtas”, a complexidade e a dificuldade de compreensão só aumentam.<sup>95</sup> Se alguns grupos étnicos só se manifestam em certos períodos de tempo, através de atos e práticas efêmeras, muitas manifestações étnicas não deixam traços arqueológicos. Gênero, idade, status, religião e outras dimensões devem ter desempenhado sua parte na estruturação de uma sociedade, fazendo com que se torne difícil distinguir especificamente os referentes étnicos a partir da cultura material. E mesmo no caso da etnicidade expressa materialmente, quais itens eram investidos com valor simbólico profundo?<sup>96</sup>

No entanto, apesar de estar se provando mais difícil do que gostávamos de pensar, identificar etnicidades específicas no passado (sob a antiga e simplista abordagem “cookie-cutter”), é viável aplicar aos padrões nosso entendimento geral do comportamento humano e das formações culturais para tirar conclusões sobre *possíveis* presenças e escalas de identidade étnica.<sup>97</sup>

---

contemporânea se enquadra nas considerações de Gans por desempenhar um papel mais expressivo do que instrumental na vida das pessoas, “becoming more of a leisure-time activity and losing its relevance, say, to earning a living or regulating family life”. GANS, Herbert J. Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. In: SOLLORS, Werner (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996, p. 434-435.

<sup>94</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 74.

<sup>95</sup> O autor chega a propor inclusive que não seria necessário dar um nome a esses povos – já que seria difícil conciliar nomes e rótulos com sua individualidade e diversidade – e simplesmente chama-los do que eram: povos da Britânia e da Irlanda. *Ibidem*, p. 137. O que recorda as afirmações do historiador Benedict Anderson, que embora estivesse tratando dos recenseadores de um período diferente e atuando em outro contexto, parece aplicável ao caso dos historiadores, antropólogos e outros acadêmicos, para não dizer ao homem ocidental de uma forma geral, que teriam uma paixão pela categorização e certa intolerância diante de identificações múltiplas. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 229.

<sup>96</sup> JAMES, *op. cit.*, p. 77-78.

<sup>97</sup> “However, although it is proving more difficult to identify specific ethnicities in the past than we have liked to think (under the old, simplistic ‘cookie-cutter’ approach), it is possible to apply our general understanding of human behaviour and cultural formations to the patterns to draw conclusions about plausible presence and scales of ethnic identity.” *Ibidem*, p. 78. Tradução e grifo meus.

## HISTÓRIA ALTERNATIVA

Nas ilhas britânicas, o padrão geral que a arqueologia está revelando - esmagadoramente de pequena escala, vida social de curta distância e de grande diversidade regional - é irreconciliável com a ideia de uma identidade étnica unificada que chamamos de celta.<sup>98</sup> As evidências parecem sugerir que muitos nomes de grupos, anteriores e contemporâneos à Idade do Ferro, eram em grande parte, se não inteiramente, criações de indivíduos ou dinastias, que por meios políticos e/ou militares, estabeleceram seu poder e criaram/nomearam povos: “os povos não criam reis, mas os reis criam ‘povos’”.<sup>99</sup>

Ao contrário do que postula a tradicional descrição “normativa” dessas populações antigas, acredita-se agora que o essencial não eram as afinidades, mas sim as diferenças entre essas tradições múltiplas e autônomas, cujas semelhanças devem ter-se derivado do contato e da convergência, e não de similaridades herdadas de uma origem comum.<sup>100</sup> Corroborando essa ideia, um dos principais motivos do sucesso de Júlio César na conquista da Gália foi sua exploração das rivalidades e da fragmentação interna dos “povos gauleses”.<sup>101</sup> Uma listagem de nomes de tribos celtas, os quais foram coletados a partir de artigos acadêmicos e de fontes primárias, disponível no Wikipédia, conta 59 nomes de “tribos” para a região da Gália, por exemplo. Para toda a “civilização celta” são mais de 200 nomes diferentes compreendendo as regiões da Gália, da península ibérica, das ilhas britânicas, da Europa central, da Dácia, Trácia, Ilíria e Anatólia.<sup>102</sup>

O modelo, provisório e conjectural, oferecido por Simon James como alternativa à história tradicional, apresenta-nos territórios com sua própria diversidade regional, que, em graus variados em diferentes épocas, olharam para além das águas do Mar Irlandês, do Canal Inglês e do Mar do Norte para suas terras vizinhas, engajando-se em

---

<sup>98</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 78; DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, setembro de 1994. p. 586; WITT, Constanze. The “Celts”. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 287.

<sup>99</sup> “peoples did not create kings, but kings created ‘peoples’”. JAMES, *op. cit.* p. 79. Tradução minha.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>101</sup> SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Forma e Narrativa - uma reflexão sobre a problemática das periodizações para a escrita de uma história dos celtas. *Nearco*, n. I, Ano VI, 2013, p. 225; WITT, *op. cit.*, p. 288.

<sup>102</sup> Lista de tribos celtas – Wikipédia. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_tribos\\_celtas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_tribos_celtas). Acesso em 19 de agosto de 2010.

um tráfico de mão-dupla de ideias, bens e, inclusive, de algumas pessoas. Contatos distantes através das águas eram muitas vezes mais fáceis de serem mantidos do que com regiões mais próximas pela terra, principalmente devido às dificuldades do terreno. Esses contatos eram, muitas vezes, tão intensos, que algumas regiões insulares tinham mais em comum com seus vizinhos marítimos do que com outras comunidades na mesma ilha, como é o caso do sudeste britânico no século I a.e.c. com a vizinha Gália.<sup>103</sup> A circulação de ideias e bens explicaria de maneira muito melhor a expansão dos estilos de arte e sua alta adaptação local do que migração em massa.

Os nomes de grupos encontrados em registros históricos clássicos não são evidências necessárias de grupos étnicos: podem ser simplesmente criações de nobres. Exemplo disso é que os nomes de grupos registrados por César em sua invasão a ilha “sumiram” e já não eram mais os mesmos quando da invasão de Cláudio, cerca de um século depois, o que sugere o quão instáveis eram tais grupos e nos leva a questionar se realmente designavam uma identidade e sentimento étnico compartilhados.<sup>104</sup>

Tendemos a visionar os agrupamentos nomeados que surgiram durante os últimos 2.000 anos como se fossem parecidos com aqueles do nosso próprio mundo, onde as identidades nacionais seculares predominam; (...). Mas, antes do século XIX, o quão “reais” eram todas essas unidades em termos de engajamento em massa ou de participação popular fora dos grupos com poder? Até que ponto elas eram imposições artificiais dos ambiciosos, e até que ponto eram expressões de consciência cultural de povos autoconscientes?<sup>105</sup>

As inegáveis similaridades e relações entre esses vários povos chamados pela historiografia tradicional de celtas, são melhores explicados em termos de desenvolvimento paralelo de várias sociedades em íntimo contato: “Desde a Idade do Ferro tardia, as sociedades das ilhas foram, quase sempre, fortemente hierárquicas, dominadas por elites que operavam em um crescente nível ‘internacional’.”<sup>106</sup> Simon James defende ainda que a rejeição do rótulo *celta* não deixa necessariamente um vácuo

---

<sup>103</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 87.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>105</sup> “We tend to envision the named groupings which arose during the last 2.000 years as being like those of our own world, where secular national identities predominate; (...). But before the nineteenth century, how ‘real’ were all these units in terms of mass engagement, or popular participation outside the groups with power? How far were they the artificial impositions of the ambitious, and how far expressions of the cultural consciousness of self-aware peoples?” *Ibidem*, p. 133. Tradução minha.

<sup>106</sup> “Since the later Iron Age the societies of the isles have mostly been strongly hierarchical, dominated by elites operating at an increasingly ‘international’ level.” JAMES, *loc. cit.* Tradução minha.

terminológico, já que não seria necessário dar um nome a esses povos, pois seria difícil conciliar nomes e rótulos com tamanha individualidade e diversidade. O mais apropriado seria simplesmente chamá-los do que, de fato, eram: antigos povos da Britânia e da Irlanda.<sup>107</sup>

## USOS E ABUSOS

Existe ainda uma insistência no uso do termo *celta* por parte dos linguistas, que afirmam que o termo continua a ser útil para tratar de “povos que falavam um dialeto céltico”, e não de uma unidade cultural. Alguns arqueólogos/historiadores como John Haywood também continuam empregando o termo, fazendo a ressalva de que a maneira mais satisfatória de definir os celtas seria em termos linguísticos. Assim, teríamos “celtas continentais” e “povos falantes de língua céltica da Grã-Bretanha e da Irlanda”.<sup>108</sup> No entanto, para Simon James, essa insistência é inaceitável, pois o termo foi originalmente um nome de grupo aplicado a um ou mais povos e não uma descrição linguística e é, ainda hoje, entendida como um rótulo étnico pela maioria das pessoas. Tal uso empregado pelos filólogos implica que a língua é o determinante para a identidade ou que os nomes étnicos podem ser apropriados para uso estritamente linguístico, o que pode levar à ambiguidade e à má compreensão. É evidente que a identidade étnica não depende de falar uma língua celta, não fosse assim, milhões de pessoas que hoje consideram a si mesmas como culturalmente ou etnicamente celtas estariam desqualificadas.<sup>109</sup> Simon James busca combater o uso do termo *celta* como rótulo válido para as populações das ilhas na Idade do Ferro, no período romano e

---

<sup>107</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 137.

<sup>108</sup> “continental Celts” e “Celtic speaking peoples of Britain and Ireland”, respectivamente. Cf.: HAYWOOD, John. *The Historical Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2009, p. 14. Tradução minha.

<sup>109</sup> JAMES, *op. cit.*, p. 81. Glazer e Moynihan citam uma contribuição de David Schneider sobre a “dessocialização” dos grupos étnicos, que, embora tenha sido elaborada pensando no caso dos Estados Unidos do século XX, nos ajuda a pensar o ponto em questão: de acordo com David o “conteúdo” cultural de cada grupo étnico, nos Estados Unidos, parece estar se tornando muito similar aos outros, ainda assim, a significação emocional de ligação ao grupo étnico parece persistir. GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. (Ed). *Ethnicity, Theory and Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1975, p. 8. Nesse mesmo sentido, Max Weber escreveu: “Todas as diferenças de ‘costumes’ podem alimentar, em seus portadores, um sentimento específico de ‘honra’ e ‘dignidade’. Os motivos originais das diferenças nos hábitos de vida são esquecidos e os contrastes subsistem como ‘convenções’”. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1994, v. 1, p. 269. Ver também: GANS, Herbert J. *Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America*. In: SOLLORS, Werner (ed). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996, p. 434.

medieval, não sendo o mesmo válido para as populações modernas que reivindicam essa identidade para si.<sup>110</sup>

Embora essa nova perspectiva que Simon James, na falta de um rótulo melhor, chama de “Pós-Céltica”, pareça bem fundamentada, ela tem enfrentado muitas reações, principalmente por mexer com identidades contemporâneas. Além dos comentários furiosos de leigos nas resenhas dos livros que tratam do assunto<sup>111</sup>, o debate chegou a periódicos especializados, tendo a maior repercussão o artigo de dois arqueólogos australianos publicado na revista *Antiquity*. Os dois arqueólogos, Ruth and Vincent Megaw, veem a si mesmos como celtas (são descendentes de escoceses, irlandeses, ingleses, galeses e judeus) e escreveram em seu artigo duras críticas aos teóricos do pós-celticismo, acusando-os de querer privar povos de suas identidades e inclusive chamando-os de racistas. De acordo com os Megaw, o pós-celticismo seria levado a cabo por arqueólogos ingleses em um contexto em que se está tentando redefinir a identidade inglesa que passou por um período de declínio econômico.

Nos antigos dias do Império, a etnicidade inglesa raramente precisava de auto-definição já que era auto-evidente que era diferente dos (e superior aos) governados, incluindo escoceses, galeses e, especialmente, irlandeses. A Grã-Bretanha pós-imperial tem se tornado cada vez mais multirracial, multicultural e multi-religiosa, já que muitos dos habitantes do antigo Império se assentaram no Reino Unido, a maioria na Inglaterra, devido a sua maior prosperidade, mas não é politicamente correto, ou, mesmo, legal, expressar inquietação sobre esses novos elementos na ilha. Tem havido desafios internos à soberania do Reino Unido através dos 25 anos de luta armada na Irlanda do Norte, assim como o crescente separatismo da Escócia e de Gales. (...). Os celtas, antigos ou modernos, são vistos como possíveis símbolos de desintegração interna.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999, p. 137.

<sup>111</sup> Acredito que entre os mais conhecidos e influentes estão, além do livro de Simon James utilizado no presente trabalho: *The Celts: Origins, Myths and Inventions* de John Collis (COLLIS, John. *The Celts: Origins, Myths and Inventions*. Stroud: Tempus Publishing, 2003) e *The Celts: the construction of a myth* de Malcolm Chapman (CHAPMAN, Malcolm. *The Celts: the construction of a myth*. London & New York: St. Martin's Press, 1992).

<sup>112</sup> “In the old days of Empire, English ethnicity rarely needed self-definition since it was self-evident in being different from - and superior to - those ruled, including Scots, Welsh and especially Irish. Post-Imperial Britain has become increasingly multiracial, multicultural, and multi-religious as many of the inhabitants of the former Empire settled in the United Kingdom, mostly in England because of its greater prosperity, but it is not politically correct, or even legal, to voice concern over such new elements in Britain. There have been internal challenges to United Kingdom sovereignty throughout 25 years of armed strife in Northern Ireland, as well as rising separatism in Scotland and Wales. (...). Celts, ancient or modern, are seen as a possible symbol of internal disintegration.” MEGAW, J. V. S. & MEGAW, M. R. “Ancient Celts and modern ethnicity”. *Antiquity*, v. 70, n. 267, p. 175-181, 1996. Tradução minha.

Porém, além de não levarem em consideração muitos dos argumentos antes expostos, Simon James defende a si e aos colegas arqueólogos ingleses dizendo que, ao contrário do que indicam os Megaw, a revisão historiográfica está muito mais ligada a um reconhecimento da culpa do passado colonial e a uma conscientização dos direitos históricos dos outros. Essa revisão da história “celta” está conectada aos discursos pós-coloniais, pois questionam a imposição de generalizações exteriores. O Pan-celtismo pode ser inclusive visto como um movimento que obscurece e inclusive negligencia importantes e interessantes diferenças e, provavelmente, identidades. Além disso, não são apenas arqueólogos ingleses que questionam a existência de uma civilização celta, pois Simon cita colegas escoceses e galeses.<sup>113</sup>

As posições dos estudiosos quanto a essa questão variam. Além do posicionamento citado do arqueólogo britânico James Simons, que é acompanhado (pelo menos na questão da não existência de antigos celtas nas ilhas britânicas) pelo arqueólogo John Collins, alguns vão ainda mais longe, como Michael Morse, que afirma que os celtas são, e sempre foram, uma criação da mente humana.<sup>114</sup> Dominique Vieira Coelho dos Santos reúne ainda em seu artigo outros pontos de vista: para folcloristas como Joseph Jacobs não há qualquer dificuldade quanto ao emprego do termo *celta* para se referir aos antigos habitantes das ilhas.<sup>115</sup> A arqueóloga Miranda J. Green, em sua obra *The Celtic World*, restringe cronologicamente o uso do termo. A obra reúne especialistas em todas as sociedades consideradas como pertencentes ao “mundo céltico” em um tempo histórico bem delimitado entre 600 a.e.c. e 600 e.c.<sup>116</sup> John C. Kock apresenta uma abordagem mais abrangente, que se assemelha a de John Haywood, que vai do período da cultura Hallstatt até o início do século XXI, tratando sob a alcunha de celta, além dos povos continentais assim designados pelas fontes clássicas, os habitantes da Irlanda, Grã-Bretanha, Bretanha, Turquia e os contemplados pela diáspora celtas – América e Austrália.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> JAMES, Simon. “Celts, politics and motivation in archaeology”. *Antiquity*, v.72, n. 275, p. 200-209, 1998.

<sup>114</sup> MORSE, Michael A. *apud* WITT, Constanze. The “Celts”. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 284.

<sup>115</sup> SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Forma e Narrativa: uma reflexão sobre a problemática das periodizações para a escrita de uma história dos celtas. *Nearco*, n. I, Ano VI, 2013, p. 208.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 209.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 209-210.

A historiografia está repleta de embates desta natureza. Para além de qualquer discussão de “níveis” ou “grau” de celticidade, de até quando se pode ou não falar sobre celtas, ou mesmo levando em consideração autores que acreditam que nunca houve qualquer celta em lugar algum, importa o fato de que o termo, mesmo que seja para figurar após a palavra “proto”, “pseudo”, “literário” (e dezenas de outros), está presente, já existe no campo discursivo, integra o léxico destas narrativas. Ou seja, importa o aparecimento, usos (e abusos) e controles da forma ‘celta’ nos discursos científicos e acadêmicos.<sup>118</sup>

Sobre usos políticos da história celta, Michael Dietler faz um sucinto, porém, significativo, relato de como a França articulou ao longo dos séculos sua legitimidade política através dos passados celta, romano ou franco.<sup>119</sup> Os papéis importantes e, muitas vezes, paradoxais que o passado celta representaria na naturalização ideológica de comunidades modernas (enunciado no início do capítulo) seriam de três níveis para Dietler: (1) unidade pan-europeia no contexto de desenvolvimento de uma Comunidade Européia, (2) nacionalismo nos Estados membros daquela comunidade, (3) resistência regional à hegemonia nacionalista. Quanto ao último ponto, o autor ressalta o modo como nacionalistas franceses e regionalistas bretões agarram-se à língua e à história para construir tradições ideológicas competidoras:

É irônico que o entusiasmo republicano para o estabelecimento de uma nação com pretensões de autenticidade enraizada no antigo passado céltico, teria quase conseguido aniquilar a única conexão sobrevivente com a identidade céltica que tinha uma reivindicação de continuidade razoável: a língua falada pelo povo da Bretanha. É igualmente irônico que a resistência regional do povo bretão a um Estado francês que clama a descendência dos “nossos antepassados, os gauleses”, tenha centrado suas reivindicações em torno da etnicidade céltica. Uma ironia final é que alguns dos primeiros celtófilos responsáveis pela invenção do mito nacionalista francês (como Dom Pezron e La Tour d’Auvergne) eram bretões de origem, e nacionalistas celtistas franceses uma vez olharam com admiração para o povo da Bretanha, sua língua e seu folclore como primitivas relíquias vivas da antiga nação dos gauleses.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Forma e Narrativa: uma reflexão sobre a problemática das periodizações para a escrita de uma história dos celtas. Nearco*, n. I, Ano VI, 2013, p. 212.

<sup>119</sup> DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, setembro de 1994, p. 587-595.

<sup>120</sup> “It is ironic that republican enthusiasm for establishing a nation with claims to authenticity rooted in the ancient Celtic past should have nearly succeeded in wiping out the one surviving link to Celtic identity that had a reasonable claim to continuity: the language spoken by the people of Brittany. It is equally ironic that regional resistance by the people of Brittany to a French state claiming descent from ‘our ancestors the Gauls’ has centered around their counterclaims to Celtic ethnicity. A final irony is that some of the earliest Celtophiles responsible for the invention of the French nationalist myth (such as Dom Pezron and La Tour d’Auvergne) were of Breton origin, and nationalist French Celticists once looked admiringly toward the Breton people, their language, and their folklore as primitive living relics of the ancient nation of the Gauls.” *Ibidem*, p. 593. Tradução minha.

Quanto ao segundo ponto – o nacionalismo nos Estados membros da Comunidade Europeia -, o autor cita o exemplo da França. Seguindo nessa ordem invertida, encerro com o primeiro ponto por ser este o mais curioso dos três: na época em que o autor escrevia, a Comunidade Europeia ainda era um fato novo e em construção<sup>121</sup>. Dietler cita alguns exemplos de exposições arqueológicas com tema celta realizadas na Europa desde os anos 80 na tentativa de fazer um *link* entre essa nova comunidade e a antiguidade celta. Essas exposições eram financiadas e patrocinadas por mais de uma nação e construídas com objetos originários de uma variedade de países. Só para citar um exemplo, uma exposição realizada em Veneza, Itália, em 1991 intitulava-se “Os celtas: a primeira Europa”.<sup>122</sup> Na apresentação da exposição lia-se:

foi concebida com o espírito do grande processo iminente de unificação da Europa Ocidental, um processo que apontou eloquentemente para o aspecto verdadeiramente único da civilização celta, qual seja, de ser a primeira civilização de escala europeia historicamente documentada... Sentíamos, e ainda sentimos, que ligar aquele passado a esse presente não era, de forma alguma, forçado, mas de fato essencial, e poderia, efetivamente, chamar-nos de volta às nossas origens comuns.<sup>123</sup>

Continuar empregando acriticamente um nome genérico para uma miríade de povos diferentes seria continuar perpetuando a existência dessa coletividade e de uma história tradicional criada a partir de pressupostos políticos agora muito claros. Proceder a essa crítica evitaria postulações um tanto engraçadas como a encontrada na tradução portuguesa do livro de Haywood quando o autor comenta sobre a situação da ilha no século XVIII: “Embora ainda houvesse povos que falavam línguas celtas, eles próprios não o sabiam, uma vez que o termo ainda não fora inventado.”<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup> Nome dado em 1992 através do *Tratado de Maastricht* à antiga Comunidade Econômica Europeia. Esse mesmo tratado criou oficialmente a União Europeia.

<sup>122</sup> “The Celts: The First Europe”. DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, setembro de 1994, p. 595-6. Tradução minha.

<sup>123</sup> “it was conceived with a mind to the great impending process of the unification of western Europe, a process that pointed eloquently to the truly unique aspect of the Celtic civilization, namely its being the first historically documented civilization on a European scale.... We felt, and still feel, that linking that past to this present was in no way forced, but indeed essential, and could effectively call us back to our common roots.” LECLANT and MOSCATI *apud* DIETLER, *op. cit.*, p. 596. Tradução minha. Notícia sobre exposição no jornal *New York Times* disponível em: <http://www.nytimes.com/1991/03/10/travel/travel-advisory-celtic-exhibit-in-venice.html>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2014.

<sup>124</sup> HAYWOOD, John. *Os Celtas, da idade do bronze aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 211.

## CAPÍTULO 2. A HISTÓRIA, A RETÓRICA, A HISTÓRIA RETÓRICA E A REPRESENTAÇÃO

A nossa época, desconfiada de reivindicações de “verdade”, fica muito mais confortável com a discussão de figuras de linguagem e de persuasão do que com declarações de haver acesso à realidade transcendente.<sup>125</sup>

A questão historiografia-retórica não poderia ser mais contemporânea. Nos últimos anos, a tradicional concepção de verdade e a maneira pela qual o historiador teria acesso a esta vêm sendo duramente criticadas. Cientistas sociais, linguistas e outros teóricos têm mostrado o quanto as narrativas históricas e ficcionais têm em comum. A preocupação tem se voltado sobre a questão de como as narrativas históricas usam a retórica, ou linguagem persuasiva, para *construir* sentido em vez de inocentemente transmiti-lo. Argumenta-se que a verdade na história é determinada pelos leitores dos textos históricos – “(...) as expectativas e os princípios de um determinado leitor em um determinado tempo e lugar podem ser vistos como muito mais cruciais do que quaisquer padrões universais de veracidade.”<sup>126</sup>

De acordo com John Dugan, existe uma dificuldade de definição da retórica. Atualmente, segundo ele, a definição mais abrangente na teoria literária constitui um movimento de afastamento da noção constritiva de retórica como uma arte do discurso público para uma aproximação da ideia - influenciada pela “virada linguística” - de que a retórica é um componente básico de qualquer linguagem.<sup>127</sup>

Nesse sentido, quanto à retórica praticada em Roma, é possível considerar algumas características gerais comuns das diversas abordagens atuais. Dentre essas características está o afastamento do tratamento dessa retórica como um fenômeno trans-histórico de “eloquência”, um ideal que vários oradores e teóricos retóricos da antiguidade compartilhavam. No lugar disso, a retórica tem sido tratada como uma construção cultural, algo que está firmado em sua sociedade. Nas palavras do autor:

---

<sup>125</sup> “Our age, one suspicious of claims to the ‘truth’ is much more comfortable with discussion of figures of speech and persuasion than declarations of having access to transcendent reality.” DUGAN, John. Modern critical approaches to Roman Rhetoric. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 14. Tradução minha.

<sup>126</sup> “(...) the expectations and principles of a given reader in a particular time and place can be seen as far more crucial than any universal standards of veracity.” LAIRD, Andrew. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew (Ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 197.

<sup>127</sup> DUGAN, *op. cit.*, p. 13.

Como consequência do *status* da retórica como uma expressão de, e influência sobre, sua cultura, a qual, aliás, gozava de extraordinário prestígio e autoridade política, social e educacional, os estudiosos analisam a retórica não somente dentro do domínio do discurso público, mas como um corpo de ideias e práticas que se irradia em múltiplos aspectos do mundo romano.<sup>128</sup>

Ainda de acordo com Dugan, a retórica fornecia um mapa linguístico e cultural para o mundo romano, as diretrizes para aqueles que desejavam ser assimilados à elite governante de Roma.<sup>129</sup>

A retórica praticada em Roma consistia, essencialmente, de um amálgama de abordagens helenísticas, as quais já eram elas mesmas fundidas a sistemas retóricos anteriores e em disputas filosóficas. Os retores latinos, deste modo, combinaram o que era originalmente uma abordagem sofista do século V a.e.c. às partes do discurso com análise de provas (de Aristóteles) e então recombinaaram essa fusão com a teoria da *stasis* de Hermágoras e outros retóricos gregos que só são conhecidos pelos nomes.<sup>130</sup> Porém, mesmo na Antiguidade, escritores gregos e romanos diferiam veementemente sobre o valor da retórica e sua definição, pois a grande preocupação dentro da tradição quanto à sua legitimidade enquanto arte seria sintomática do fato de que a retórica, nem mesmo no Mundo Antigo, habitava fronteiras bem definidas.<sup>131</sup>

## DE MÉTODO A GÊNERO LITERÁRIO

A história feita em Roma contrastava consideravelmente com aquela feita na Grécia: contrariamente à profissão de historiador existente no mundo grego, que valorizava o trabalho árduo, no qual a observação pessoal realizada através de viagens era imprescindível, em Roma, o historiador era ele mesmo a fonte informada, quase sempre componente da ordem senatorial, cuja reivindicação para escrever história era baseada no prestígio e na sabedoria ganhos por meio da participação na vida política da comunidade. Os romanos escreviam a história de sua cidade e só tratavam de outras

---

<sup>128</sup> “As a consequence of rhetoric's status as an expression of, and influence upon, its culture, one, moreover, that enjoyed extraordinary political, social, educational, and literary prestige and authority, scholars analyse rhetoric not solely within the domain of public speaking but as a body of ideas and practices that radiates into manifold aspects of the Roman world.” DUGAN, John. *Modern critical approaches to Roman Rhetoric*. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 16. Tradução minha.

<sup>129</sup> *Idem*.

<sup>130</sup> CONNOLLY, Joy. The new world order: greek rhetoric in Rome. In: WORTHINGTON, Ian (ed.). *A companion to Greek rhetoric*. Blackwell Publishing, 2007, p. 151.

<sup>131</sup> DUGAN, *op. cit.*, p. 13.

cidades e Estados quando estes entravam em contato com Roma – questões estrangeiras poderiam ser tratadas sem sair de “casa”.<sup>132</sup>

O vocábulo grego para “inquirição”, “pesquisa”, “investigação” – *historia* – tornou-se o nome de um gênero literário particular, não deixando dúvidas sobre quais foram as características inicialmente consideradas como definidoras do gênero. Quando o método designa uma classe de trabalhos literários, é óbvio que a atividade inquisitiva descrita é, pelo menos em teoria, uma condição necessária da composição. O método histórico em seus princípios consistia basicamente da interrogação de testemunhas e de outras partes informadas e da redação das respostas em uma narrativa contínua, com eventual consulta de documentos e de vestígios materiais. Heródoto, ao descrever seu trabalho como a “exposição de sua pesquisa” (*histories apódexis*) foi instrumental em associar método e assunto.<sup>133</sup> O conteúdo da obra de Heródoto se subordinava ao alcance de sua experiência pessoal na apreensão desse conhecimento obtido em observações operadas ao longo de viagens pelos mundos grego e bárbaro.<sup>134</sup> Segundo Fornara, esse método rapidamente se enraizou, especialmente após Tucídides<sup>135</sup>, e em Políbio encontramos um justo representante da grande tradição da *historia*. A marca da profissão era observação pessoal, investigação e viagem. Essas condições excluía todos que não fossem membros dos estratos sociais mais elevados – riqueza e contatos sociais eram essenciais ao ofício. As condições desse empreendimento, trabalhoso e gratificante, mostram que os historiadores gregos (Heródoto, Tucídides, Teopompo, Calístenes, Políbio, entre outros) ocupavam-se dele em tempo integral e, os principais, dedicaram a ele o auge de suas vidas.<sup>136</sup>

Os historiadores romanos formam uma geração à parte, e isso não somente a respeito de sua dedicação inicial a uma carreira política ativa. A alteração do foco é um dos pontos mais importantes de mudança: os romanos escreveram história sobre sua cidade e, só por acidente, a do mundo. Se havia entre os gregos um ponto de vista histórico que reconhecia a necessidade de registro dos “feitos memoráveis dos homens, gregos e bárbaros”, para os romanos os feitos memoráveis restringiam-se aos seus. A

---

<sup>132</sup> FORNARA, Charles William. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 53 a 57.

<sup>133</sup> HERÓDOTO, 1.1. Cf.: FORNARA, *op. cit.*, p. 47.

<sup>134</sup> SEBASTIANI, Breno Battistin. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a.C. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). *História e retórica*. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007, p. 77-78.

<sup>135</sup> FORNARA, *op. cit.*, p. 47.

<sup>136</sup> Naturalmente, houve exceções, como Xenofonte que escreveu em retiro. *Ibidem*, 49.

*persona* do historiador se alterou – escrever história dos funcionamentos internos de uma oligarquia só poderia ser levada a cabo por um *insider*. O requerimento para escrever “os feitos do povo romano” era a *auctoritas*: a autoridade advinda de cargos ocupados e exércitos comandados.<sup>137</sup>

“No tempo de Heródoto, o trabalho era tudo e o escritor, pouco.”<sup>138</sup> Já em Políbio, balanceando a *historia*, encontra-se a afirmação de experiência política e militar, confirmando a influência romana em suas ideias e práticas. Políbio alegadamente requer do historiador envolvimento na política e participação nas guerras<sup>139</sup>: os historiadores romanos parecem ter satisfeito os critérios de Políbio nesse sentido.

Em Roma, a passagem do registro cronista, e paralelo aos fatos, à historiografia - narrativa continuada, reconstrução abrangente de um período mais ou menos longo de história - verifica-se nos últimos decênios do século III a.e.c.. De acordo com Domenico Musti, não resta dúvidas de que o nascimento da historiografia romana tenha sido impulsionado pela ordem histórica, política e psicológica que foi para Roma a guerra contra Aníbal (e a tomada de consciência que a acompanha), juntamente com a influência do contato e envolvimento cultural cada vez mais intenso com o mundo grego. Embora a analística tenha nascido na trilha da historiografia grega, e dela reproduzido certas características, o elemento comum entre a crônica pré-literária e a analística literária em Roma não se funda em princípios alheios a sua constituição: no fundo de grande parte da historiografia romana, resta aquela característica de literatura estreitamente ligada ao poder político, à cidade, de literatura destinada à celebração e à justificação de Roma, animada com frequência por intenções edificativas, e eventualmente até de propaganda. A própria origem dos escritores favorecia a admissão dessas características: muito deles, e sobretudo os primeiros analistas, pertencem à camada senatorial.<sup>140</sup>

---

<sup>137</sup> FORNARA, Charles William. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 54.

<sup>138</sup> “In Herodotus’ time, the work was all and the writer little.” Assim como Heródoto, Tucídides introduziu a si mesmo para a audiência em um prefácio pela simples referência a sua cidade nativa, sem mencionar seu patronímico, uma importante designação de posição social. *Idem*. Tradução minha.

<sup>139</sup> POLÍBIO, *Histórias*, XII.28.3-6. Cf.: *Idem*.

<sup>140</sup> MUSTI, Domenico. O pensamento histórico romano. In: CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo & FIARDINA, Andrea (Org.). *O espaço literário da Roma antiga*. Vol 1: A produção do texto. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 191-193.

No entanto, esse aparelho conceitual e essa perspectiva apologética e propagandística de marca puramente romana dispunha de modelos e tons elaborados dentro da tradição historiográfica grega: isso vale em particular para o colorido moralístico e edificativo que havia caracterizado, em geral, a historiografia grega desde o século IV, dando vida a uma historiografia “retórica” que havia nascido, em primeiro lugar, na escola de Isócrates.<sup>141</sup> Isócrates fundou uma famosa escola em Atenas que entendia a retórica como disciplina moral e educadora, a qual começou a assenhorear-se da educação, da poesia, da literatura em geral (e aqui entra a história), de maneira que o ensino escolar acabou por mudar definitivamente de rumo e orientação. Essa nova educação retórica passa mais tarde a caracterizar a Escola Helenística, convertendo-se na insígnia do pertencimento ao mundo cultural dos gregos e se perpetuando até a época do Império Romano e Antiguidade Tardia.<sup>142</sup>

Os filólogos clássicos faziam, desta forma, a distinção entre duas correntes no desenvolvimento da historiografia grega: a pragmática e a retórica. A pragmática remonta a Tucídides, que não tinha intenção de divertir seus leitores, queria apenas transmitir-lhes os fatos ocorridos, acompanhados de suas causas e consequências, com intenção, segundo alguns, de transmitir ensinamento prático. A corrente retórica, herdeira de Isócrates, acentuava a exigência do lado artístico da obra, sua redação, mesmo em detrimento da verdade e da exatidão histórica. Sua preocupação reside mais na ênfase na perspectiva política conservadora, no nacionalismo, no psicologismo e na moral.<sup>143</sup> Isócrates incute na história a ideia de que esta era uma experiência passível de ser recuperada em benefício de épocas póstumas, levando os historiadores a retornarem ao passado para trazer de lá experiências que possam ensinar, educar, remodelar as maneiras de se relacionar com o presente.<sup>144</sup> Por volta do século I a.e.c., a educação romana consistia quase que exclusivamente de instrução em literatura e retórica, e todos

---

<sup>141</sup> MUSTI, Domenico. O pensamento histórico romano. In: CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo & FIARDINA, Andrea (Org.). *O espaço literário da Roma antiga*. Vol 1: A produção do texto. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 197.

<sup>142</sup> EIRE, Antonio López. La influencia de la retórica sobre la historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardia. *Talia Dixit*, Revista interdisciplinar de retórica e historiografía, Badajoz, 3, 2008, p. 1-2.

<sup>143</sup> SEBASTIANI, Breno Battistin. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a.C. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). *História e retórica*. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007, p. 89-90.

<sup>144</sup> LIMA, Marinalva Vilar de. O destino de Roma, o destino dos homens: *exempla* edificantes em Tito Lívio. In: \_\_\_\_ & CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa (Org.). *Estudos Clássicos: Roma*. Série textos didáticos, ano III, vol. 03, nº 03. Campina Grande: EDUFCEG, 2013, p. 21-22.

os grandes historiadores romanos, de César a Amiano, exibem seu treinamento retórico<sup>145</sup> - a habilidade no discurso político era o principal foco da educação antiga.<sup>146</sup>

A retórica não era uma ferramenta secundária ou um atributo não-essencial da composição literária, muito pelo contrário, constituía-se em uma condição para que a composição pudesse existir.<sup>147</sup> Embora Cícero e Luciano estabeleçam uma distinção entre oratória e história, ambos parecem concordar que a oratória deveria facilitar o arranjo e o adorno da narrativa histórica.<sup>148</sup> O emprego das técnicas retóricas na escrita histórica era importantíssimo na composição dos discursos dos personagens, além da organização dos episódios, da estrutura dos argumentos e do uso da linguagem/estilo.<sup>149</sup> Segundo Fornara, Cícero teria proposto uma “teoria historiográfica” que consistia basicamente de um corte na teoria que era exposta nas escolas de retórica para todos. Os historiadores acabavam por empregar um ou outro princípio conforme eles se adequassem a seus objetivos artísticos e propósitos históricos e a escrita da história fazia-se particularmente interessante devido a suas extraordinárias possibilidades literárias.<sup>150</sup> No Livro I do tratado *Do Orador* de Cícero, do ano de 55 a.e.c., o personagem Antônio, na tentativa de descrever a esfera de ação do orador, diz que nada fica de fora de seu campo, conquanto a matéria requeira tratamento elaborado e impressionante.<sup>151</sup> Ele então lista alguns exemplos: dar conselho (*in dando consilio*), incitar (*insitatio*), acalmar (*moderatio*), prossecução, defesa, encorajamento (*cohortari*), reprovação (*uituperare*), elogio (*laudare*), acusação (*acusando*), consolo (*consolando*) e historiografia (*historia*). Mais, Dionísio de Halicarnasso, em sua obra *Tucídides*, refere-se à história como “*retorikai hypoteseis*”.<sup>152</sup>

---

<sup>145</sup> MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 188.

<sup>146</sup> LÓPEZ, Jorge Fernández. Quintilian as rhetorician and teacher. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 309.

<sup>147</sup> LAIRD, Andrew. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew (Ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 209.

<sup>148</sup> *Ibidem*. p. 199.

<sup>149</sup> MELLOR, *op. cit.* p. 189.

<sup>150</sup> FORNARA, Charles William. The nature of history in ancient Greece and Rome. London: University of California Press, 1983, p. 140-141.

<sup>151</sup> “*neque ulla non propria oratoris est res, quae quidem ornate dici gratuitique debet*”. CÍCERO. *De Oratore*, I.34. In: WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. London & New York: Routledge, 1988, p. 75.

<sup>152</sup> “*ῥητορικαὶ ὑποθέσεις*”. WOODMAN, A. J. *op. cit.*, (nota 147) p. 115. Ver: DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Tucídides*, 9.

A concepção ciceroniana de história, que encontra em Lívio sua realização autêntica<sup>153</sup>, seria um condensado da “poética” historiográfica de selo isocrático, pois nela recorre todo o aparelhamento conceitual e metodológico da historiografia retórica, moralista, edificante, do século IV a.e.c.<sup>154</sup>

## VERDADE E FICÇÃO

De acordo com Ronald Mellor, os leitores romanos eram menos rigorosos do que os modernos na diferenciação entre fato histórico e ficção<sup>155</sup>: “No mundo antigo, a história era um ramo da literatura, e o historiador era, acima de tudo, um artista literário.”<sup>156</sup> No *Do Orador*, Cícero compôs um diálogo que se daria 36 anos antes de escrita a obra, em 91 a.e.c., entre oradores e políticos proeminentes da época. Na parte em que trata da historiografia no livro II, a conversação se passa entre Marco Antônio, o orador mais famoso de seus dias<sup>157</sup>, Lúcio Licínio Crasso e Quinto Lutácio Catulo. A discussão divide-se em duas seções complementares, a primeira, uma crítica aos primeiros historiadores romanos (51-61) e, a seguinte, um relato de como a história deveria ser escrita (62-4). Na primeira seção, Antônio faz uma distinção entre o núcleo (*monumenta*) no qual a historiografia é baseada, e sua elaboração (*ornamenta*), na qual se situa a arte da historiografia (51-4). Na segunda, expõe quais seriam as leis da historiografia:

De fato, quem ignora a que a primeira lei da história é não ousar dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? É claro que estes fundamentos são do conhecimento de todos. 63. Sua construção propriamente dita, por outro lado, reside nos temas e nas palavras. O método para o temas demanda a ordem cronológica, a descrição das regiões; exige também, por se tratar de feitos grandiosos e memoráveis, em primeiro lugar, os planos, em seguida, as ações; depois, esperam-se os resultados e que se aponte, acerca

---

<sup>153</sup> Cf.: MUSTI, Domenico. O pensamento histórico romano. In: CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo & FIARDINA, Andrea (Org.). *O espaço literário da Roma antiga*. Vol 1: A produção do texto. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 231; SEBASTIANI, Breno Battistin. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a.C. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). *História e retórica*. Ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007, p. 81.

<sup>154</sup> MUSTI, Domenico. O pensamento histórico romano. In: CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo & FIARDINA, Andrea (Org.). *O espaço literário da Roma antiga*. Vol 1: A produção do texto. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 231.

<sup>155</sup> MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 185.

<sup>156</sup> “In the ancient world, history was a branch of literature, and the historian was above all a literary artist.” *Ibidem*, p. 187. Tradução minha.

<sup>157</sup> Avô do famoso general e triunviro do final da República, Marco Antônio.

dos planos, o que o escritor aprova, bem como se declare, em relação aos feitos, não apenas o que se fez ou se disse, mas também de que modo, e, ao tratar do resultado, que se expliquem todas as causas, seja da queda, as sabedoria ou da temeridade, e, dos homens propriamente ditos, não apenas os feitos, mas também, por se sobressaírem pela fama e pelo romance, acerca da vida e da natureza de cada um. 64. Deve-se buscar uma estrutura das palavras e um gênero de discurso amplo, cadenciado, de uma fluência uniforme com certa leveza, sem esta aspereza dos julgamentos e sem os aguilhões forenses dos pensamentos. Percebeis que, de tantos e tamanhos elementos, não há quaisquer preceitos que se encontrem nos manuais dos retores?<sup>158</sup>

A historiografia, segundo a visão de Antônio, é vista em termos metafóricos como um edifício consistindo de fundações (*fundamenta*) e superestrutura (*exaedificatio*). A preocupação de Antônio reside somente sobre o que não é familiar aos seus ouvintes, e já que ele diz explicitamente que a primeira e a segunda leis da historiografia são familiares, segue-se que as fundações não são sua preocupação principal. E mesmo os princípios fundacionais de verdade e falsidade são qualificados e explicados em termos da preocupação com as animosidades e parcialidades do historiador. Em outras palavras, a verdade na escrita da história parece para Cícero ser mais uma questão de evitar pré-conceitos e não a supressão da fabricação ou da invenção<sup>159</sup>: “Cícero, no *Do Orador*, não apresenta a verdade como o oposto do que chamaríamos de ficção.”<sup>160</sup>

A visão de verdade de Cícero não lhe era de modo algum peculiar. Segundo Woodman, essa visão é compartilhada pelos três principais historiadores do período clássico: Salústio, Tito Lívio e Tácito.<sup>161</sup> Nas sociedades grega e romana, a vida política baseava-se em um código de honra, com cada homem buscando sua própria *tímé* ou *gloria*. Em termos clássicos, a *gloria* de um homem, provocava a *invidia* de outros, e já que o historiador era o responsável por registrar e perpetuar a honra dos homens, ele se encontrava em uma posição embaraçosa. Era, portanto, muito comum o historiador renunciar ao preconceito ou à imparcialidade em suas palavras preliminares, porquanto seria arriscado alienar um grupo de leitores por parecer favorecer demais alguém a quem eles fossem opostos, ou muito tendenciosos contra alguém que eles

---

<sup>158</sup> CÍCERO, *Do Orador*, 62-64. In.: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero*: um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 206.

<sup>159</sup> WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. London & New York: Routledge, 1988, p. 81-2.

<sup>160</sup> “Cicero, in *De Oratore* does not present truth as the opposite of what we would call fiction.” *Ibidem*, p. 83. Tradução minha.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 73-4.

aprovassem.<sup>162</sup> Uma vez que o pré-requisito para escrever história em Roma repousava sobre sua *auctoritas*, ela estava em jogo.

A palavra latina *auctoritas*, segundo o dicionário Lewis & Short (1879), está ligada a poder, autoridade, reputação, dignidade, influência, mas também à produção e invenção.<sup>163</sup> Antônio M. Rezende, analisando a obra de Quintiliano, destaca as acepções relacionadas a este aspecto inventivo que carregariam o termo: criação, fundação, instituição e garantia.<sup>164</sup> Sendo garantia, “o orador, antes de dizer, tem de ser ele próprio, a verdade que ele está por dizer”<sup>165</sup>. Ou, nas palavras do próprio Quintiliano:

Aquilo que melhor caracteriza [a retórica] é ter sido definida como a ciência do bem-dizer, porque isso abrange simultaneamente todas as perfeições do discurso e a própria moralidade do orador, uma vez que não se pode falar verdadeiramente se não formos homem de bem.<sup>166</sup>

Quanto a essa afirmativa, parece-me possível ressaltar dois aspectos reveladores contidos nela: primeiro, a invenção permitida ao orador, ou historiador, neste caso, haja vista que o detentor da *auctoritas* era o próprio *auctor*, ou criador; segundo, os limites impostos a essa mesma inventividade.

Quanto ao primeiro ponto, segundo Ronald Mellor, o “método histórico” romano consistia fundamentalmente de uma coleta de informações básicas a partir de testemunhas contemporâneas ou de livros, após a qual o historiador procedia a uma remodelação do material coletado em sua própria história (*story*) e a uma reformulação dela em suas próprias palavras<sup>167</sup>. Mellor ressalta ainda a preferência concedida a outros livros de história enquanto fonte, em contraste com as matérias primas documentais.<sup>168</sup> No capítulo X da *Instituições oratórias*, Quintiliano faz uma aproximação entre poesia e história, já que esta última seria uma poesia em prosa. Além disso, diz que a história não

---

<sup>162</sup> WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. London & New York: Routledge, 1988, p. 74.

<sup>163</sup> LEWIS, Charlton T. & SHORT, Charles. *A Latin Dictionary*; Founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary. Oxford: Trustees of Tufts University, 1879. Definição completa de *auctoritas* disponível em: <http://perseus.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.0:4424.lewisandshort>. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

<sup>164</sup> REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p.88.

<sup>165</sup> *Ibidem*. p. 59. E acredito que o mesmo seja válido para os senadores/historiadores.

<sup>166</sup> QUINTILIANO, *Instituições oratórias*, II *apud* MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1998, p. 17.

<sup>167</sup> MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 187.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 191.

estava comprometida com a comprovação dos fatos, tendo em vista que seu dever era somente narrar.<sup>169</sup> A prioridade dada a uma narrativa coesa pode-se entender pelo fato de que os professores de retórica há muito incutiam em seus pupilos a importância da probabilidade na construção de uma narrativa persuasiva<sup>170</sup>, e esses argumentos acabavam por prevalecer mesmo sobre as evidências.<sup>171</sup>

Segundo Fornara, para os romanos a história era uma fonte de exemplos das virtudes e vícios dos homens, o que terminava desestimulando-os a empreender qualquer tipo de pesquisa revisionista, uma vez que novas evidências seriam irrelevantes para a tarefa de apresentar tendenciosamente o conhecimento tradicional a fim de permitir que a história passasse sua mensagem – uma caracterização trapaceira com um toque literário mostrava-se mais útil do que uma investigação cuidadosa.<sup>172</sup> Para os historiadores romanos a importância residia sempre na moral e na política, não na precisão de certos dados.<sup>173</sup> Não só a educação moral romana deixava pouco espaço para a produção individual, preconizando assim a recepção e a reprodução<sup>174</sup>, como a similaridade com o passado era tida como garantia de veracidade.<sup>175</sup>

Porém, essa falta de comedimento com evidências, dados, nomes e datas apuradas, o que dava espaço para criação dentro das histórias, também apresentava restrições, situação que nos conduz ao segundo ponto retirado da afirmativa de Rezende. A questão mesma da *auctoritas* que, por um lado permitia ao homem romano escrever história sem ter de comprovar os fatos que registrava, também reprimia: porquanto sua dignidade assegurava a confiabilidade de sua obra histórica, ela, a dignidade, acabava por entrar em jogo - o que deveria tornar o autor mais escrupuloso na hora de combinar investigação com “*story-telling*”.<sup>176</sup> Além disso, vários autores mencionam o fato de que as obras históricas poderiam ser recitadas publicamente. Nos tempos de Augusto, as

---

<sup>169</sup> REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 85. Ver: QUINTILIANO, *Instituições oratórias*, X, 1, 31-34.

<sup>170</sup> MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 192.

<sup>171</sup> KENNEDY, George A. Historical survey of rhetoric. In: PORTER, Stanley E. (org.). *Handbook of classical rhetoric in the Hellenistic Period*. 330 B.C. - A.D. 400. Leiden: Brill, 2001, p. 10.

<sup>172</sup> FORNARA, Charles William. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 117.

<sup>173</sup> MELLOR, *op. cit.*, p. 192.

<sup>174</sup> CORBEILL, Anthony. Rhetorical education and social reproduction in the Republic and Early Empire. In: *A Companion to Roman Rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 70.

<sup>175</sup> MARINCOLA, John. Historiography. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 21.

<sup>176</sup> MELLOR, *op. cit.*, p. 191.

recitações eram feitas antes da entrega para publicação, o que deixava o autor à mercê da recepção dos ouvintes e de possíveis refutações.<sup>177</sup>

Havia ainda outra possibilidade de refutação:

A possibilidade de refutação por testemunhas competentes deve ter sido uma poderosa restrição na invenção para os escritores de história contemporânea, talvez particularmente poderosa em Roma, dada a tendência dos historiadores romanos de fundamentar a sua credibilidade em sua *auctoritas*.<sup>178</sup>

Quanto a esses limites, Fornara fornece uma consideração, na minha visão, conciliadora, mas que pode ser vista como desesperadora por outros: cada escritor, de Heródoto a Amiano Marcelino, possuía sua própria concepção dos limites adequados para a restauração imaginativa dos detalhes e ânimos para os quais não haviam fontes, o que nos deixa com poucas esperanças quando se quer desenredar fato de fantasia<sup>179</sup>. Essas obras não foram escritas para serem lidas de tal forma. Feitas essas ressalvas, é preciso considerar alguns aspectos da teoria retórica que regiam as possibilidades de criação dentro da narrativa histórica.

## INVENTIO E HISTÓRIA

Apenas me dê a *Britannia*, para que eu possa pintá-la com as tuas cores, mas com o meu próprio pincel.<sup>180</sup>

O período helenístico tardio assistiu ao desenvolvimento de um conjunto racional de preceitos agrupados em cinco partes que recapitulavam os atos de planejamento e declamação do discurso.<sup>181</sup> De especial interesse no presente estudo é a função atribuída à *inventio*, a primeira dessas partes da preparação do discurso, na qual

---

<sup>177</sup> REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 155-156; MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 193.

<sup>178</sup> “The possibility of refutation by authoritative witnesses must have been a powerful constraint on *invention* for writers of contemporary history, perhaps particularly powerful in Rome given the tendency of Roman historians to ground their credibility in their personal *auctoritas*.” DAMON, Cynthia. Rhetoric and historiography. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 443. Tradução minha.

<sup>179</sup> FORNARA, Charles William. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 137.

<sup>180</sup> CÍCERO. *Epistulae ad Quintum fratrem*, II.14(13).2 *apud* STEWART, P. C. N. Inventing Britain: The Roman creation and adaptation of an image. *Britannia*, v. 26, 1995, p. 4. Tradução minha.

<sup>181</sup> A saber: a invenção (em latim, *inventio*; em grego, *heuresis*), o arranjo do argumento (*dispositivo*; *taxis*) o estilo (*elocutio*; *lexis*), a memória (*memoria*; *mneme*) e a declamação (*pronuntiatio*; *hypocrisis*).

se planeja os conteúdos e os argumentos.<sup>182</sup> A *inventio* era uma fase essencial na elaboração do discurso e tinha um grande peso na composição da narrativa histórica. Para Cícero, a invenção não era somente a primeira das cinco partes do discurso, era também a mais importante, a qual ele definia, exatamente com as mesmas palavras que o autor da Retórica a Herênio (cuja autoria foi, tradicionalmente, atribuída a Cícero), como “a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável.”<sup>183</sup> Essa descoberta se dava através de perguntas que o orador fazia a si mesmo, tais como sobre o que deveria versar, portanto sobre o tipo de discurso, o gênero que convém ao assunto etc.<sup>184</sup>

O manual de retórica de Lausberg define a *inventio* como:

o acto de encontrar pensamentos adequados à matéria conforme o interesse do partido representado, pensamentos que servem como instrumentos intelectuais e afectivos para obter, pela persuasão do juiz, a vitória do partido representado. Esta persuasão, em si mesma, consegue-se pela criação de um grau de credibilidade elevado, mesmo quando a *materia* em si desfrutava, de antemão, apenas de um grau muito baixo de credibilidade. A *inventio* não é compreendida como um processo de criação (como em certas teorias poéticas dos tempos modernos), mas sim como um encontrar por meio da recordação (análogo à concepção platônica do saber): os pensamentos, aptos para o discurso, já existem, no subconsciente ou na semi-consciência do orador, como *copia rerum*, e só precisam de ser despertados por uma hábil técnica mnemónica e mantidos, o mais possível, conscientes por meio de uma exercitação permanente. Nesse caso, a memória é compreendida como uma totalidade espacial, por cujas diferentes divisões (lugares: *topoi, loci*) os diferentes pensamentos estão distribuídos. Por meio de perguntas adequadas (análogas ao método do perguntar socrático), os pensamentos escondidos nos *loci* são chamados à recordação. – A preexistência geral dos pensamentos, que se devem encontrar, não exclui uma originalidade (*ingenium*) do orador e do artista.<sup>185</sup>

A invenção e a liberdade de criação apresentavam certos limites: tinham de contribuir para a probabilidade do caso e não se tratavam de simples invenções a partir do nada, e, sim, de tentar encontrar pensamentos já conhecidos. Ambas as funções (a probabilidade e os pensamentos já conhecidos) estão intimamente ligadas: segundo uma

---

<sup>182</sup> KENNEDY, George A. Historical survey of rhetoric. In: PORTER, Stanley E. (org.). *Handbook of classical rhetoric in the Hellenistic Period*. 330 B.C. - A.D. 400. Leiden: Brill, 2001, p. 5.

<sup>183</sup> “*Inventio est excogitatio rerum verarum aut veri similium, quae causam probabilem reddant.*” CÍCERO. *Da Invenção*, 1.9 e ANÔNIMO. *Retórica a Herênio*, 1.3. Tradução minha.

<sup>184</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução a Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 44

<sup>185</sup> LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 91.

definição do manual *Retórica a Alexandre*<sup>186</sup>, a probabilidade consistia justamente de uma afirmação respaldada por exemplos presentes nas mentes dos membros do auditório.<sup>187</sup>

No entanto, se para tratar da história romana, em especial das tramas políticas, dispunha-se de fontes e informações mais confiáveis<sup>188</sup>, quando o assunto era bárbaros, especialmente os habitantes de regiões distantes, as liberdades de criação deveriam aumentar. Entre as razões para isso, destaco o papel desempenhado pelas digressões etnográficas e pelos lugares-comuns. Os costumes de outros povos eram geralmente tratados em digressões etnográficas dentro do texto histórico latino, já que este se centrava sempre na história romana e não partilhava das características da história ecumênica grega – o que, de acordo com Mellor, resultou em um endêmico posicionamento chauvinista e xenófobo<sup>189</sup>:

Desde o tempo de Heródoto e seus antecessores, a geografia e a etnografia têm sido uma forma popular de introduzir o estranho e o inspirador de medo na história. O conhecimento genuíno de lugares distantes era tão limitado que as digressões geográficas inevitavelmente continham uma mistura de realidade e fantasia.<sup>190</sup>

Nesse sentido, Fornara ressalta que as digressões etnográficas começaram a ser cada vez mais utilizadas dentro das *res gestae* para complementar o quadro que estava sendo pintado, para deleitar o leitor ou adicionar informações interessantes que as leis da história teriam excluído da narrativa – as leis de obediência à verdade eram, ao menos em teoria, obrigatórias na história; a etnografia permitia a publicação de relatos sem confirmação e mesmo improváveis.<sup>191</sup>

---

<sup>186</sup> Tradicionalmente atribuído a Aristóteles, acredita-se que seja, em realidade, um trabalho de Anaxímenes de Lâmpsaco.

<sup>187</sup> [ARISTÓTELES]. *Retórica a Alexandre*, 7.1428a1. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012, p. 64.

<sup>188</sup> “In this small and tight-knit oligarchical community, information both public and secret was easily obtained. In addition to word of mouth and private communications, senatorial decrees were preserved in an archive together with the memoranda (*commentarii*) of public officials.” FORNARA, Charles William. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 56-57.

<sup>189</sup> MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 198.

<sup>190</sup> “From the time of Herodotus and his forebears, geography and ethnography had been a popular way to introduce strange and awe-inspiring material into history. Genuine knowledge of faraway places was so limited that geographical digressions inevitably contained a mixture of fact and fancy.” *Ibidem*, p. 186. Tradução minha.

<sup>191</sup> FORNARA, *op. cit.*, p. 13-15.

Ainda de acordo com Fornara, quando informações etnográficas ou antiquárias eram necessárias o escritor latino dispunha de excelentes bibliotecas privadas<sup>192</sup>, o que nos leva novamente à definição do processo da *inventio* oferecida por Lausberg e pelos manuais latinos. Os pensamentos não eram criados a partir “do nada”, mas deveriam ser recordados. O conhecimento tido sobre povos estrangeiros distantes deveria vir de leituras prévias, já que pouquíssimos dos historiadores devem ter viajado e conhecido esses “lugares selvagens” que descrevem. Além disso, mesmo quando se descreve um povo específico pela primeira vez, como é o caso dos bretões do norte, não deveria ser necessário ter leituras específicas sobre eles, mas, sim, sobre qualquer outro povo considerado bárbaro e aproximado daquele. Essa constatação se sustenta porque, segundo alguns acadêmicos, existia aos olhos dos romanos um arquétipo bárbaro e que todos os indivíduos e grupos a quem os romanos catalogavam como bárbaros respondiam a esse arquétipo. Sendo assim, os bárbaros eram uma construção da mentalidade romana e a esses bárbaros se atribuíam as características opostas às qualidades sobre as quais as aspirações romanas se centravam.<sup>193</sup>

Uma apreciação do interesse nas mudanças dentro da tradição historiográfica romana é esclarecedora. Segundo Marincola, esse interesse era rigorosamente definido. A atitude geral com relação ao passado era determinada por algumas questões, entre as quais: o lento ritmo de mudança que se vivia naquela época; a ausência de estudos comparativos ou análises sistemáticas – a tradição sempre prevalecia às pesquisas independentes; por fim, os valores tradicionais. O autor resume: “[este] tipo de consistência, juntamente com o ritmo lento de mudança real na vida das pessoas, levou a uma suposição de que o passado não era, de fato, muito diferente do presente.”<sup>194</sup> A historiografia se baseava em modelos e cânones, apresentando uma mudança sempre em pequena escala e as novas obras empenhando-se apenas em serem versões melhoradas.<sup>195</sup> Se essa era a atitude geral da historiografia, quando o assunto era a etnografia dos “outros” a situação se acentuava: “A pesquisa etnográfica não levava a

---

<sup>192</sup> FORNARA, Charles William. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 56.

<sup>193</sup> WELLS, Peter S. Los pueblos situados fuera de las fronteras del imperio. In: BISPHAM, Edward (Ed.). *Europa Romana*. Oxford: Oxford University, 2009, p. 335-337.

<sup>194</sup> “This kind of consistency, together with the very slow pace of actual change in people's lives, led to an assumption that the past was *not* in fact very different from the present.” MARINCOLA, John. *Historiography*. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 19. Tradução minha.

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 20.

uma maior apreciação da complexidade da mudança porque os estudos tendiam a ser ‘atemporais’”.<sup>196</sup>

## DIGRESSÕES

A digressão, chamada na antiguidade por uma variedade de nomes - *parkbasis*, *diéxodos*, *egressio*, *egressus*, *digressio*, *digressus* ou *excursus* - era concebida como uma narração particular que interromperia o relato central, às vezes podendo também adotar a forma de discurso, caracterização de personagens, *exempla* e outros recursos estilísticos.<sup>197</sup>

O excursus é um dos componentes retóricos mais característicos da literatura antiga em geral, e do gênero historiográfico, em particular. Sua importância reside em grande medida na função que exerce dentro de uma narração determinada, sendo a étnico-geográfica uma entre tantas possibilidades.<sup>198</sup> As digressões étnico-geográficas foram objeto de estudo pela primeira vez no século XIX e os juízos desfavoráveis de Viktor Gardthausen e Theodor Mommsen perduraram levando a um enorme desinteresse no assunto. As digressões eram consideradas de tamanho desmesurado, carecendo de vínculo sólido com o resto da narração, mas, especialmente, suas informações eram, segundo esses autores, de segunda mão e não eram fidedignas na maioria das vezes.<sup>199</sup> As teses de Mommsen acabaram sendo extremamente prejudiciais para o estudo posterior dos *excursus*. Paulatinamente, os especialistas começaram a se interessar nestas peças, primeiramente atribuindo-lhes um caráter científico e depois meramente retórico. Com as atenções voltadas para as digressões étnico-geográficas nos últimos anos, alguns autores insistem na necessidade de mudar o enfoque das investigações, de uma análise de fontes e da exatidão das descrições geográficas para uma compreensão do propósito e do método de tais narrações. Outros rejeitam a

---

<sup>196</sup> “Ethnographical inquiry did not lead to greater appreciation of the complexity of change because the studies tended to be ‘timeless’”. MARINCOLA, John. *Historiography*. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 19. Tradução minha.

<sup>197</sup> RAMOS, Jorge A. López. *Excursus, etnografía y geografía: un breve recorrido por la tradición historiográfica antigua (de Heródoto a Amiano Marcelino)*. *Nova Tellvs*, 26, 1, 2008, p. 261-2.

<sup>198</sup> Podem existir digressões de índole científica, literária, filosófica, religiosa, mitológica, social, política e moral. A étnico-geográfica, contudo, marcou grande presença especialmente na historiografia. *Ibidem*, p. 262.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 264-5.

possibilidade de que os excursos constituam uma autoridade na ciência geográfica e sublinham seu caráter literário.<sup>200</sup>

O desenvolvimento dos relatos geográficos no Mundo Antigo resultou em um interesse mais além do que o meramente prático. O saber que podiam fornecer essas narrações se concebeu como um elemento imprescindível para compreender os feitos históricos – esta nova atitude é patente a partir da obra de Heródoto. O historiador tem a necessidade de situar no espaço sua narração, assim como proporcionar informações sobre todos os aspectos possíveis dos povos tratados no relato. O mais provável é que não tenha sido Heródoto o criador do excurso, como demonstram as palavras de Quintiliano, que via em Homero a semente da *digressus*, mas, de qualquer forma, a tradição do excurso étnico-geográfico se inicia com o historiador jônio.<sup>201</sup> Porém, o excurso, tal como se apresenta na literatura latina, embora tenha seu início em Heródoto, ainda necessitaria de alguns séculos para que chegasse a estabelecer-se como um elemento com regras fixas e com informação tomada da tradição mais do que da própria experiência do historiador.<sup>202</sup>

Por um lado, o excurso tem a função de enquadrar uma narrativa e de situar o terreno onde se sucederão os acontecimentos, com a finalidade de criar uma atmosfera para o relato do enfrentamento que vai ocorrer ali. Por outro lado, o excurso enaltece tanto o historiador por seus vastos conhecimentos quanto o relato que antecipa.<sup>203</sup> No entanto, como ressalta Emma Dench, a etnografia no mundo mediterrânico antigo não era meramente um exercício acadêmico, uma vez que existem muitas evidências que indicam a influência das tradições etnográficas nas práticas culturais e vice-versa, e mesmo naquilo que poderíamos chamar “política” (*policy*)<sup>204</sup>. Um aspecto importante no autorretrato de Heródoto é sua declaração de viajar e realizar investigações etnográficas. Alguns estudiosos sugeriram a importância da figura e da obra de Heródoto como uma influência nos padrões de viagem e conquista de Alexandre, o Grande. No entanto, o fato de que Alexandre era acompanhado por Nearco, Ptolomeu e

---

<sup>200</sup> RAMOS, Jorge A. López. Excursus, etnografía y geografía: un breve recorrido por la tradición historiográfica antigua (de Heródoto a Amiano Marcelino). *Nova Tellvs*, 26, 1, 2008, p. 266-7.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 289-292.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 292.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 274.

<sup>204</sup> DENCH, Emma. *Ethnography and History*. In: MARINCOLA, John (Org.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Blackwell Publishing, 2007, p. 494.

Calístenes, leva à conexão entre escrever e *enacting*<sup>205</sup> etnografia a um novo nível de importância histórica, e não apenas historiográfica. Mas é durante o período final da república romana, no entanto, que a ideia de *enact* (ordenar, agir), no lugar de apenas escrever etnografia, torna-se mais explícita. O olhar etnográfico não deixava de ser frequentemente ético e, no mínimo, implicitamente didático em seus interesses: a noção de que a história fornece lições de como lidar com as vicissitudes da fortuna é explícita em Políbio (*Histórias*, 1.1.2). Contudo, os romanos põem nova ênfase na importância cultural de fazer em vez de meramente escrever, na ação e não somente no conhecimento. No *De Bello Gallico* de César, escrever e agir, conhecimento e conquista, estão intimamente conectados, porquanto César escreve e *enact* etnografia.<sup>206</sup>

Nos excursos étnico-geográficos os autores incorporavam um número de “curiosidades convencionais” sobre a região descrita. Entre esses elementos encontram-se algumas observações originais (como, por exemplo, algumas das informações que Tácito acrescenta sobre o formato da Escócia, informações tais que provavelmente derivem das expedições de Agrícola no norte da ilha) e um cúmulo de lugares-comuns que se referiam às características físicas e aos costumes dos povos.<sup>207</sup>

## OS LUGARES-COMUNS

Os lugares-comuns são importantes recursos dentro da construção de um discurso retórico e são geralmente situados na *inventio*. Embora possam ser vistos hoje de maneira pejorativa, como estereótipos ou clichês, os *topoi* na Antiguidade possuíam validade discursiva e literária: a associação de ideias já conhecidas pelo público permitia orientar o interlocutor na compreensão e no convencimento dos argumentos. Era de fato parte fundamental da arte retórica e não se constituía em uma vulgarização do discurso.<sup>208</sup> De acordo com Cynthia Damon: “O juiz é mais suscetível a acreditar em

---

<sup>205</sup> Mantenho o verbo em inglês utilizado pela autora devido a ausência de um termo em português que forneça uma tradução a altura do que representaria esse verbo. Por *enact* entende-se decretar, ordenar, legalizar, mas também o desempenho de um papel, uma interpretação, em suma, *ação*.

<sup>206</sup> DENCH, Emma. *Ethnography and History*. In: MARINCOLA, John (Org.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Blackwell Publishing, 2007, p. 501-2.

<sup>207</sup> RAMOS, Jorge A. López. *Excursus, etnografía y geografía: un breve recorrido por la tradición historiográfica antigua (de Heródoto a Amiano Marcelino)*. *Nova Tellvs*, 26, 1, 2008, p. 280.

<sup>208</sup> CEIA, Carlos. Website: E-Dicionário de termos literários. Disponível em: [http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=943&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=943&Itemid=2). Acesso em: 11 de outubro de 2012.

uma narrativa se ele puder antecipar corretamente o que vem a seguir.”<sup>209</sup> – e, provavelmente, era da mesma maneira com o leitor ou com o ouvinte das recitações das histórias.

Michael Leff, em seu artigo sobre lugares-comuns e a argumentação em Cícero e em Quintiliano, inicia fazendo uma crítica à *Nova Retórica* de Perelman e Olbrechts-Tyteca, uma vez que para estes autores os *loci communes* seriam ou equivalentes aos *kanoi topoi* de Aristóteles<sup>210</sup>, ou formas degeneradas de exposição oratória – duas opções equivocadas na opinião de Leff.<sup>211</sup> Para este autor a diferenciação feita pelos latinos entre *loci* e *loci communes* não era a mesma levada a cabo por Aristóteles. Para os romanos, os lugares-comuns eram comuns não porque indicavam premissas universais aplicadas a qualquer caso, como definia o filósofo grego, mas porque lidavam com assuntos que eram recorrentes no discurso argumentativo.<sup>212</sup> Por essa razão, apesar de sua importância, não utilizei a obra retórica de Aristóteles, mas preferi os manuais latinos, pois me parecem se enquadrar melhor à leitura que fiz do emprego de lugares-comuns pelos autores analisados.

Os tópicos, segundo o manual *Da invenção* de Cícero, atuam como uma fonte para a descoberta de elementos que possam contribuir para a construção de um argumento. Enquanto os lugares ou tópicos oferecem material para a construção, os lugares-comuns seriam produtos finalizados que integram argumento lógico, apelo emocional e estilo em uma estrutura única: “Os *loci* operam como um processo de descoberta; os *loci communes* são produtos, aparentemente inventados e concluídos antes de lidar com o caso em questão.”<sup>213</sup> Além disso, eles contêm uma “amplificação” que diz respeito tanto a algo que está para além da dúvida (valores universalmente aceitos relevantes para o caso), quanto ao que é inerentemente duvidoso (questões

---

<sup>209</sup> “The judge is likely to believe a narrative if he can anticipate correctly what comes next.” DAMON, Cynthia. Rhetoric and historiography. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007. p. 441. Tradução minha.

<sup>210</sup> “(...) that is, ‘common topics’ in the sense of ‘field invariant’ or ‘universal’ lines of reasoning.” LEFF, Michael. Commonplaces and Argumentation in Cicero and Quintilian. *Argumentation*, n. 10, 1996, p. 445.

<sup>211</sup> *Ibidem*, 445. Para a definição de *loci communes* citada por Perelman, ver: PERELMAN, Chain & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *The new Rhetoric: a treatise on argumentation*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1969, p. 83-84.

<sup>212</sup> LEFF, *op. cit.*, p. 446.

<sup>213</sup> “The *loci* operate as a process of discovery; the *loci communes* are products, apparently invented and completed before dealing with the case at hand.” *Ibidem*, p. 448. Tradução minha.

contestáveis que frequentemente aparecem em controvérsias)<sup>214</sup>. A primeira definição é a que interessa para este trabalho.

Em situações nas quais os argumentos normalmente devem ser tratados com restrição, simplicidade e perspicácia, os lugares-comuns demandam grande ênfase e embelezamento, incluindo linguagem e pensamentos sublimes, desempenhando, assim, um grande apelo emocional.<sup>215</sup> Quintiliano afirma a importância dos *loci communes* como exercício oratório e que esse tipo de prática seria essencial precisamente porque lida com questões que ocorrem com frequência no tratamento do caso. Utilizando uma metáfora que compara a prática oratória com um campo de batalha, o autor diz, no livro II da *Instituições oratórias*, que os lugares-comuns são armas que deveríamos sempre ter guardadas em nossa armadura, prontas para uso imediato conforme demandasse a ocasião.<sup>216</sup> Porém, o retor deixa claro que o uso de lugares-comuns envolve um esforço inventivo genuíno e não somente uma repetição verbal. De acordo com Leff, os lugares-comuns servem, entre outros propósitos, como

(...) modelo que pode ser armazenado na memória, e então, reestruturado e acomodado conforme a demanda das circunstâncias cambiantes. Isto é, o “produto” criado por meio do exercício oferece uma espécie de analogia *a priori* para outros atos produtivos sobre o mesmo tema e, talvez, para outros temas também.<sup>217</sup>

Essa visão gerativa dos tópicos reflete uma concepção não-moderna sobre a relação entre memória e invenção. Ainda segundo Leff, em nossa cultura documental pós-Iluminista, tipicamente consideramos a memória como um processo não criativo de armazenagem e recuperação. Porém, o autor apresenta a contribuição de um estudo de Mary Carruthers que demonstrou que os pensadores antigos e medievais acolhiam uma ideia de memória mais complexa, já que distinguiam entre memória verbal (*memoria verborum*) e memória de substância (*memoria rerum*). A primeira corresponderia a nossa concepção moderna, ou seja, memorização, a capacidade para a repetição exata e estática de palavras. Muito mais importante para os escritores não modernos, é a

---

<sup>214</sup> LEFF, Michael. Commonplaces and Argumentation in Cicero and Quintilian. *Argumentation*, n. 10, 1996, p. 447-448.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 447.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 448-449.

<sup>217</sup> “(...) model that can be stored in the memory and then restructured and accommodated as changing circumstances demand. That is, the ‘product’ created through the exercise offers a sort of a priori analogy for other productive acts concerning the same theme and perhaps for other themes as well.” *Ibidem*, p. 449. Tradução minha.

segunda forma de memória, que tem muito mais a ver com a invenção. Para Quintiliano, os lugares-comuns funcionariam dessa maneira gerativa.<sup>218</sup>

Esse importante papel desempenhado pela memória pode-se explicar pela necessidade de adaptação do discurso às necessidades presentes do seu auditório. Nesse mesmo sentido, Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra, tradutoras da versão utilizada da *Retórica a Herênio*, ressaltam como após o advento do Romantismo o exercício de imitação das autoridades do passado começa a ser repudiado em prol da originalidade, que só o homem de gênio pode alcançar. A autoria passa a ser título de propriedade que reconhece a subjetividade como causa da obra. O discurso encontra sua identidade no sujeito que, por meio dele, expressa sua singularidade.<sup>219</sup> A *inventio* e os lugares-comuns podem parecer, nessa maneira de ver, muito ambíguos. Entretanto, essa mudança operada com o início do Romantismo pode ser uma das causas - segundo Reboul, nós criamos uma oposição não percebida pelos antigos. Estes não concebiam a criação a partir do nada e achavam que qualquer invenção era feita,

por um lado, a partir de materiais dados (lugares extrínsecos) e por outro de regras mais ou menos estritas (lugares intrínsecos); mas achavam também que com ela a criatividade do orador, longe de desvanecer-se, afirmava-se ainda mais. Originalidade, sim, mas como fruto da arte, ou seja, de uma prática de ensino.<sup>220</sup>

Ainda mais importante no estudo em questão é que, para os romanos, política e moral eram as questões que importavam, e não a exatidão de nomes e datas e descrições detalhadas. Daí se entende a importância da tradição e dos conhecimentos já internalizados.<sup>221</sup> A história ocupava um lugar importante dentro da literatura latina, mas, para Mellor, a historiografia romana era mais do que um simples registro literário do passado, era uma extensão da vida política<sup>222</sup>, já que ela teria essa função de

---

<sup>218</sup> LEFF, Michael. Commonplaces and Argumentation in Cicero and Quintilian. *Argumentation*, n. 10, 1996, p. 449-450. Da mesma maneira, Quintiliano considerava os exercícios de imitação importantíssimos, e esses, da mesma forma, envolviam memória e inovação. Cf.: REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 108-109.

<sup>219</sup> [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, p. 31-2.

<sup>220</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução a Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 54.

<sup>221</sup> MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 192.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 199.

universalidade: falar do passado para necessidades presente com vistas a influenciar o futuro.

## A REPRESENTAÇÃO COMO OPERAÇÃO DE TRÊS LUGARES

As histórias de Tácito, Dião Cássio, Diodoro Sículo, entre outros, contêm descrições e narrativas que relatam características, físicas e culturais, de outros povos designados como *bárbaros*, criando uma imagem consistente - uma representação que cumpria importantes papéis sociais e políticos. Sendo a maioria destes povos ágrafos antes do domínio ou do contato com os habitantes do Mediterrâneo, muito de sua história depende das obras desses autores, o que explica, em grande parte, o porquê de essas representações caricatas e majoritariamente negativas perdurarem e imperarem ainda nos dias de hoje. Muito empenho foi despendido por parte de alguns acadêmicos ao longo dos anos para depurar informações verdadeiras de mera fantasia e invenção, porém, não bastasse o fato de que tais obras não foram feitas para serem lidas dessa forma, esta é uma questão complicadíssima. Não nego que seja possível, através da comparação com vestígios arqueológicos e estudos antropológicos, entre outros métodos, chegar a conclusões de quais traços são relativamente mais coerentes e confiáveis de terem realmente caracterizado algum (ou alguns) destes *bárbaros*. Porém, esta questão, especialmente após o advento da Virada Linguística e das reformulações da teoria da história suscitadas por ela, pode ser vista de um ângulo diferente e, talvez, ainda mais rico, e é nessa tarefa que o conceito de representação, como definido por Ankersmit, pode auxiliar.

O historiador Dominique Vieira Coelho dos Santos, em seu artigo acerca do conceito de representação, teve como um de seus intuitos fazer um breve mapeamento de caráter epistemológico do conceito de representação, já que este tem sido um termo muito mencionado pelos historiadores nos últimos anos. O problema com relação ao conceito residiria no fato de que grande parte dos trabalhos que faz uso deste não apresenta uma crítica sobre o ele: “Ao contrário, o mencionam aleatória e discriminadamente como se ele tivesse um único significado e uma história

contínua.”<sup>223</sup> As complexidades e polissemias do termo levam inclusive alguns acadêmicos a defenderem o abandono de seu uso.<sup>224</sup> Uma das leituras mais correntes, cujas reflexões são encontradas em Francis Bacon, Descartes, Berkeley, Hume e outros, entende a representação na condição de espelho da realidade. Essa concepção, que dominou a tradição da física e da metafísica desde o século XVII, influenciou diversas escolas historiográficas dos séculos XIX e XX, as quais entendiam a representação como algo mimético, o que pressupõe uma concepção de mundo dualista: “De um lado está o mundo físico existente e de outro as *representações* que os homens fazem deste.”<sup>225</sup> Desta maneira, fica subentendida a existência de um “real” como um “existente” independentemente do sujeito, e daí é possível falar em conhecimento verdadeiro<sup>226</sup> (com uma única verdade possível e todas as demais errôneas). Com o advento da Virada Linguística, a linguagem deixa de ser entendida como um meio de transporte do pensamento e passa a ser compreendida como um importante agente estruturador do que chamamos de realidade. Essa forma de pensamento coloca em cheque as concepções de mundo dualistas. De acordo com Jaume Aurell, podemos encontrar em Ferdinand Saussure um claro precedente dessa linha de raciocínio, porquanto, seguindo as teses do linguista e filósofo suíço, chegou-se a afirmar que a linguagem não é um meio para comunicar sentido ou unidades de sentido, mas que o próprio sentido é uma função da linguagem: “O homem não utiliza a linguagem para transmitir o seu pensamento, mas o que o homem pensa está condicionado pela linguagem.”<sup>227</sup>

---

<sup>223</sup> SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 6, dezembro de 2011, p. 27. O autor menciona ainda o trabalho de Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra que traz considerações sobre a renovação da historiografia brasileira na década de 1984-1994. Uma das principais motivações desta renovação seria a utilização do conceito *representação*, todavia, segundo as autoras, vários problemas relacionados aos usos do termo podem ser notados: “1) Os trabalhos apresentam uma bibliografia restrita demais ou então uma lista tão ampla de autores a ponto de descaracterizar a proposta do trabalho; 2) muitos dos títulos citados não apresentam qualquer relação com a opção metodológica de análise; 3) dificuldade de incorporar ao trabalho as reflexões teóricas dos autores mencionados na bibliografia; 4) muitos textos não conseguem ultrapassar o nível descritivo do material empírico, apesar das proposições analíticas anunciadas na introdução; 5) extremo ecletismo, utilizando autores com posições teóricas distintas sem fazer a necessária distinção; 6) incapacidade de integrar a discussão teórico-metodológica à descrição das fontes”. CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliane Regina de Freitas (2006) *apud* SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *op. cit.*, p. 31.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>225</sup> SANTOS, *op. cit.* p. 40-41.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>227</sup> AURELL, Jaume. *Escrita da História: Dos positivismos aos pós-modernismos*. São Paulo: Sita-Brasil, 2010, p. 117-118.

Segundo Ankersmit, assim como os empiristas (ou realistas, segundo Santos, ou seja, os defensores da teoria de correspondência), os advogados da Virada Linguística admitem uma distinção dos níveis da “fala” e da “fala sobre a fala”. No entanto, no ponto em que os primeiros tendem a identificar essa distinção com a diferenciação entre verdade sintética ou empírica (nível da “fala”) e verdade analítica (nível da “fala sobre a fala”)<sup>228</sup>, os últimos formularam críticas que trouxeram uma grande contribuição para o entendimento das ciências no geral, e, de maneira muito mais relevante, para as humanidades<sup>229</sup>:

de modo contrário à convicção empirista, o que acreditamos ser verdade pode, pelo menos, às vezes, ser interpretada como uma declaração sobre a realidade e como uma declaração do significado da linguagem e das palavras que nela usamos. Assim, a linguagem pode ser uma produtora de verdade não menor do que a realidade.<sup>230</sup>

Dessa forma, concepções de mundo dualistas são postas em xeque, uma vez que nem sempre é possível saber se nossas crenças possuem suas origens na “compulsão da experiência” – na qual a realidade empírica mostra ser o caso – ou na “compulsão da linguagem” - na qual se crê com base em um argumento *a priori*, filosófico ou analítico.<sup>231</sup> E mais, “saber lidar com casos em que a verdade *de dicto* e a verdade *de re* se misturam é precisamente para o que precisamos da escrita da história”<sup>232</sup>, sendo a escrita da história compreendida como um importante instrumento para compreender o mundo social em que vivemos.<sup>233</sup>

Aceitas essas considerações, é possível romper com o entendimento limitante da representação como sendo um espelho da realidade. Nesse sentido, Ankersmit reformula as questões levantadas sobre os dois níveis (“fala” e “fala sobre a fala”) em termos de descrição e representação. Na descrição o autor identifica a distinção entre um referente

---

<sup>228</sup> “crença em uma clivagem fundamental entre verdades que são *analíticas*, ou balizadas por significados independentes do fato, ou em verdades que são *sintéticas* ou balizadas pelo fato”. QUINE, W. V. (1971) *apud* ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 66. A verdade sintética corresponderia à experiência empírica e a analítica à premissas verdadeiras pela analítica dedutiva.

<sup>229</sup> Já que para esta última, é muito maior a indeterminação entre a verdade pela experiência e a verdade pela compulsão da linguagem. *Ibidem*, p. 64-68 e 73.

<sup>230</sup> ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 67.

<sup>231</sup> ANKERSMIT, *loc. cit.*

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 69-70.

e um atributo. Esta afirmativa é exemplificada pela frase: “este gato é preto”<sup>234</sup> (este gato – referente ou sujeito; é preto - atributo ou predicado). Porém, essa distinção não estaria presente na representação (e na escrita da história), e o autor evoca uma analogia com uma fotografia ou pintura de um gato preto: na obra imagética, referência e predicação assumem o mesmo lugar ao mesmo tempo.<sup>235</sup> O problema da referência no caso da representação leva o autor a propor uma troca de denominações, de referência para “acerca de”:

(...) que resultaria na seguinte distinção terminológica, não obstante tanto descrições quanto representações se mantenham em relação com a realidade, uma descrição será para se *referir* à realidade (por meio de sua terminologia), enquanto uma representação (como um todo) será *acerca da* realidade. E onde a “referência” for fixada objetivamente, isto é, por um objeto na realidade denotado pela terminologia da descrição, “acerca de” será essencialmente instável e não fixa, uma vez que é definida diferentemente pelas descrições contidas no texto de cada representação.<sup>236</sup>

Ankersmit pensa a distinção entre a forma linguística do paradigma iluminista (a declaração geral – descrição), correntemente associada ao saber científico, e a forma linguística do paradigma romântico (a narrativa histórica – representação). Apontando suas diferentes finalidades, o autor chama a atenção para o fato de que a narrativa histórica não pode ser tomada segundo o isolamento de declarações singulares. É na totalidade do texto histórico, ou seja, no sentido dado ao fato pela narrativa do historiador que se produz efetivamente a narrativa.<sup>237</sup> Novamente fazendo uma analogia entre a representação pictográfica e a representação histórica, Ankersmit busca mostrar como não é apenas a precisão fotográfica que conta na hora de escolhermos qual a representação mais adequada. Uma pessoa pintada por diferentes pintores terá diferentes resultados em sua retratação. E, segundo o autor, sabemos que não julgamos o melhor retrato apenas com base na precisão fotográfica, mas que um bom retrato deve, antes de mais nada, dar-nos a personalidade da pessoa representada. Da mesma forma, o texto histórico, na condição de descrição, deve ser irrepreensível, dando-nos descrições

---

<sup>234</sup> ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 76.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 76-77.

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 78-79.

<sup>237</sup> *Ibidem*, 50-1.

corretas do passado. Isto, contudo, não é suficiente: o texto deve também nos oferecer a “personalidade” do período (ou aspecto dela) em questão.<sup>238</sup>

E, assim como na fotografia, logo que tivemos rompido a superfície do que intersubjetivamente foi dado, e tão logo tenhamos, assim, entrado nos níveis mais profundos da realidade, não há uma marca óbvia (e intersubjetivamente dada) na qual devemos parar ou, de modo inverso, a partir da qual somos convidados a penetrar mais fundo.<sup>239</sup>

A implicação desta alegação é que o representado, ao contrário da referência de uma descrição, não é intersubjetivamente dado exatamente para todos nós: “E este não é um pronunciamento ontológico sobre a natureza da realidade, mas sobre como a representação nos faz percebê-la”.<sup>240</sup> Mais, toda representação tem que satisfazer a certas regras, critérios e normas de escala, coerência e consistência, e estas regras são válidas apenas no mundo da representação, e não no do representado. Tão somente representações podem ser coerentes ou consistentes, já que não faria sentido falar sobre uma “realidade coerente” ou uma “realidade verdadeira”.<sup>241</sup> É por isso que o autor defende que não faria sentido falar sobre questões de verdade ou falsidade quando se trata da representação (ou do texto histórico, de forma mais geral). Na descrição não encontramos essas restrições de coerência e consistência que entram em cena a medida em que nos movemos em direção às complexidades da representação. A maneira como decidimos conceituar a realidade no nível da representação (da realidade) determina o que iremos encontrar no nível do representado (nível da realidade mesma). Isso não quer dizer que a representação crie ou produza a realidade, mas que uma decisão referente ao primeiro nível determinará o que encontraremos no segundo, uma vez que referente e predicado andam juntos e não existem rotas claras.<sup>242</sup> A realidade (ou o representado) permanece um caos até que um nível de representação seja destacado a fim de colocar ordem nesse caos.

Sabendo que o autor define referência, assim como no uso corrente na filosofia da linguagem, enquanto uma “escolha exclusiva”, entende-se de forma mais clara sua distinção entre descrição e representação: a descrição verdadeira possui um objeto único

---

<sup>238</sup> ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 81.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 81-82.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>241</sup> ANKERSMIT, *loc. cit.*

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 83.

identificável no mundo (escolhido exclusivamente) ao qual o sujeito-termo se refere. Evocando novamente a analogia entre a representação e a pintura-retrato, Ankersmit mostra o que ocorre de diferente neste caso: havendo várias pinturas (representações) de uma mesma pessoa, sabemos que muitas vezes teremos pinturas, por vezes muito, diferentes,

e se as representações são representações de um representado, os representados devem diferir também, na medida em que um representado é aquilo que é representado por uma representação. Isto obriga-nos a abandonar a visão de que o representado deve ser identificado com modelo que se senta na frente do pintor. Devemos rejeitar a identidade dos representados com o objeto de referência. (...) sabemos que as diferenças entre as representações de David ou de Gillray de Napoleão são precisamente tudo o que essas representações representam.<sup>243</sup>

A partir desse raciocínio, o autor lança o importante conceito de *aspecto*: diferentes representações, determinadas pelas diferentes perspectivas de onde partem, privilegiam e nos apresentam determinados aspectos do objeto representado. Por isso, devemos evitar a identificação do objeto que é representado por uma representação de si com o representado por essa representação, que é apenas um aspecto do objeto em questão. Desse modo, os representados são aspectos.<sup>244</sup>

Assim, então, cada representação arrasta consigo o seu próprio representado ou aspecto. (...) e todos esses representados estão indissolúvelmente ligados a uma representação específica correspondente a eles – e só a essa. Assim, do ponto de vista lógico, a representação é uma operação de três lugares, e não de duas: uma representação (1) define um representado (2) em termos dos quais o mundo (3) é visto – e devemos evitar a confusão entre (2) e (3).<sup>245</sup>

Da definição de representação proposta por Ankersmit decorrem algumas observações: as representações são definidas pelos enunciados que as contêm, e, ao contrário do que ocorreria no caso da referência, uma mudança em um dos termos resultaria em uma representação (e um apresentado) completamente diferente.<sup>246</sup> A fim de enriquecer esta definição, o autor faz ainda um paralelo entre representação e metáfora, já que a metáfora histórica também se trataria de uma operação de três lugares: “A metáfora tem a mesma estrutura. Pense na metáfora ‘a Terra é uma nave

---

<sup>243</sup> ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 189-190.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 217-218.

espacial’. Podemos dizer que essa ‘metáfora’ (1) nos propõe, ou convida a ver a ‘Terra’ (2) em termos de ‘uma espaçonave’ (3)”.<sup>247</sup> A ideia fundamental é que toda representação é uma representação *como*. E representar *como* significa nos fazer esta proposta de certa maneira de olhar o objeto, convida-nos a uma tomada de atitude.<sup>248</sup> A metáfora é geralmente considerada como um fenômeno puramente linguístico, pois convida a uma interação entre os significados dos termos de ambos os lados do par e não de suas referências. Porém, isso seria diferente no caso da metáfora histórica, na qual o significado é projetado na realidade, transgredindo a linha de demarcação entre a linguagem e o mundo.<sup>249</sup> Por isso, podemos dizer que a metáfora histórica (ou a representação) propõe “certa maneira de olhar” parte da realidade (passada).<sup>250</sup> A representação é uma prática.

Se o apresentado por uma representação não nos possibilita o acesso ao objeto que serviu de referência, a representação (e a escrita da história) não deixa de ter uma importantíssima função como instrumento para compreender o mundo social em que estamos vivendo.<sup>251</sup> Nesse mesmo sentido, o artigo de Dominique V. C. dos Santos traz interessantes considerações de Lefebvre: segundo este autor, não faria sentido caracterizar algumas representações como “verdadeiras” e outras como “meras ficções”, mas sim pensá-las em paralelo com as práticas sociais. “Devemos assim superar a ilusão de que é possível transcender as representações, pois elas não são verdadeiras e nem falsas, elas ocupam o intervalo entre a presença e a ausência.”<sup>252</sup> De maneira similar,

---

<sup>247</sup> ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 195. O autor traz uma interessante observação de Arthur Danto sobre a relação entre representação histórica e metáfora que vale a pena reproduzir: “Quando Napoleão é representado como um imperador romano, o escultor [Canova (FA)] não está apenas representado Napoleão, em uma pose antiquada e em roupas que acredita ter sido usadas pelos imperadores romanos. Pelo contrário, o escultor anseia que o espectador tome, com relação ao seu sujeito – Napoleão – as atitudes adequadas aos maiores imperadores romanos – César e Augusto (...). A figura, assim vestida, é uma metáfora da dignidade, autoridade, grandeza e absolutismo político”. DANTO, Arthur (1983) *apud* ANKERSMIT, *op. cit.*, p. 195.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 195-196.

<sup>249</sup> “Pode ser que esse significado se encaixe de maneira torpe ao próprio passado. Mas o passado não protestará contra isso (...). Só (mais tarde) os *historiadores* podem fazê-lo”. *Ibidem*, p. 196-197.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 198.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 69-70. E acredito que o mesmo seja válido para o caso dos textos romanos.

<sup>252</sup> SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 6, dezembro de 2011, p. 44. O historiador evoca ainda uma interessante analogia para esta questão: a noção de voz média encontrada na língua grega, no sânscrito e, mais tardiamente, no latim. “A voz pode ser descrita como uma categoria gramatical que marca o relacionamento entre o verbo e o sujeito. Esta forma de interação entre aquele que enuncia as sentenças e o conteúdo verbal presente nas mesmas pode se apresentar de forma ativa, média ou passiva. (...) Se este sujeito emissor enuncia uma sentença que o apresenta na prática de uma ação cujo fim o interessa diretamente ou ele se empenha de forma particular para concretização da mesma, de forma que ao mesmo tempo que ele é o sujeito é

Ankersmit afirma que a representação (ou o texto histórico) fecha a lacuna entre a linguagem e o mundo.<sup>253</sup>

## REPRESENTAÇÃO E RETÓRICA

A representação entendida dessa forma, como uma prática que relaciona o discurso ao mundo e, portanto, na condição de operação de três lugares, enriquece e faz pertinente a análise das representações dos celtas e bretões (e, possivelmente, qualquer outra) por meio de uma análise retórica. Primeiramente pelo fato mais evidente de que a retórica era a arte na qual os historiadores, poetas, políticos, *et cetera*, romanos e, alguns gregos, eram educados, tratava-se de uma ferramenta indispensável para a composição do discurso e, entre eles, a composição de uma narrativa histórica. Porém, além disso, a retórica também requer uma tomada de atitude e é possível entendê-la como sendo uma operação de três lugares.

Segundo José Murilo de Carvalho, a Virada Linguística refere-se precisamente à recuperação da dimensão retórica do discurso<sup>254</sup>, com a prioridade dada à linguagem, o interesse no estudo da retórica volta a florescer, permitindo que ela deixe, paulatinamente, o nível de desprestígio quase total em que se encontrava. Segundo Perelman, o desprestígio da retórica verifica-se desde Aristóteles, quando esta foi colocada no campo na opinião (aletéia), em oposição à lógica que estaria no campo da verdade (doxa).<sup>255</sup> O questionamento da verdade como entendida pelos empiristas leva à necessidade de outros critérios, e a retórica pode ser útil nisso: ela é, segundo o entendimento de Meyer em seu prefácio à obra de Perelman e Tyteca, um espaço de razão, onde a renúncia ao fundamento (razão cartesiana) não se identifica forçosamente

---

também o objeto desta ação, temos a categoria gramatical da voz média. (...) A voz média é uma alternativa para a narrativa que apresenta o autor totalmente consciente acerca dos fenômenos exteriores ao texto, o narrados dos fatos objetivos. (...) Pensando somente em duas vozes ficaremos presos na dualidade que envolve a realidade e a representação, pois teremos, de um lado, o historiador representando os fatos (voz ativa) e, de outro, o conteúdo representado pelo historiador (voz passiva). Ankersmit, aparado pelas reflexões desenvolvidas tanto por Barthes quanto por White, explica que, escrevendo em voz média, o narrador ‘se escreve’, ‘se reconhece’, ‘se torna ele mesmo escrevendo ou falando’”. ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 45-6.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 199-201.

<sup>254</sup> CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 136.

<sup>255</sup> CARVALHO, *loc. cit.*

com a desrazão.<sup>256</sup> O conhecimento verdadeiro, como entendido pelos empiristas, só é possível se tomarmos o “real” como um “existente” independentemente do sujeito. No entanto, essa visão e as concepções clássicas de verdade começaram a ser vistas criticamente com o advento da Virada Linguística e das diversas correntes nela envolvidas. Nas palavras da filósofa Bárbara H. Smith:

Certamente, a certificação da verdade e do conhecimento nos sentidos clássicos – como afirmação acurada ou a representação fiel de uma realidade completamente autônoma – provou-se ilusória. Enquanto isso, concepções alternativas de verdades e conhecimento – como produtos relativamente coerentes, relativamente confiáveis e relativamente estáveis de várias práticas sociais, discursivas e institucionais – foram propostas em anos recentes e se mostraram relativamente coerentes, confiáveis e estáveis.<sup>257</sup>

O descrédito da concepção clássica de verdade abre espaço para o jogo retórico. A aceitação de que nos utilizamos da retórica para criar um “sentimento de verdade” parece implicar certas consequências práticas e políticas alarmantes, notadamente porque as condições que tornam os efeitos de verdade possíveis são também as condições de possibilidade para a ficção e a mentira.<sup>258</sup> No entanto, como afirma Smith:

A retumbante reafirmação de uma distinção absoluta entre verdade e retórica, fato e ficção, ciência e superstição não irá por si só realizar o *trabalho* crucial substantivo, técnico e frequentemente árduo de efetivamente diferenciar entre alegações de verdade específicas em competição e conflito ou entre acusações mútuas de falsidade.<sup>259</sup>

A denúncia de uma “mentira pura e simples” não cura, por si mesma, a ignorância. A denúncia, com efeito, também é retórica, porém simplesmente enunciatória.

Se, no entanto, seu objetivo *for* construir o conhecimento, e não somente registrar publicamente a força de suas próprias convicções, então tais esforços – incluindo, como requisito, a procura de recursos adicionais – são necessários. Eles são necessários não porque os teóricos pós-modernos colocam *verdade*, *fato* e *história* entre aspas ou porque igualitários ingênuos anunciam que todas as opiniões são igualmente válidas, mas porque a

---

<sup>256</sup> MEYER, Michel. Prefácio. In: PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>257</sup> SMITH, Barbara Herrstein. *Crença e resistência: A dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 65.

<sup>258</sup> E segundo Smith: “parecem, mas, talvez, não o façam verdadeiramente”. Ver: *Ibidem*, p. 71.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 76.

afirmação e o apelo à verdade, ao fato e à história não podem, e nunca puderam, *por si mesmos* dar o resultado esperado.<sup>260</sup>

A ideia da contingência da verdade, no sentido de sua condicionalidade irreduzível, leva-nos de volta à retórica: de acordo com esta ideia,

os tipos de resposta que serão mais eficazes em qualquer caso específico irão depender, precisamente, das condições particulares existentes, incluindo plataformas retóricas envolvidas, as assunções prévias, os interesses e investimentos das audiências relevantes e a credibilidades das partes antagônicas.<sup>261</sup>

O argumento retórico não separa argumento e orador/autor. Na retórica não há como decidir quando a “prova” é suficiente, pois sempre se podem aduzir argumentos adicionais. Daí a necessidade de repetições, de redundâncias e do uso das figuras de linguagem para persuadir o ouvinte ou leitor. A “prova” também não basta por si mesma, pois é ainda preciso levar em conta o auditório, já que sua rejeição ou aceitação é importante para a validade da argumentação. É preciso conhecer seu público para escolher os argumentos, os estilos e a pronúncia adequada para movê-lo<sup>262</sup>. É preciso estabelecer com o auditório um compromisso – entrar em acordo.

Os desenvolvimentos na crítica literária levaram a formação de uma noção mais expansiva de retórica, um movimento de distanciamento da ideia constritiva de retórica como arte de falar em público em direção a um entendimento da retórica como componente básico de todas as linguagens.<sup>263</sup> Como já mencionado, para John Dugan, uma das características gerais compartilhadas das recentes abordagens sobre a retórica romana é justamente esse afastamento do entendimento da retórica enquanto fenômeno trans-histórico de eloquência.<sup>264</sup> Em vez disso, a retórica é encarada como uma

---

<sup>260</sup> SMITH, Barbara Herrnstein. *Crença e resistência: A dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 84.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>262</sup> CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 137-138.

<sup>263</sup> DUGAN, John. Modern critical approaches to Roman Rhetoric. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A Companion to Roman Rhetoric*. Malden: Blackwell, 2007, p. 13.

<sup>264</sup> No entanto, o próprio autor faz a ressalva de que nem na antiguidade a retórica habitava fronteiras bem delimitadas – e a discussão de se a retórica era ou não uma arte é sintomática desse fato. Além disso, ele acrescenta: “While this broader definition of rhetoric can be seen as a widening of the parameter from those set in antiquity, even within the ancient world we find theorists who have anticipated this view. While contemporary critical theory provides scholars with insights into the ways that rhetoric worked within ancient culture, the view of rhetoric as a powerful and protean discourse is not an anachronistic invention of modern scholars. Gorgias of Leontini (...) in his *Defense of Helen* presents speech (*Logos*) as a great tyrant which, far from slavishly representing reality within linguistic terms, instead is the cause

construção cultural, algo firmado em sua sociedade. Como consequência do *status* da retórica como uma expressão da, e influência sobre, sua cultura, os acadêmicos têm analisado a retórica não somente dentro de seu domínio do discurso público, mas como um corpo de ideias e práticas que se disseminam pelos principais aspectos do mundo romano.<sup>265</sup> Ou, como observa Carvalho, e acredito ser esse o método escolhido para a análise das representações dos celtas e bretões: a retórica, como componente de uma cultura, auxilia na decifração dos textos produzidos dentro dessa mesma cultura.<sup>266</sup> Ainda, retomando o comentário de Smith sobre a contingência da verdade, a necessidade de se levar em conta as assunções prévias e os interesses e investimentos das audiências relevantes, chama a atenção para a importância dos lugares-comuns. A partir dessas considerações, proponho uma análise dos lugares-comuns contidos nas representações dos celtas e bretões como apresentados de representações históricas (e não como a realidade representada), compreendendo-as como produtos de práticas sociais e discursivas (retóricas).

---

of actions, a shape-shifting dynast that reverses tidy polarities”. DUGAN, John. Modern critical approaches to Roman Rhetoric. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A Companion to Roman Rhetoric*. Malden: Blackwell, 2007, p. 13.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>266</sup> CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 138.

### CAPÍTULO 3. BARULHO, CONFUSÃO E INSTABILIDADE: A GUERRA ENTRE OS BRETÕES DO NORTE.

#### *UT BARBARIS MORIS*<sup>267</sup>

Tácito é, até onde se tem conhecimento, o primeiro a registrar uma descrição dos povos habitantes da região da Caledônia (nome dado pelo autor ao norte da ilha britânica).<sup>268</sup> Acredita-se que seu conhecimento derive, em parte, de informações obtidas com as expedições de seu sogro, Agrícola<sup>269</sup>, naquela ilha - o que me levaria primeiramente a questionar até que ponto as informações fornecidas derivam de testemunhos ou de lugares-comuns, leituras prévias de outros historiadores etc. No entanto, mesmo que fosse possível saber “até que ponto”, já que não seria fácil nem mesmo para o próprio autor separar tão nitidamente conhecimentos pré-concebidos e informações novas, os próprios testemunhos oferecidos ao historiador deveriam conter uma mistura inseparável de concepções e observação pessoal, o que está, parece-me, em perfeito acordo com a teoria de representação de Ankersmit. Além disso, há um elemento no texto que mostra claramente o peso que esses conhecimentos prévios acerca dos “bárbaros” desempenhavam no enquadramento de todos os povos que eram tidos como tal, mesmo aqueles com os quais se tinha contato pela primeira vez: em dois momentos em que comenta sobre costumes dos bretões do norte, Tácito fala que estes estariam de acordo com *o que é de costume entre os bárbaros (ut inter barbaros e ut barbaris moris – Agrícola, 11 e 33, respectivamente)*. E, como mostrarei a seguir, isso se repete em outros autores.

---

<sup>267</sup> Tradução: De acordo com o costume bárbaro. Expressão encontrada em *Agrícola*, 33 de Tácito.

<sup>268</sup> O viajante grego, Píteas de Massilia, que teria supostamente circum-navegado a Grã-Bretanha deixou algo registrado sobre Thule, a mais setentrional das ilhas britânicas. Alguns historiadores acreditam que Thule poderia se tratar das ilhas Órcades, Shetland ou até mesmo a Noruega. As ilhas Órcades e Shetland eram habitadas pelos pictos e seus antepassados, porém, além da imprecisão geográfica, só conhecemos a descrição desses habitantes através de comentários de Estrabão, que inclusive desacredita as informações de Píteas por não acreditar que essa parte do mundo pudesse ser habitada (*Geografia*, IV.5.5). Mais tarde, Sílio Itálico fala sobre os habitantes pintados de azul de Thule (*Púnicas*, 17.416).

<sup>269</sup> Cneu Júlio Agrícola foi governador da província da *Britannia* entre os anos 77/78 e 84/85 (há dúvidas quanto às datas) e a ele foi dada a tarefa de pacificação dos pontos da ilha onde esta ainda não havia sido completada. Agrícola empreendeu campanhas para subjugar e pacificar os bretões mais ao norte do território dos brigantes, pois isto protegeria não somente as comunicações dos romanos ao norte, mas também eliminaria potenciais aliados dos brigantes em uma futura rebelião - era ainda percurso essencial para a invasão da Irlanda. O ataque dos bretões do norte a uma guarnição romana, fez com que a conclusão da conquista da ilha se tornasse uma tarefa mais urgente do que invadir a Irlanda. HAYWOOD, John. *Os Celtas: da idade do bronze aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2004, p. 89-98.

De Heródoto a Amiano Marcelino, os historiadores tinham o costume de intercalar o nome próprio atribuído a cada povo com outras designações, sendo, a mais popular, “os bárbaros”, embora seu uso tenha passado por transformações. O termo, originado na Grécia Antiga, começou a ter uso comum especialmente após a guerra destes contra os persas:

Era utilizado em oposição a outro vocábulo e, conjuntamente, eles permitiam dividir a população mundial em duas partes iguais: os gregos – portanto, “nós” – e os *bárbaros*, ou seja, “os outros”, os estrangeiros. Para reconhecer a filiação ao primeiro ou ao segundo grupo, fazia-se referência ao domínio da língua grega: os bárbaros eram, então, todos aqueles que não a compreendiam, nem a falavam ou que a falavam incorretamente.<sup>270</sup>

A esse primeiro sentido, atribui-se um segundo que trouxe ao vocábulo um juízo de valor. Assim, a oposição bárbaros/gregos foi duplicada na oposição “selvagens” e “civilizados”.<sup>271</sup> Com as Guerras Médicas ter-se-ia operado uma “invenção dos bárbaros” ao introduzir em um termo descritivo de origem linguística uma série de conotações pejorativas que situam seu portador em condição de exclusão e inferioridade com respeito ao mundo helênico.<sup>272</sup> Interessante notar que, além das guerras greco-pérsicas, a acentuação da rejeição do bárbaro e o desenvolvimento de um discurso de barbárie mais efetivo pode se dever ao desenvolvimento da filosofia grega fundada no *logos*.<sup>273</sup> O uso do mesmo termo para designar a fala e, também, razão, facilita uma valorização do domínio da linguagem: “A ignorância da língua de outrem impede-me de percebê-lo como plenamente humano; (...). A incapacidade linguística torna-se um sinal de inumanidade.”<sup>274</sup> De acordo com o que consta no espúrio da *Retórica a Alexandre*, o *logos* era a qualidade que diferenciava o homem dos outros animais.<sup>275</sup> Essas considerações são especialmente relevantes para um estudo que analisa a descrição desses outros através do *logos* (enquanto discurso).

---

<sup>270</sup> TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros*. Para além do choque das civilizações. Petrópolis, Editora Vozes: 2010, p. 24-25.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>272</sup> CAMPO, Julián Pelegrín. Tradición e innovación em la imagen polibiana del bárbaro. *Studia historica*. Historia antigua, Nº 22, 2004, p. 44.

<sup>273</sup> PEIXOTO, Pedro Vieira da Silva. Dois momentos da historiografia antiga sobre os “*barbarói*”: do distante ao próximo. In: I Congresso Internacional de religião, mito e magia no Mundo Antigo & IX Fórum de debates em história antiga. Anais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de estudos da antiguidade, 2010, p. 286. Disponível em: <http://www.nea.uerj.br/Anais/coloquio/pedropeixoto.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2012.

<sup>274</sup> TODOROV, *op. cit.*, p. 29.

<sup>275</sup> *Retórica a Alexandre*, 1421a1.

Esta oposição *helenos x bárbaros* forma o que Reinhart Koselleck chama de conceitos antitéticos assimétricos. Segundo o autor, as denominações que as pessoas empregam expressam a identidade da pessoa e suas relações com os outros. Os nomes usados pelas diferentes pessoas para si próprias e para os outros podem concordar ou divergir entre si: podem implicar reconhecimento mútuo ou introduzir nas designações um significado depreciativo, de modo que o outro pode considerar-se mencionado ou chamado, mas não reconhecido. Dessa forma, define o autor: “Tais atributos que só podem ser usados em uma direção, e que na direção contrária são diferentes, serão aqui chamados de ‘assimétricos’”.<sup>276</sup> Diferentemente dos conceitos recíprocos e transferíveis<sup>277</sup>, a história conhece numerosos conceitos opostos que são aplicados de um modo que o reconhecimento mútuo fica excluído.

Do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na realidade, pode ser equiparado a uma espoliação. Trata-se, nesse caso, de conceitos opostos assimétricos. Seu oposto é contrário, porém de maneira desigual.<sup>278</sup>

O par de conceitos antitéticos assimétricos *heleno/bárbaro* tem ainda uma característica marcante: pretende incluir a totalidade das pessoas - trata-se de um conceito binário com pretensões universais.<sup>279</sup> Como já mencionado, a noção de bárbaro não passou incólume pelo tempo, sofrendo mudanças e relativizações. Já Heródoto teria percebido a relatividade do conceito de bárbaro e Platão teria criticado o desequilíbrio do par de conceitos.<sup>280</sup> A fusão de uma noção neutra da oposição gregos/bárbaros com uma segunda dotada de valor moral absoluto (selvagem x civilizado) teria sido rapidamente percebida pelos pensadores gregos, levando-os a denunciá-la. No século III a.e.c., Eratóstenes teria desaprovado o princípio de uma divisão bipartida do gênero

---

<sup>276</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 191.

<sup>277</sup> “O simples uso do ‘nós’ e do ‘vós’ estabelece, decerto, inclusões e exclusões, e nesse sentido constitui uma condição para que a ação se torne possível. (...) Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma. (...) Uma unidade de ação pode entender-se como *polis*, como povo, como partido, como classe, como sociedade, como igreja, como Estado, etc., sem que com isso os excluídos estejam impedidos de se entender também como *polis*, como povo, etc. Tais conceitos que possuem generalidade concreta podem ser empregados partidariamente, com base na reciprocidade. Eles são transferíveis.” *Ibidem*, p. 192.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>279</sup> Além deste par, o autor também analisa outros dois pares de conceitos com estas características - a oposição entre cristãos e pagãos, e a oposição entre homem e não homem ou super-homem e sub-homem. KOSELLECK, *loc. cit.*

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 198.

humano entre gregos e bárbaros. Seria preferível, segundo ele, adotar critérios de divisão, tais como a virtude e a desonestidade, já que um grande número de gregos eram pessoas más, enquanto numerosos bárbaros teriam uma civilização requintada, como é o caso dos indianos.<sup>281</sup> Essas palavras são citadas por Estrabão que não só não parece estar de acordo com Erastóstenes, como ainda é o autor de uma das obras na qual se encontram as descrições mais exageradas sobre a selvageria dos ditos “bárbaros”.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise das descrições sobre o modo de fazer guerra dos bretões do norte e às descrições similares das ações atribuídas aos gauleses ou celtas.

#### *FREMITU CANTUQUE ET CLAMORIBUS DISSONIS*<sup>282</sup>: O BARULHO.

A segunda referência encontrada em Tácito sobre o que seria “de costume entre os bárbaros”, refere-se ao barulho. Na seção 33, o historiador fala que o discurso proferido pelo líder da confederação dos Caledônios, Cálgaco, antes do enfrentamento com Agrícola, teria sido recebido com entusiasmo (*álacres*) por suas tropas. A *alacritas* era a emoção provocada pela arenga do general. Trata-se de um lugar convencional encontrado em outros autores<sup>283</sup> e inclusive em outras passagens da mesma obra, quando Tácito fala da recepção do discurso de Agrícola pelos soldados romanos (*Agrícola*, 35). No entanto, e talvez mais comum ainda, seja a associação de bárbaros com barulho e confusão. Os habitantes da Caledônia não teriam apenas recebido o discurso com *alacritas*, mas também, *ut barbaris moris*, com “com clamores, cânticos e gritos discordantes” (“*Exceperere orationem alacres, ut barbaris moris, fremitu cantuque et clamoribus dissonis*”) (*Agícola*, 33). Já os romanos, também teriam recebido o discurso de seu general com uma erupção de entusiasmo (*ingens alacritas*), mas nenhuma menção pejorativa ao barulho como a palavra latina *fremitus*, que pode ser entendida como um grito, um ruído alto, ou mesmo um resmungo ou um rugido. *Fremitus* está relacionada a *fremo*, verbo que pode ser traduzido como um rugir ou rosnar associado à ira. Há também o vocábulo *dissonos*: dissonante ou discordante - uma manifestação nada harmônica.

---

<sup>281</sup> ESTRABÃO, *Geografia*, I.4.9 e XIV.2.28. Cf.: TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros*. Para além do choque das civilizações. Petrópolis, Editora Vozes: 2010, p. 28.

<sup>282</sup> Tradução: Clamores, cânticos e gritos discordantes. Frase encontrada em *Agrícola*, 33 de Tácito.

<sup>283</sup> César, *De Bello Gallico*, I.41.1; Tito Lívio, *A História de Roma*, VI.8.10 e VII.33.4.

Uma sentença similar a esta pode ser lida na obra do historiador Tito Lívio, escrita entre o final da república e início do governo de Augusto (cerca de um século antes de Tácito), que inclusive deve ter servido de fonte para Tácito, já que além de inúmeras passagens similares, há uma referência explícita a Lívio no início do *Agrícola* (10.3). No livro X da *Ab Urbe condita libri*, o historiador escreve sobre o modo (*moris sui*) do canto de guerra dos gauleses (X.26). Os cantos ou gritos de guerra eram uma prática comum a todos os povos da antiguidade segundo Philip Rance.<sup>284</sup> Entre estes povos encontram-se os romanos<sup>285</sup>. Porém, mesmo para esta prática “barulhenta”, diferentemente do caso dos bárbaros, cria-se uma imagem de disciplina:

Assim como todos os povos da Antiguidade, as tropas romanas usavam gritos de guerra para atemorizar o inimigo, para demonstrar força e vontade, e para elevar a determinação individual e coletiva, mas as demandas da disciplina e da coesão tática requeriam que agissem com moderação. Gritaria frequente gerava alarme ou impetuosidade entre homens e cavalos, e impediam a comunicação de ordens. Assim sendo, cantos de guerra só eram permitidos imediatamente antes ou no momento do enfrentamento corpo-a-corpo. A estrita observância do silêncio até esta junção também enervava os oponentes e intensificava o impacto psicológico do grito de guerra. (...). Maurício ordena aos “retaguardas” que golpeiem com a extremidade de suas lanças qualquer soldado que emita o menor dos sussurros durante o avanço para a batalha. Para as formações de cavalaria, ele considera o barulho tão nocivo que proíbe os cantos de guerra e os toques de corneta até que o momento em que a batalha já tenha iniciado; então, as filas traseiras, principalmente, podem gritar e urrar para exortar seus companheiros e assustar o inimigo. O treinamento romano provavelmente incluiu instrução sobre o uso correto dos gritos de guerra. Mesmo se silêncio disciplinado *versus* clamor desordenado venha a refletir uma distinção retórica mais ampla entre “Romano” e “bárbaro”, parece ser, no entanto, um retrato acurado de diferentes psicologias militares. Em contraste, os principais oponentes do império habitualmente empregavam aterrorizantes cantos de guerra. (...). Nestas circunstâncias, o autocontrole romano era um feito considerável, especialmente quando praticado ao lado de aliados menos disciplinados.<sup>286</sup>

---

<sup>284</sup> RANCE, Philip. War Cry. In: BOHEC, Yann Le (Ed.). *The Encyclopedia of the Roman Army*. John Wiley & Sons, Ltd, 2013.

<sup>285</sup> “The Romans soldiers performed a rousing war shout all together, which meant to frighten the enemy and stimulate their own soldiers as well. The battle cry shouted all at the same time also proved the group spirit and the high morale of the troops.” URECHE, Petru. The soldier's morale in the roman army. *Journal of Ancient History and Archeology*, n. 1.3, 2014, p. 5.

<sup>286</sup> “Like all peoples of Antiquity, Roman troops used war cries to frighten the enemy, demonstrate strength and eagerness, and heighten individual and collective determination, but the demands of discipline and tactical cohesion required them to exercise restraint. Frequent shouting generated alarm or impetuosity among both men and horses, and impeded the communication of orders. Accordingly, battle cries were only permitted immediately prior to or upon engaging the enemy at close quarters. The strict observance of silence until this juncture also unnerved oponentes and intensified the psychological impact of the battle cry. (...). Maurice requires the ‘rearguards’ or ‘file-closers’ to jab with their spear-butts any soldier who so much as whispers during the advance into battle (12.B.17.39–12.B.17.44). For cavalry formations, he considers noise so detrimental that he forbids war cries and bugle calls until after the battle has begun; then mainly the rear ranks may shout or roar to urge on their comrades and panic the enemy (2.17–2.18). Roman training probably included instruction in the correct use of battle cries. Even if

Partilhando ou não da ideia do autor, qual seja, de que a diferenciação entre os usos do grito de guerra, por romanos e bárbaros, feita pelas nossas fontes, reflete mais do que uma distinção retórica, é preciso cautela para não determinar a “psicologia militar” bárbara a partir destes testemunhos totalmente *outsiders* – é bem possível que “os celtas” descrevessem essa distinção em outros termos. De toda forma, os cantos entre os celtas e bretões são descritos com os mais diversos termos pelos autores examinados, como veremos agora. O costume de cantar canções de guerra ou hinos de louvor e vitória em momentos de batalha são retratados em duas passagens de Diodoro Sículo:

E, assim que alguém aceita o desafio de batalha, eles irrompem em uma canção (*hymnéō*) de louvor aos feitos valorosos de seus ancestrais e de ostentação das próprias grandes realizações, injuriando e menosprezando seu oponente o tempo todo, e tentando, em suma, com essa falação, despojá-lo de sua coragem antes do combate. (*Biblioteca Histórica*, V.29.3, tradução minha).

Este hábito é retratado em outra passagem, na qual o autor registra os gauleses: “cantando um hino (*epipaiánizō*) a respeito deles próprios e entoando uma canção (*hýmnos*) de vitória.” (*Biblioteca Histórica*, V.29.4, tradução minha). Esses termos parecem ter uma conotação neutra e encontramos outros equivalentes, como no caso de *cantus* e *clamor* da já citada passagem de Tácito (*Agrícola*, 33.1). No entanto, essa aparente neutralidade é muitas vezes acompanhada de uma adjetivação que acaba por conduzir para o mesmo lado daqueles termos que sozinhos simbolizam confusão e selvageria: mesmo quando são apenas *cantus*, são *dissonos*.

Além da passagem de Tácito, encontramos essa situação em Tito Lívio, acerca da qual o historiador comenta que os gauleses avançavam para a batalha “com clamores desagradáveis (*truci clamore*).” (*A História de Roma*, VII.23.6, tradução minha). Apesar da aparente neutralidade de *clamor*, já que esta mesma palavra é utilizada para se referir aos sons emitidos pelos soldados romanos, este grito ou clamor é selvagem, áspero (*trux*). Vemos *clamor* sendo utilizada para se referir ao barulho produzido pelos romanos, em Tácito, quando *Agrícola* ordena que seus soldados, que estavam sendo

---

disciplined silence versus disorderly clamor came to reflect a wider rhetorical distinction between ‘Roman’ and ‘barbarian,’ it nevertheless seems to be an accurate portrayal of differing military psychologies. In contrast, the empire’s chief opponents habitually employed terrifying war cries. (...). In these circumstances Roman self-control was a considerable feat, especially when deployed alongside less-disciplined allies.” RANCE, Philip. War Cry. In: BOHEC, Yann Le (Ed.). *The Encyclopedia of the Roman Army*. John Wiley & Sons, Ltd, 2013. Tradução minha.

atacados de surpresa durante a noite pelos bretões, ataquem e em seguida gritem (*Agrícola*, 26.1). No entanto, como parece evidente, trata-se de um barulho disciplinado. Ainda em Tito Lívio, encontramos *trux clamor* e *trux cantus* empregados em uma frase ainda mais impactante sobre o barulho dos gauleses: “sendo uma gente dada a tumultos sem sentido, por meio de seus cantos (*cantus*) e clamores (*clamor*) desagradáveis (*trux*), preencheram tudo com um barulho (*sono*) horrendo (*horreo*).” (*A História de Roma*, V.37.8, tradução minha). Segundo Petru Ureche, após a impressão visual, a segunda fase da intimidação no campo de batalha estava conectada ao sentido auditivo. O barulho era criado por meio de várias ferramentas utilizadas pelos exércitos para dar sinais na batalha, e também pelos gritos, pelos golpes dados nos escudos e ainda pela caminhada destas centenas de pessoas. Este barulho de avanço era empregado pelo exército romano no tempo de Políbio, sendo uma técnica que também era utilizada por outras populações.<sup>287</sup> Para os romanos, o barulho bárbaro não estava conectado apenas com a desorganização, mas poderia também ser utilizado de forma estratégica, como deixa clara outra passagem de Tito Lívio, onde o historiador “reproduz” o discurso de um cônsul sobre a natureza guerreira destes bárbaros. O cônsul diz que os gauleses, além de sua altura e grandes escudos e espadas, conforme avançam para a batalha, utilizam-se de

canções (*cantus*), gritos (*ululatus*), saltos, e o barulho terrível das armas (*modum horrendus armorum crepitus*), já que eles batem seus escudos de acordo com algum costume ancestral - tudo isso é deliberadamente empregado para aterrorizar seus inimigos. (*A História de Roma*, XXXVIII.17.4, tradução minha).

Como se pode ver nessas duas últimas citações, os gritos de guerra eram apenas uma das formas de barulho presentes no enfrentamento entre dois exércitos. Havia ainda o brandir das armas: Dião Cássio, descrevendo as armas dos bretões setentrionais (*História Romana*, LXXVII.12.3), e Diodoro Sículo, sobre os gauleses (*Biblioteca Histórica*, V.29.2), falam sobre o efeito aterrorizante do brandir de armas destes povos. No entanto, gritos de guerra e brandir de armas eram práticas comuns à guerra de qualquer exército, romano ou bárbaro. O mais notável é que, de acordo com os autores gregos e latinos, na guerra bretã e celta encontram-se elementos de barulho advindos

---

<sup>287</sup> URECHE, Petru. The soldier's morale in the roman army. *Journal of Ancient History and Archeology*, n. 1.3, 2014, p. 4.

puramente da confusão e inadequação. Dentre os elementos relacionados a eles, destaco dois: os carros e as trombetas. Tácito escreveu sobre como o terreno entre os dois exércitos (o de Agrícola e o da confederação da Caledônia) ressoava com o ruído selvagem ou confuso (*strepitus*) dos movimentos dos carros (*covinarius*) e da cavalaria (*Agrícola*, 35.3). Como se falará adiante, o uso de carros ou carruagens era visto como inadequado e antiquado - os bretões estavam parados no tempo - já que estes veículos estavam em desuso até mesmo na Gália desde a época das invasões de Júlio César. Em uma passagem similar, Tito Lívio registra sobre o uso dos carros pelos gauleses e o barulho resultante: “Homens armados montados em carros (*essedum*) e vagões de quatro rodas (*carrus*) aproximaram-se com ruídos (*sono*) estrondosos (*ingens*) de cavalos e rodas, e os cavalos da cavalaria romana, desacostumados com aquele tipo de tumulto (*tumultus*), tornaram-se incontroláveis por causa do medo.” (*A História de Roma*, X.28.9, tradução minha). Aqui é interessante notar, mais uma vez, a similaridade das descrições de Tácito e Lívio, ressaltando o fato de que o último descreve nessa passagem acontecimentos que teriam tido lugar no início do século IV a.e.c.

Quanto ao segundo elemento, as trombetas, embora não encontremos uma referência explícita ao uso de trompetes nas fontes utilizadas para os bretões do norte, o que seria necessário em face da metodologia empregada, consistente em encontrar descrições semelhantes a partir das informações contidas nestas, existem dois elementos a se considerar: (i) foi a partir de uma trombeta encontrada na Escócia que a arqueologia experimental tirou informações para compreender as trombetas, não somente neste território, mas as do mundo céltico de modo geral; (ii) as descrições sobre o barulho causado por estas dá margem a um mergulho ainda mais profundo na diferenciação entre o uso deste recurso por bárbaros e romanos.

Em Diodoro Sículo lemos: “Suas trombetas (*sálpinx*) e o modo como os bárbaros as utilizam são de natureza peculiar (*idiophyés*), pois quando são sopradas elas produzem um som (*êkhos*) áspero e irregular (*trakhýs*), apropriado à confusão (*tarakhé*) da guerra.” (*Biblioteca Histórica*, V.30.3, tradução minha). Se era peculiar, significa que diferia do uso dado pelos romanos a esse tipo de instrumento. Em Lívio encontramos um exemplo disso: “Ao amanhecer, o trompete (*classicum*) convocou os soldados [romanos] para se reunirem diante dos tribunos.” (*A História de Roma*, V.47.7, tradução minha). Aqui o trompete é utilizado para reunir os soldados e não apenas para

promover um caos sonoro: novamente, a conexão com a disciplina. De acordo com Le Bohec:

(...) [os] soldados tinham de obedecer a comandos sonoros, tanto aqueles falados por seus superiores, como aqueles transmitidos por música. A música era usada para o toque de alvorada e para a troca da guarda, mas sua principal função era tática. Em combate três instrumentos eram usados: a trombeta reta (*tuba*) tinha de ser obedecida por todos os soldados quando dava o sinal de ataque ou de recuar, bem como o de deixar o campo. Ela também era usada para cerimônias sagradas. A trompa (*cornu*) uma *tuba* curva reforçada por uma barra de metal era obviamente diferente. Em combate ela era soprada pelos portadores dos *signa*. Normalmente, trombetas e trompas eram tocadas juntas para ordenar aos soldados para avançar contra os inimigos ou entrar no combate corpo-a-corpo e durante cerimônias religiosas como a *suouetaurilia*, o sacrifício de um porco, um touro e um carneiro.<sup>288</sup>

O historiador Fábio Vergara Cerqueira faz algumas observações sobre a música na Grécia Antiga que podem trazer um elemento de relevo para consideração, porquanto os romanos efetivaram importantes trocas culturais com aqueles, e que muitos dos lugares-comuns são herdados dos helenos (o que pode muito bem ser o caso da associação entre bárbaros e barulho). “Considerava-se que a música desempenhava importante papel para a constituição da virtude da *kalo-kagathía* (beleza-bondade), que era considerada o bem maior para um cidadão: o sentido do reconhecimento do belo e de escolha do bom, do justo.”<sup>289</sup> Mais:

Aristóteles acredita que a música contenha em si mesma a imitação das afecções do caráter, de forma que diferentes melodias imitam distintos tipos de caráter. O jovem, ao ser encaminhado para o aprendizado da música, deve entrar em contato com as melodias que imitam o caráter que se deseja do cidadão (livre, temperante, comedido, corajoso e viril).<sup>290</sup>

[O filósofo também] alertava que, para se impedir que a educação musical levasse à vulgaridade – evitando o amesquinamento do corpo, ao inutilizá-lo para as atividades marciais e cívicas do cidadão –, não se devia admitir o aulós, pois esse “não exercia função moralizante, mas apenas excitante” (Arist. Pol. 8.6.1341b).<sup>291</sup>

---

<sup>288</sup> BOHEC (2000) *apud* MENDES, Michel. *Os sentidos da música na Roma Antiga*. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010, p. 70.

<sup>289</sup> CERQUEIRA, Fábio Vergara. Ética e estética na música grega: a educação e o ideal da *kalo-kagathía*. *Classica* (Brasil), 24.1/2, 2011, p. 74.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>291</sup> *Ibidem*, p. 79.

Caso se entenda que é possível extrair significações civilizadoras de uma música bem estruturada, pode-se também deduzir o contrário? A que levaria o som caótico produzido pelos instrumentos “celtas”? Se no mundo militar romano já encontramos o uso dos instrumentos e, particularmente, do trompete, associado a uma lógica organizacional, no mundo grego essa lógica parece ser ainda mais exacerbada:

Na vida militar, a presença e uso de instrumentos musicais ocorria em diversos momentos. O treinamento dos guerreiros era feito, predominantemente, ao som do *aulós*. Jovens, ao treinarem a disciplina da formação hoplítica, entoavam canções que os exortavam à bravura militar e a uma conduta disciplinada, respeitante da norma coletiva. Quando as tropas marchavam para as batalhas, ou mesmo durante os embates militares, se faziam ouvir o som do *aulós* e de outros instrumentos de sopro, como a *salpínx* (trompete) e o *kéras* (berrante de chifre).<sup>292</sup>

No que diz respeito aos contrastes entre o mundo greco-romano e o bárbaro, Cerqueira ainda relata:

(...) Heródoto nos informa que a marcha militar dos lídios era acompanhada por uma altissonante orquestra de *syringes*, harpas (*pēktidōn*), flautas agudas e graves (*aulou gynaikeíou* e *aulou andreíou*). Segundo Aulus Gellius, além de tocadores de *syrinx* e *aulós*, levavam *aulētrídai* para distrair os guerreiros durante seus libidinosos banquetes. O olhar antropológico de Heródoto, no entanto, é perspicaz para constatar a diferença cultural: enquanto as tropas gregas têm acompanhamentos musicais sóbrios, normalmente com um único instrumento, os relatos referentes aos costumes próximo-orientais apresentam-nos um cenário de múltiplos instrumentos e timbres, sugerindo uma diversidade de coloridos sonoros. A banda militar dos exércitos lídios não nos evoca o que imaginamos da música grega antiga, e sobretudo do período clássico. As tropas lídias avançavam na atmosfera de um verdadeiro espetáculo próprio às cortes orientais, visando a intimidar o inimigo com imagem de poderio.<sup>293</sup>

Pois bem, se o “colorido” do exército lídio já apresenta um nítido contraste com a auto-atribuída sobriedade grega, o que pensar dos povos inspiradores de passagens como a que segue?

[Entre os gauleses] haviam incontáveis corneteiros (*bykanētēs*) e trombeteiros (*salpinktēs*), e, como todo o exército estava entoando seus hinos de guerra (*sympaianízō*) ao mesmo tempo, houve um tal tumulto sonoro que parecia que não eram apenas as trombetas e os soldados, mas que todo o território entoava (*phōnéō*) junto. (POLÍBIO, *Histórias*, II.29.6, tradução minha).

---

<sup>292</sup> CERQUEIRA, Fábio Vergara. Guerras, sons e imagens. Iconografia da música no contexto militar na Grécia Antiga. *Limes*, n. 23, 2010, p. 12.

<sup>293</sup> *Ibidem*, p. 15.

Embora não existam registros explícitos para o uso de trombetas pelos bretões do norte, Júlio César fala de seu uso na ilha e, como já mencionado, a peça que sobreviveu em melhores condições e foi utilizada para a obtenção de informações para compreender as trombetas do mundo céltico, foi encontrada no nordeste da Escócia (Figura 1). Conhecida como *carnyx*, essa peça era uma trombeta longa feita de bronze batido e na vertical, de modo que o som viajava a partir de mais de três metros do solo. A extremidade superior do instrumento apresentava uma cabeça de javali e tinha uma língua móvel, tal que, quando tocado, além de emitir o som, o “javali” parecia estar vivo e gritando (associando elementos de terror auditivo e visual). Este *carnyx* foi encontrado em Deskford em 1816 e se trata da cabeça de um trombeta da Idade do Ferro. De acordo com o site do National Museum of Scotland, local onde se encontra a peça original e uma reconstrução, esse instrumento é uma construção composta complexa, forjada a partir de folhas de bronze e de latão, o que é interessante, já que o latão não é nativo da Escócia: este material deriva de metais romanos reciclados, datando de cerca de 80 a 250 e.c.<sup>294</sup> – justamente o período de confronto entre romanos e bretões do norte. A reconstrução dessas peças confirmou que, de fato, as trombetas emitiam um som cacofônico, perturbador.

Em comum, romanos e bárbaros parecem ter usado os cantos de guerra e as trombetas com fins estratégicos para atrapalhar o inimigo e encorajar seus próprios soldados. No entanto, para os romanos, os sons, como vimos, também eram utilizados para auxiliar na organização das tropas e na execução das táticas de batalha e, desta forma, para a disciplina - o que não encontramos nas descrições dos bárbaros. Não bastasse isso, além do recurso ao barulho, os romanos também dispunham do recurso ao silêncio. Segundo Ureche:

A intimidação poderia ser alcançada, no entanto, por meio de um avanço lento e silencioso, sugerindo imperturbabilidade, mesmo que fosse apenas uma fachada. Essa aproximação implacável geralmente criava um efeito mais poderoso do que o barulho. Isto foi utilizado pela primeira vez nos tempos de César e envolvia uma disciplina de alto padrão. (...). O único exército daquele período disciplinado e organizado o suficiente para este tipo de avanço no campo de batalha, era o romano.<sup>295</sup>

---

<sup>294</sup> Deskford carnyx - National Museums Scotland: [http://www.nms.ac.uk/highlights/objects\\_in\\_focus/deskford\\_carnyx.aspx](http://www.nms.ac.uk/highlights/objects_in_focus/deskford_carnyx.aspx). Acesso em 11 de março de 2014.

<sup>295</sup> “Bullying could be achieved, however, through a slow, silent going forward, suggesting imperturbability, even if it was just a facade. This relentless closeness usually created a stronger effect than the noise. It was first used in Caesar's time and it involved a discipline of high standards. (...). The



**Figura 1: Carnyx de Deskford.** Imagem disponível em: <http://www.nms.ac.uk/explore/collections-stories/scottish-history-and-archaeology/deskford-carnyx/>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

---

only army of that period which was disciplined and organized enough for this type of advancement on a battle field was the Roman one.” URECHE, Petru. The soldier's morale in the roman army. *Journal of Ancient History and Archeology*, n. 1.3, 2014, p. 4. Tradução minha.

Os bárbaros, por outro lado, estavam fadados ao barulho. Em Tito Lívio encontramos uma ode à quietude e comedimento em batalha, justamente por parte de um romano em um enfrentamento com uma “besta celta” que colocava sua língua para fora, em escárnio:

Não houve cantos (*cantus*), exultação (*exultatio*) ou agitação vã das armas (*armorumque agitatio vana*). Com o peito cheio de coragem (*animus*) e de uma ira silenciosa (*iraeque tacitae*), Mânlio reservou toda sua ferocidade para o preciso momento do conflito. (*A História de Roma*, VII.10.8, tradução minha).

### *IRA MAGIS QUAM CONSILIO*<sup>296</sup>: DESORDEM E CONFUSÃO.

O trecho acima citado, sobre o silêncio, narra o duelo entre um romano e um gaulês. Este tipo particular de duelo, amplamente conhecido a partir do termo inglês *single combat*, é um dos elementos que contribuem para a construção da imagem de guerra atribuída aos celtas: desorganizada e tumultuada. A desordem foi elencada como o segundo elemento de análise (sendo o primeiro, o barulho). A desordem se dava, principalmente, através da inadequação das armas, pela falta de estratégia ou como confusão pura e simples. O episódio há pouco citado se passaria em 361 a.e.c., ano em que Tito Quíncio Peno Capitolino Crispino é apontado ditador em Roma. Os gauleses haviam acampado a três milhas de Roma, além da ponte que ficava sobre o rio *Anio*<sup>297</sup>. Alarmado com essa repentina incursão, o ditador romano proclamou a suspensão de todos os negócios e fez com que todos os homens aptos ao serviço militar fizessem o juramento. Eles marcharam em direção ao inimigo e se estabeleceram “deste” lado do Anio. Foi então que o gaulês, de estatura extraordinária, avançou para a ponte desocupada e, gritando o mais alto que podia, exclamou (*quantum maxima voce potuit* (...)) *inquit*: “Que o mais corajoso dos homens que Roma possui apareça e lute comigo, que nós dois possamos decidir qual dos povos é superior na guerra.” (TITO LÍVIO, *A História de Roma*, VII.9.8, tradução minha). O jovem Tito Mânlio, com permissão do ditador, aceitou o desafio. Seus companheiros prepararam sua armadura - um escudo de

---

<sup>296</sup> Tradução: Mais ira que planejamento. Expressão encontrada em Tito Lívio, V.49.5.

<sup>297</sup> Rio Aniene, também chamado Teverone, principal afluente do rio Tibre (Tevere) no centro da Itália.

infantaria e uma “espada hispânica” (*Hispano (...) gladio*)<sup>298</sup>, já que esta era mais bem adaptada (*habilis*) para combater de perto e, então, levaram-no em direção ao gaulês que, em sua alegria estúpida (*stolide laetum*), estava com a língua para fora em escárnio. Em seguida, o historiador faz um juízo sobre a estrutura física e o armamento dos dois soldados que, a julgar pelas aparências, não eram, de forma alguma, equivalentes:

O primeiro era uma criatura de imenso volume, resplandecendo em um casaco multicolorido e usando armamento dourado e pintado; o outro, um homem de estatura mediana, e suas armas, mais úteis que ornamentais, davam-lhe uma aparência bastante ordinária. (TITO LÍVIO, *A História de Roma*, VII.10.6, tradução minha).

Além disso, Tito Mânlio procedeu com reserva e quietude, guardado sua ferocidade para o momento da batalha. Esta passagem de Tito Lívio faz um contraste explícito entre a pertinência do armamento romano e, como logo veremos, da estratégia de guerra como um todo, *versus* a inadequação dos gauleses. Em outras diversas passagens encontramos esse contraste de forma menos declarada, mas que vistas em sequência, passam uma sólida imagem. É o que faremos agora. Tácito, sobre a batalha de Agrícola contra a confederação da Caledônia, ressalta o fato de estes últimos portarem decorações (*et sua quisque decora gestantes*) que provavelmente estariam atreladas à honra dos guerreiros mais renomados (*Agrícola*, 29.4). Mais adiante, o historiador ressalta o brilho das armas destes guerreiros (33.1) – o que faz lembrar “a natureza ornamental” do armamento bárbaro, já que apenas esse aspecto é ressaltado, e não, como no caso dos romanos, sua adequação, utilidade, eficiência etc. Em Dião Cássio encontramos, na descrição da espada utilizada pelos bretões do norte, a referência a um elemento ornamental e/ou ritual, já que visa à exibição, com o intuito, segundo o autor, de chocar o inimigo (*História Romana*, LXXVII.12.3)<sup>299</sup>. As descrições não apenas focalizam os elementos ornamentais, mais do que isso, quando se comenta a respeito da eficácia do armamento bretão, é para depreciá-lo:

Se iniciou combatendo de longe. Os bretões, com a mesma firmeza e habilidade, usaram suas espadas enormes (*ingens*) e pequenos (*brevis*) escudos para evitar ou desviar os mísseis de nossos soldados, enquanto eles

---

<sup>298</sup> A espada hispânica era uma espada curta e pontiaguda. O autor provavelmente está se referindo a estas características, ou, a este “tipo” de espada - o que era exigido pela história, já que o nome é anacrônico aqui.

<sup>299</sup> “Por armas eles têm um escudo e uma lança curta, com uma maçã de bronze anexada no final do eixo da lança, de modo que, quando agitada, ela colida e aterrorize o inimigo”. Tradução minha.

próprios despejaram sobre nós uma densa chuva de dardos, até que Agrícola incitou três coortes de batávicos e duas de tungros a encaminhar a luta para uma decisão na disputa corpo-a-corpo. Estas táticas eram familiares aos soldados veteranos, mas eram embaraçosas para um inimigo que portava pequenos escudos e espada enormes (*hostibus inhabile parva scuta et enormis gladios gerentibus*). As espadas dos bretões, desprovidas de ponta, não permitiam a luta corpo-a-corpo ou em espaço reduzido. (TÁCITO, *Agrícola*, 36.1, tradução minha).

A espada não era apenas grande, era enorme, de tamanho excessivo (*ingens e enormis*). Já o escudo, pequeno demais (*parva e brevis*) para servir como uma boa proteção. O tamanho da espada tornava constrangedora a luta com proximidade física ou em espaço reduzido (como nas batalhas campais). Há pouco vimos na passagem de Tito Lívio que o soldado romano havia escolhido uma espada “hispanica” pois esta era *habilis* para o tipo de luta que se ia enfrentar. Agora vemos Tácito afirmar exatamente o contrário do armamento bretão: era *inhabilis*. O tamanho inconveniente das espadas, agora no caso dos celtas, aparece também em Diodoro Sículo:

No lugar da espada curta (*xíphos*), eles carregam uma longa e larga (*spáthē* (...) *makrós*), a qual é pendurada em correntes de ferro ou de bronze e é usada do lado direito. E alguns deles prendem suas blusas com cintos banhados em ouro ou prata. As lanças brandidas, as quais eles chamam *lanciae*, têm cabeças de ferro de um cúbito de comprimento<sup>300</sup> ou ainda mais, e um pouco menos de dois palmos de largura; *pois as suas espadas não são mais curtas do que os dardos de outros povos, e as cabeças de seus dardos, são maiores que as espadas de outros*. Alguns desses dardos vêm retos da forja; outros, torcidos para dentro e para fora em formato espiral em toda a sua extensão, o objetivo sendo que o golpe não apenas corte a carne, mas destroce-a também, e que a retirada da lança possa lacerar a ferida. (*Biblioteca Histórica*, V.30.3-4, tradução e grifo meus).

Diodoro também discorre sobre os escudos dos gauleses, no entanto, passa uma imagem diferente daquela de escudos pequenos e inadequados proporcionada por Tácito:

Como armamento eles usam longos escudos (*thyreós*) da altura de um homem, os quais são forjados de *uma maneira peculiar a eles*, alguns têm, inclusive, gravadas em relevo figuras de animais em bronze, e estas são habilmente trabalhadas, *tendo em vista não apenas a beleza, mas também a proteção*. (*Biblioteca Histórica*, V.30.2, tradução e grifos meus).

---

<sup>300</sup> Cerca de cinquenta centímetros.

Essa passagem, além da discordância quanto ao tamanho dos escudos, chama a atenção ao falar que, além do caráter ornamental, estes armamentos também eram feitos/usados tendo em vista a proteção: os demais autores e passagens não conciliam estas duas características, ficando a primeira do lado bárbaro e a outra, do lado romano. No entanto, em Herodiano encontramos um reforço à assertiva de Tácito quanto ao tamanho diminuto do escudo bretão (*História do Império após a morte de Marcos*, 3.14). E, apesar deste aparente elogio ao escudo gaulês, em seguida Diodoro fala sobre a inadequação de outros elementos da guerra daqueles, como o fato de que alguns guerreiros lutavam nus: “Alguns deles têm couraças de ferro, forjadas em forma de corrente; outros, porém, são satisfeitos com a armadura que a natureza lhes deu e vão nus para a batalha.” (*Biblioteca Histórica*, V.30.3, tradução minha). Herodiano e Dião Cássio também comentam a nudez entre os bretões. Sobre esta prática, Herodiano “explica”:

Eles tatuam seus corpos com *designs* coloridos e desenhos de todos os tipos de animais; por esta razão eles não usam roupas, as quais ocultariam as *decorações* de seus corpos. Extremamente selvagens e dados à guerra, eles se armam apenas com uma lança e um *escudo estreito*, além de uma espada pendurada em um cinto em seus corpos nus. Eles não usam couraças ou elmos, *considerando-os empecilhos no atravessar dos pântanos*. (*História do Império após a morte de Marcos*, 3.14, tradução e grifos meus).

A ausência de proteção se justificaria pelo ônus que acarretariam tais armaduras no atravessar dos pântanos<sup>301</sup> e a nudez pela “necessidade” de exibição de suas decorações. Políbio também oferece uma explicação interessante para a nudez entre os gauleses:

Os insubres e os boios vestiam suas calças (*anaxyrídes*) e mantos leves (*ságos*), mas os gaesatae haviam descartado essas peças de vestuário devido a sua audácia (*thársos*) e amor à fama (*philodoxía*), e ficaram nus, sem nada a não ser suas armas, em frente a toda a tropa, crendo que assim seriam mais eficientes, *já que o solo estava coberto de silvas que poderiam grudar em suas roupas e impedir o uso de suas armas*. (*Histórias*, II.28.7-8, tradução e grifo meus).

Se o armamento já era considerado inadequado, a falta deste, era mais ainda:

---

<sup>301</sup> Imagem fantasiosa também presente em Dião Cássio (*História Romana*, LXXVII.12.1).

Mas quando os lanceiros (*akontistés*) avançaram, como é seu costume, a partir das fileiras das legiões romanas e começaram a arremessar seus dardos em rajadas certeiras, os celtas das fileiras traseiras estavam de fato bem protegidos por suas calças (*anaxyrídes*) e mantos leves (*ságos*), mas o que ocorreu com os homens nus da frente foi bem diferente do que esperavam: estes se encontraram em uma impotente e difícil situação. *Pois o escudo gaulês não cobre todo o corpo*, de modo que sua nudez era uma desvantagem, e quanto maiores seus corpos, maiores eram as chances dos mísseis de acertarem seus alvos. (POLÍBIO, *Histórias*, II.30.1-3, tradução e grifo meus).

De acordo com Rankin, a nudez, possivelmente um elemento ritual, Políbio racionaliza enquanto espinhos (ou silvas) que poderiam grudar na roupa e impedir o uso das armas. E isto certamente deve ser estória de algum legionário romano.<sup>302</sup> Esta passagem de Políbio com essa nota de Rankin - *Políbio racionaliza* – ajuda-nos a ver com clareza uma prática atribuída aos antigos (e, acredito que, também possa ser aos “modernos”) de interpretar as práticas indígenas a partir de sua linguagem/imaginário familiar/pessoal.

Antes de prosseguir, um último comentário sobre a passagem de Políbio.

Esse excerto, além de mencionar a desvantagem da nudez, e, mais uma vez, o tamanho impróprio dos escudos gauleses, traz uma imagem curiosa: Políbio diz que os gauleses das fileiras traseiras estavam bem protegidos por *ságos* (um manto grosso de lã) e por *anaxyrídes* (calças). Uma calça e um manto de lã não parecem fornecer uma proteção muito maior do que a nudez, já que não se parecem em nada com as armaduras de couro ou metal utilizadas pelos soldados romanos e por outras populações. Talvez a diferença efetiva na batalha resida unicamente no impacto visual, e daí psicológico, que a nudez causava.

Voltando para as considerações sobre esta prática de ler o outro a partir de nossos conceitos e entendimentos, encontramos em Tito Lívio uma passagem pertinente: ao tempo de uma invasão gaulesa em Clusium, os locais ficaram “alarmados com este novo inimigo (*novo bello*), quando contemplaram o número e as figuras nunca antes vistas (*invisitatus*) dos homens e seu novo armamento.” (*A História de Roma*, V.35.4, tradução minha). Beverly Southgate, em seu livro *History: what and why? Ancient, modern and postmodern perspectives*<sup>303</sup>, explora as questões “o que é história?” e “porque estudá-la?”. Essas questões são analisadas tendo em vista os atuais

---

<sup>302</sup> RANKIN, David. The Celts through classical eyes. In: GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 28.

<sup>303</sup> SOUTHGATE, Beverly. *History: What and Why? Ancient, modern and postmodern perspectives*. New York: Routledge, 1996 (Taylor & Francis e-Library, 2003).

e acirrados debates entre as diferentes escolas historiográficas, ou ainda, simplificando, entre aqueles que defendem a possibilidade de se determinar o que é a verdade ou o que é um fato histórico e aqueles que concebem a disciplina enquanto produtora de hipóteses. No capítulo quatro, a autora apresenta alguns desafios externos ao velho modelo de concepção da história. O primeiro viria da área da psicologia, nas palavras da autora: “Os historiadores são pessoas, e a história é sobre as pessoas, por isso, muitos dos problemas fundamentais no que concerne a natureza da história remetem à psicologia.”<sup>304</sup> A psicologia fornece um valioso guia para entender a nossa percepção da realidade:

Em ambos, presente e passado, somos confrontados com mais dados, mais informação do que podemos ter a esperança de lidar. Na vida cotidiana, nossos sentidos são constantemente assaltados por uma quantidade virtualmente infinita de informação; então, da totalidade de experiência potencial apresentada a nós, selecionamos algumas partes e rejeitamos outras.<sup>305</sup>

E é na resposta para as perguntas “Qual é a base da nossa escolha?” e “Quais os critérios da nossa seleção?” que a autora traz uma contribuição para pensar no trabalho dos historiadores hoje, ontem (como no caso das fontes aqui analisadas), e na elaboração do pensamento humano de forma geral:

A resposta parece ser que tomamos nossas decisões em virtude de quem somos. (...). Um corolário segue, que nossas descrições do que percebemos ou experienciamos podem nos dizer mais sobre nós mesmos do que sobre os objetos ou fenômenos que reivindicamos descrever.<sup>306</sup>

(...) nós formulamos nosso modelo para lidar com o mundo, e é somente nos termos da estrutura daquele modelo que nós experienciamos o mundo. Nós aceitamos ou recebemos informações que confirmem e consolidem nosso

---

<sup>304</sup> “Historians are people, and history is about people, so many of the fundamental problems concerning the nature of history refer back to psychology.” SOUTHGATE, Beverly. *History: What and Why? Ancient, modern and postmodern perspectives*. New York: Routledge, 1996 (Taylor & Francis e-Library, 2003), p. 59. Tradução minha.

<sup>305</sup> “In both presente and past, we are confronted by more data, more information than we can ever hope to cope with. In everyday life, our senses are constantly assailed by a virtually infinite amount of information; so from the totality of potential experience presented to us, we select some parts and reject others.” SOUTHGATE, *loc. cit.* Tradução minha.

<sup>306</sup> “The answer seems to be that we make our decisions by virtue of who we are. (...) A corollary follows, that our descriptions of what we perceive or experience can tell us more about ourselves than about the objects or phenomena that we are claiming to describe.” *Ibidem*, p. 61. Tradução minha.

modelo, enquanto, inversamente, rejeitamos qualquer coisa que possa servir para desafiá-lo ou alterá-lo.<sup>307</sup>

É por isso que, segundo a autora, achamos os comportamentos “não característicos” tão perturbadores. Na relutância de fazer revisões, acabamos por adicionar as novas informações às velhas tradições.<sup>308</sup> É justamente sobre essa relutância que Barbara Herrnstein Smith escreveu seu livro *Crença e resistência. A dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. Mais especificamente, o livro versa sobre o papel da convicção e do ceticismo, do questionamento e da resistência ao questionamento, no debate intelectual contemporâneo.<sup>309</sup> Acredito que essas considerações sejam válidas para outras épocas/debates particularmente quando a autora fala de como o conservadorismo cognitivo, ou a tendência que nossas crenças anteriores têm de persistir em face de (para outras pessoas) evidência empírica aparentemente contrária e (para outras pessoas) refutação lógica aparentemente credível. Para essa crítica literária, trata-se de uma tendência inerradicável e, em certos aspectos, distintamente positiva: crucial para nossas operações cotidianas como criaturas que sobrevivem pelo aprendizado.<sup>310</sup> Tenhamos consciência ou não, é assim que nossas mentes parecem operar. Se hoje vemos isso de forma crítica e reconhecemos a necessidade de revisões (tarefa difícil que requer uma atenção plena), no Mundo Antigo esse não parecia ser o caso, como já comentado no capítulo sobre a historiografia, pois invenção e inovação eram vistas de formas consideravelmente diferentes. Além das considerações já levantadas, é interessante pensar na palavra *ética*: hoje, definida de forma geral e simplificada como investigação sobre aquilo que é bom, ou ainda como campo da filosofia que envolve a sistematização, defesa e recomendação de conceitos de comportamentos corretos e errados.<sup>311</sup> O termo *ética* deriva do vocábulo *ethikos* do grego antigo, o qual, por sua vez, deriva de *ethos*: hábito ou costume. Os padrões morais e regras de conduta eram de grande importância em Roma, como podemos ver no *mos*

---

<sup>307</sup> “(...) we formulate our model for coping with the world, and it is then only in terms of that model's framework that we experience the world. We accept or receive information that confirms and consolidates our model, while conversely rejecting anything that might serve to challenge or change it.” SOUTHGATE, Beverly. *History: What and Why?* Ancient, modern and postmodern perspectives. New York: Routledge, 1996 (Taylor & Francis e-Library, 2003), p. 64. Tradução minha.

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 64-68.

<sup>309</sup> SMITH, Barbara Herrnstein. *Crença e resistência. A dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2002.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>311</sup> *Ethics* - Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/ethics/>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

*maiorum*: literalmente, “costume ancestral”. O *mos maiorum* consubstanciava um código não escrito do qual os antigos romanos derivavam suas normas sociais, sua tradição de ideias, costumes e usos. Suetônio registrou: “tudo de novo que é feito de forma contrária aos usos e costumes de nosso ancestrais, parece não estar certo.”<sup>312</sup>

À luz dessas colocações convido-o a ler uma avaliação da espada celta feita por Políbio e, em seguida, uma comparação entre este *novo* tipo de armamento e aquele dos romanos entregue na voz do ditador Marco Fúrio Camilo perante seus soldados pelo historiador Dionísio de Halicarnasso:<sup>7</sup>

Diz-se que os romanos conduziram as coisas com muita habilidade nesta batalha, tendo sido instruídos por seus tribunos sobre como deveriam lutar, tanto enquanto indivíduos como coletivamente. Pois eles haviam observado em batalhas anteriores que os gauleses em geral são mais formidáveis e espirituosos em suas primeiras investidas, enquanto ainda frescos, e que, devido a maneira como as suas espadas são feitas, *conforme já foi explicado*, somente o primeiro golpe tem efeito; após isto, as espadas assumem de uma só vez o formato de um estrígil, tornando-se tão curvadas tanto em sua largura quanto em seu comprimento que, a menos que os homens tenham um tempo de colocá-la no chão e endireitá-la com o pé, o segundo golpe é bastante ineficaz. (POLÍBIO, *Histórias*, II.33.1-3, tradução e grifo meus).

Armamentos melhores do que aqueles que os bárbaros possuem têm sido construídos e adaptados por nós - couraças, elmos, grevas, *escudos fortes e resistentes* (*krataioi thyreoi*), *com os quais mantemos nossos corpos inteiros protegidos, espadas de dois gumes* e, no lugar da lança (*lónchē*), o dardo (*hyssós*), um míssil que não pode ser desviado - alguns deles sendo armamentos de proteção, de modo a não sucumbir antes do embate propriamente dito, e outras são ofensivas, com vistas a perfurar qualquer defesa. Mas nossos inimigos têm suas cabeças nuas, nus estão seus peitos e flancos, nuas estão suas coxas, assim como toda a extensão de suas pernas até os pés, e não têm outra defesa além de seus escudos; como armas de ataque eles têm lanças (*lónchē*) e uma *espada cortante extremamente longa* (*mákhairai kopides hypermékēis*). O terreno em que lutaremos nos ajudará também, já que nos moveremos para baixo a partir de um lugar mais alto, mas será adverso para eles já que serão forçados a subir. E que nenhum de vocês tema o número do inimigo ou o seu tamanho, ou, olhando para estas vantagens com as quais eles contam, tornem-se menos confiantes da disputa. Pelo contrário, que todos tenham em mente, em primeiro lugar, *que um exército pequeno que entende* (*epístamai*) *o que precisa ser feito é superior a um grande exército que é ignorante* (*amathēs*); (...). Não, nem mesmo as suas tentativas de assustar seus inimigos e aterrorizá-los antes de chegar às vias de fato deveriam causar-nos qualquer temor, *como se fôssemos inexperientes na guerra*. Pois, que mal pode ser causado aos homens que vão à batalha por aqueles longos cachos, pelo furor de seus olhares, e o aspecto sombrio de seus semblantes? *E esse galopar desajeitado, o brandir inútil de suas armas, as muitas batidas em seus escudos, e todas as outras demonstrações de bravata bárbara e sem sentido, seja por meio de*

---

<sup>312</sup> “all new that is done contrary to the usage and customs of our ancestors, seems not to be right.” SUETÔNIO, *De rhetoribus*, 1, *apud*, BERGER, Adolf. *Encyclopedic dictionary of Roman Law*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1953, p. 587. Tradução minha.

*movimentos ou através de sons, cultivadas por meio de ameaças aos seus inimigos - que vantagem calculam trazer para aqueles que atacam de forma irracional (anóētos), ou que mal podem fazer àqueles que com bom planejamento (logismós) defendem suas posições em meio ao perigo?* (DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Das Antiguidades Romanas*, XIV.9.2-4, tradução e grifos meus).

Esse interessante excerto de Dionísio de Halicarnasso reúne praticamente todos os tópicos já discutidos e antecipa outros mais. Em primeiro lugar, ele retoma a distinção entre o escudo dos exércitos. Embora o autor não chegue a caracterizar o dos celtas, ele o faz indiretamente ao comparar um simples escudo com o *krataioi thyreoi* (escudo forte e resistente) dos romanos. Além disso, o escudo é a única forma de proteção dos gauleses, por carecerem de outras formas de armadura e, mais uma vez, parecerem lutar nus. Ademais, suas espadas são excessivamente (*hypermékēs*) longas. Este excerto também nos guia para um novo tópico: não eram apenas as armas que eram inadequadas, mas suas estratégias e formações também. O autor retoma o que já comentei com relação ao desprezo pelo barulho *sem sentido* dos bárbaros: o seu galopar (no sentido de saltitar) bizarro, o inútil brandir das armas, as muitas batidas nos escudos. Todas estas e outras demonstrações de coragem bárbara e sem sentido, seja através dos movimentos ou dos sons, juntamente com o ardor de seus olhares, o aspecto sombrio de seus semblantes e *seus longos cachos* (e aqui, ou estamos diante de uma sátira, ou de um testemunho riquíssimo, mesmo que tardio, sobre o estranhamento com esses seres alienígenas) não passariam de técnicas de intimidação que poucas vantagens trariam para aqueles que atacam de forma não inteligente (*anóētos*), já que os próprios gauleses eram considerados *amathēs* – não instruídos, ignorantes, estúpidos, grosseiros.

Agrícola em sua arenga antes do enfrentamento com os caledônios alerta seus soldados justamente sobre a possibilidade de estranhamento: “Se forem estranhos estes povos (*novae gentes*) e ignotas suas formações (*ignota acies*)” (TÁCITO, *Agrícola*, 34.1, tradução minha). Esta fórmula também é encontrada em uma passagem antes citada de Tito Lívio, quando o autor comenta sobre o choque dos habitantes de Clusium com a invasão gaulesa: “[os locais ficaram] alarmados com este novo inimigo (*novo bello*), quando contemplaram o número e as figuras nunca antes vistas (*invisitatus*) dos homens e seu novo armamento.” (*A História de Roma*, V.35.4, tradução minha). O adjetivo latino *invisitatus*, traduzido como desconhecido, estranho, ou “nunca antes visto”, é encontrado em diversas passagens de Lívio (V.17.8; 32; 35; 37 e 53),

corroborando a ideia do impacto do novo na mentalidade romana, e, mais ainda, do impacto negativo que está, muitas vezes, explícito nas fontes, já que estas formas alienígenas são descritas de maneira pejorativa. Em Tácito e Dião Cássio, da mesma forma, encontramos referências aos bretões como povo desconhecido (TÁCITO, *Agrícola*, 30.2-3; 34.1; 32 e 33.2-4 e DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXXVII.12). Essa visão pejorativa pode ser reforçada ainda por um curioso vestígio advindo do sítio de Vindolanda, um forte romano localizado nas proximidades da Muralha de Adriano, no norte da Inglaterra. As placas de Vindolanda foram descobertas em 1973 pelo arqueólogo Robin Birley e representam os documentos mais antigos escritos à mão na ilha britânica. Em uma destas placas de madeira, de cerca de 97 - 105 e.c., um soldado romano descreve as táticas e o equipamento de guerra das populações nativas, as quais ele desdenhosamente caracteriza como *Brittunculi*. Este termo depreciativo é usado aqui pela primeira vez e é traduzido para a língua inglesa como *wretched little Brits* - o que me aventuro a traduzir como *bretõezinhos miseráveis*. Faz-se sentir uma exasperação com relação aos guerreiros que não vestem armadura nem lutam à moda romana, que jogam seus dardos a partir de posições fixas e não utilizam espadas na cavalaria. Na placa, lê-se: “Os bretões são desprotegidos por armadura. Existem muitos homens de cavalaria. A cavalaria não usa espadas, nem montam os bretõezinhos miseráveis a fim de arremessar seus dardos.”<sup>313</sup>

Antes citei uma passagem de Tácito, na qual o historiador comenta sobre os pequenos escudos dos bretões, suas espadas gigantescas e a dificuldade que estes enfrentavam na luta corpo-a-corpo devido à falta de conhecimento na hora de escolher seu armamento (p. 89-90). Continuando aquele relato, outro elemento de inadequação com relação ao armamento e à estratégia da guerra dos caledônios é encontrado: os carros.

Quando os batávicos começaram a golpear indiscriminadamente, a atacar com o centro pontiagudo de seus escudos, a ferir os rostos e, depois de matar aqueles que estavam na planície, a dirigir a coluna colina acima, as coortes restantes, em um esforço parelho de emulação e coragem, matavam os que encontravam em seu caminho. E mais, na busca desenfreada pela vitória, deixavam para trás muitos meio mortos ou mesmo incólumes. Enquanto isso,

---

<sup>313</sup> “The Britons are unprotected by armor. There are very many cavalry. The cavalry do not use swords nor do the *Brittunculi* mount in order to throw javelins.” *Tab. Vindol.* II 164. In: Vindolanda Tablets Online. Disponível em: <http://vindolanda.csad.ox.ac.uk/TVII-164>. Acesso em: 03 de abril de 2015. Tradução minha. Para saber mais, ver: BOWMAN, Alan K. *Life and letters on the Roman frontier. Vindolanda and its people*. New York: Routledge, 1994, p. 34-50.

os esquadrões de cavalaria - pois os carros haviam se posto em fuga - mesclaram-se no combate da infantaria e, embora tivessem há pouco causado pânico, viam-se constrangidos pela fileiras compactas dos inimigos e pelas desigualdades do terreno. *Em nada se parecia com uma luta equestre, porque como a duras penas se mantinham em pé, acabavam derrubados pelos corpos dos cavalos e, com frequência, carros desmandados e cavalos assustados sem cavaleiro arremetiam contra eles de frente ou pelos flancos, conforme erram empurrados pelo pânico.* (TÁCITO, *Agrícola*, 36.2-3, tradução e grifo meus).

James Throne, em seu capítulo sobre as táticas de batalha do exército romano, sublinha que, para este, as unidades de cavalaria raramente eram usadas para ações de choque, já que é importante ter em mente que cavalos não penetram fisicamente uma infantaria bem formada, pois percebem a unidade como um objeto sólido. Dessa forma, a cavalaria atacava com longas lanças, de forma que o contato próximo com os inimigos não se fazia essencial, ou, então, sua eficácia residia simplesmente no efeito aterrorizador causado por essas tropas devido ao uso combinado de barulho, velocidade e visual, tornando a cavalaria armada ideal para este tipo de guerra psicológica.<sup>314</sup> Os bretões não só parecem, novamente, confiar todo seu planejamento a aspectos psicológicos, mas ainda demonstram aquela *amathês* por colocarem seus cavalos, tanto os que são montados quanto os que puxam carros, em meio à luta da infantaria, terminando, inevitavelmente, em confusão. Não era uma luta para a cavalaria, nem o terreno era adequado para tal, pelo menos aos olhos dos romanos. Além da cavalaria, os carros parecem ser mais um elemento sem fim instrumental na guerra, ou seja, outro elemento ritual ou de prestígio.<sup>315</sup> Como mencionei, os carros estavam em desuso na Gália já na época das invasões de Júlio César. No mundo mediterrânico, começaram a ser substituídos a partir do século VII a.e.c., quando se constituíram os primeiros corpos de cavalaria de ataque<sup>316</sup> e, um pouco mais tarde, as falanges, modelo de disciplina que contrastava com o tipo de guerra anterior, que era constituído por arqueiros e bigas.<sup>317</sup> Quanto ao elemento de prestígio, encontramos em Tácito uma passagem que nos leva novamente nessa direção quando o autor descreve o *modus belli* dos habitantes da ilha: “Sua força está na infantaria. Algumas gentes lutam também com carruagens (*currus*).

---

<sup>314</sup> THRONE, James. *Battle, Tactics, and the Emergence of the *Limites* in the West*. In: ERDKAMP, Paul (Org.). *A Companion to the Roman Army*. Blackwell Publishing, 2007, p. 223.

<sup>315</sup> Cf. BARBOSA, Pedro Gomes. O carro de guerra na antiguidade: o colocar de algumas questões. In: SANTOS, António Ramos & VARANDAS, José (Coord.). *A guerra na antiguidade III*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, p. 285.

<sup>316</sup> *Ibidem*, p. 291.

<sup>317</sup> VARANDAS, José. O hoplita e a falange. O triunfo da infantaria simétrica no Mundo Antigo. In: SANTOS, António Ramos & \_\_\_\_\_ (Coord.). *op. cit.*, p. 186.

O superior na hierarquia é o cocheiro (*auriga*); os dependentes lutam.” (*Agrícola*, 12.1, tradução minha). De maneira inversa, Diodoro Sículo descreve o uso de carros de guerra pelos gauleses atribuindo aos libertos ou pobres a função de condutor:

Em suas jornadas e quando vão para a batalha, os gauleses usam carruagens (*hárma*) puxadas por dois cavalos, as quais carregam o cocheiro (*hēnióchos*) e o guerreiro; e quando se deparam com a cavalaria nos combates, eles primeiro lançam seus dardos contra o inimigo e, então, descem de seus carros e se juntam a batalha com suas espadas. (...). Eles trazem junto para a guerra seus *homens livres* (*eleútheros*) para servi-los, escolhendo-os entre os pobres e, esses atendentes, eles usam na batalha como aurigas e como portadores de escudos. (*Biblioteca Histórica*, V.29.1-2, tradução e grifo meus).

(Destaque para o uso do vocabulário político/social genuinamente grego - *homens livres* – sendo utilizado para descrever outros povos ou estruturas políticas e sociais). Mesmo atribuindo a função inversa ao dependente e ao guerreiro nobre, o que pode ser simplesmente uma confusão no relato de um mesmo lugar-comum, o autor usa para designar o carro de guerra o mesmo termo utilizado por Dião Cássio na descrição da carruagem dos bretões (*História Romana*, LXXVII.12.3): *hárma*. Em Tito Lívio, nova referência ao uso de carros pelos gauleses, com menção explícita a este “novo tipo de luta” no momento em que a cavalaria romana realiza investidas contra os gauleses:

Por duas vezes eles afastaram a cavalaria gaulesa. Fazendo uma terceira investida, eles foram levados longe demais, e, enquanto estavam lutando desesperadamente no meio da cavalaria do inimigo, foram jogados em consternação por um *novo estilo de guerra* (*novum pugnae conterruit genus*). Homens armados, montados em carruagens (*essedum*) e vagões de bagagem aproximaram-se com um *ruído monstruoso* (*ingenti sonitu*) de cavalos e rodas, e os cavalos da cavalaria romana, não acostumados com este tipo de tumulto, tornaram-se incontroláveis em razão do pavor. (*A História de Roma*, X.28.8-9, tradução e grifos meus).

Além de formações estranhas, os celtas também são caracterizados por uma guerra que carece de logística. É possível que mesmo essas passagens que descrevam suas estratégias como *novas*, sugeriram, implicitamente, essa novidade como algo negativo, já que tanto se afastava do *éthos* romano. Outrossim, temos ainda as passagens que caracterizam essas estratégias como bizarras ou carentes de bom planejamento, ou seja, explicitamente de forma negativa, como veremos a seguir. Os romanos, sempre par antitético, aparecem como a encarnação da boa estratégia e do bom planejamento e, em Tácito, encontramos este lugar romano encarnado na pessoa de

Agrícola: o bom general. Agrícola lidava com os povos da *Britannia* com *ratio* (método, razão, julgamento, cálculo) e *cura* (atenção, cuidado, responsabilidade) (*Agrícola*, 20.2-3), e exibia mais *sapio* (inteligência, bom senso) que qualquer outro general que o precedeu na escolha de boas posições para estabelecer os fortes entre os povos recém conquistados (22.2-3). Em diversos momentos encontramos menções às estratégias bem planejadas de Agrícola como, por exemplo, no momento em que os habitantes da Caledônia realizaram um ataque surpresa. Ao saber que a frota de Agrícola percorria o litoral, os caledônios começaram seus preparativos para a guerra:

Enquanto os covardes, disfarçados de prudentes, aconselhavam recuar para o sul do Bodotria e que se retirar era melhor do que ser rechaçado, Agrícola se inteirou de que os inimigos iriam atacar repartidos em várias colunas. Para não se ver rodeado, dada a superioridades numérica daqueles e seu conhecimento do território, avançou também com o exército dividido em três partes. (TÁCITO, *Agrícola*, 25.3-4, tradução minha).

Sabendo disso, os bárbaros mudaram de repente seus planos e atacaram o acampamento romano durante a noite. Diante deste ataque inesperado,

Já se combatia dentro do acampamento quando Agrícola, que havia sido informado sobre os movimentos do inimigo pelos batedores que seguiam de perto seus passos, ordenou que os cavaleiros e soldados de infantaria mais velozes assaltassem a retaguarda dos atacantes e que, logo a seguir, todos irrompessem em gritos. Com as primeiras luzes do amanhecer começaram a brilhar os estandartes. Surpreendidos, assim, entre duas linhas de ataque, os bretões se amedrontaram; em contrapartida, os da Nona legião recuperaram a coragem e, seguros da salvação, combatiam pela glória. Além disso, lançaram-se ao ataque, e no estreito espaço das portas a luta foi encarniçada, até que se conseguiu rechaçar o inimigo, rivalizando os exércitos [romanos] entre si: um em fazer ver que haviam prestado auxílio, o outro, em que não o haviam necessitado. E, se os pântanos e as florestas não houvessem protegido o inimigo em sua fuga, esta vitória teria encerrado a guerra. (*Agrícola*, 26, tradução minha).

Podemos ver que, além do uso estratégico do barulho por partes dos romanos, a inteligência de Agrícola não apenas salvou seus soldados desta incursão imprevista e, parece-me, covarde aos olhos romanos (contrariamente a uma batalha justa, caracterizada pela batalha campal aberta), mas foi tão bem sucedida ao ponto de quase acabar com a guerra - não fosse o conhecimento do território por parte dos bretões. Estes atribuíram sua derrota não ao valor de seus inimigos, mas à astúcia (*ars*) do general romano. Pouco antes de relatar isso, em uma espécie de crítica/denúncia, o historiador escreve: “Aqueles que pouco antes mostravam-se cautelosos e prudentes,

tornaram-se, após o evento, ávidos e prepotentes. É uma injusta peculiaridade da guerra que o crédito do sucesso seja reivindicado por todos, enquanto que o desastre seja atribuído a um homem, apenas.” (27.1, tradução minha). Fica claro que, para o historiador, os sucessos na ilha se devem à *ratio* de Agrícola. Porém, isso não havia sido o suficiente para os bretões, que não abandonaram sua arrogância (*arrogantia*) e continuaram armando seus jovens e sancionando com assembleias (*coitus*) e sacrifícios (*sacrificium*) a aliança entre os povoados (27.2). Além de praticarem ritos sagrados como sacrifícios, o autor não especifica se humano ou animal, um elemento mais atrelado ao ritual e à superstição do que à logística, vale notar que a palavra escolhida para descrever sua assembleia, encontro ou conspiração é a mesma utilizada para designar a união sexual, *coitus*.

Na guerra que se seguiu entre os soldados de Agrícola e a confederação da Caledônia, vemos novamente esse contraste: na descrição da disposição do exército romano, Tácito diz que a infantaria auxiliar, em número de oito mil, fortaleceu o centro do campo de batalha, ao passo que três mil da cavalaria foram postos nas alas e as legiões foram alocadas em frente ao campo entrincheirado. Agrícola não pretendia apenas ganhar a luta, mas, se possível ganhá-la sem derramar sangue romano, uma vez que as tropas auxiliares eram compostas por soldados que não tinham cidadania romana. Além disso, com esta estratégia, o general garantia uma reserva em caso de necessidade (35.2). Os bretões, por outro lado, planejaram sua disposição pelo terreno a partir de uma lógica ritual ou de exibição:

O exército dos bretões havia se postado em terreno alto *para infundir terror com sua presença*, de modo que a primeira linha se encontrava na planície e as restantes encontravam-se escalonadas ao longo da encosta, *como se estivessem se erguendo contra o inimigo (insurgo)*<sup>318</sup>. (35.3, tradução e grifos meus).

Em uma das passagens de Dionísio de Halicarnasso antes citada (p. 95-6), o ditador Marco Fúrio Camilo fala a seus soldados sobre a inadequação das armas dos

---

<sup>318</sup> Na edição inglesa utilizada, os tradutores Alfred John Church and William Jackson Brodribb traduzem o verbo *insurgo* como “em forma de arco”: “the rest of his army rose in an arch-like form”. Beatriz A. Martínez, tradutora da edição espanhola, traduziu como “torre”: “y las restantes escalonadas a lo largo de la pendiente, como formando una torre”. Contudo, de acordo com o Oxford Latin Dictionary, o verbo *insurgo* também é traduzido para o inglês como: “I rise up (against)”, ou seja, *eu me levanto (contra)*. Esta ideia de *insurgir-se* me pareceu uma tradução tão boa quanto às imagens elencadas pelos tradutores consultados, na tradução daqueles privilegiando-se uma imagem de exibição/teatralidade, e na escolhida por mim, a do impacto psicológico.

gauleses, comparativamente às romanas, e sobre a falta de instrução daqueles e de suas vãs tentativas de intimidação. Tudo isso, segundo Camilo, seria inútil, já que não traria vantagens àqueles que atacam de forma não pensada ou sem sentido (*anóētos*), nem amedrontaria aqueles com um bom planejamento (*logismós*) (*Das Antiguidades Romanas*, XIV.9.2-4). Além da comparação explícita entre um povo que, basicamente, não pensa no que faz, e outro que calcula e pondera, é interessante rememorar o espúrio da *Retórica a Alexandre*, na qual encontramos o *logos* como qualidade que diferencia o homem dos outros animais.<sup>319</sup> Veremos agora mais dessas diferenciações, como a que fez Dionísio entre exércitos que dispõem de um bom julgamento sobre o que estão fazendo e aqueles não instruídos. Ainda na obra de Dionísio encontramos uma digressão sobre a maneira de lutar dos bárbaros, nesse caso, particularizada na imagem dos celtas, explicitamente contrastado com a dos romanos. O autor diz que a guerra destes povos, sendo em grande medida:

cheia de selvagens (*thēriódēs*) e desvairados (*manikós*), era um procedimento errante (*plēmmelēs*), deveras carente de ciência militar (*sophías tēs en hóplois ámoiros*). Assim, em um momento, eles elevavam suas espadas para o alto e desabavam à maneira de um animal selvagem (*ágrios*), jogando todo o peso de seus corpos neste golpe, como rachadores de lenha ou homens cavando com enxadões, e, novamente, eles davam golpes transversais que não se destinavam a alvo algum, como se pretendessem cortar em pedaços o corpo inteiro de seus adversários, com sua armadura de proteção e tudo; em seguida, eles afastavam suas espadas de seus adversários. Por outro lado, a defesa e a resposta romanas aos bárbaros eram disciplinadas (*eupaídeutos*) e garantiam grande segurança. Pois, enquanto seus inimigos estavam ainda erguendo suas espadas para o alto, os romanos se inclinavam por baixo de seus braços, levantando seus escudos, e então, rolando e esquivando-se, tornavam inúteis os golpes daqueles, que haviam sido lançados altos demais, enquanto que os romanos, com suas espadas na vertical, atacavam seus inimigos nas virilhas, atravessando-os também de um lado ao outro logo abaixo de suas costelas, e perfurando seus peitos até as entranhas. E, se vissem qualquer um dos bárbaros mantendo estas partes do corpo protegidas, eles cortavam os tendões de seus calcanhares ou joelhos, fazendo com que desabassem no chão urrando (*brykháomai*) e mordendo seus escudos, com gritos (*boáō*) que lembravam os uivos (*ōrygē*) de bestas selvagens (*thērion*). Não só a força ia deixando muitos dos bárbaros à medida que seus membros falhavam em virtude da fadiga, também suas armas acabavam embotadas, quebradas ou inutilizáveis. Para além do sangue que vertia de suas feridas, o suor escorrendo de seus corpos não permitia que eles dominassem suas espadas ou segurassem seus escudos com firmeza, já que seus dedos escorregavam. Os romanos, no entanto, acostumados a muita labuta em razão de seu contínuo estado guerra, prosseguiram enfrentando todos os perigos com nobreza. (*Das Antiguidades Romanas*, XIV.10, tradução minha).

---

<sup>319</sup> *Retórica a Alexandre*, 1421a1.

Os celtas lutavam como bestas selvagens, aproximavam-se dos animais que careciam de *logos*, suas armas eram inadequadas e de péssima qualidade, diferentemente dos romanos, os quais eram bem educados e treinados (*eupaídeutos*). A espada bárbara, de tamanho inadequado, levava os gauleses a aderirem a estratégias de ataque também inadequadas (ou vice-versa): o longo tempo e, portanto, a falta de agilidade requeridos para levantar essas espadas enormes, permitia ao inimigo, além de tempo, considerável extensão corporal desprotegida para um ataque. Ademais de, após o primeiro golpe, as espadas, de qualidade bizarra, tornarem-se totalmente inúteis, o sangue que vertia de seus corpos, resultado dos bem-sucedidos golpes romanos, causava aos gauleses dificuldade para continuar segurando seus armamentos, pois tornava-os escorregadios. Assim como os animais selvagens, os bárbaros procediam de forma errática. O termo utilizado para caracterizar esta desordem - *plēmnelēs*, é um adjetivo utilizado para se referir a coisas dissonantes, discordantes ou desagradáveis. Não eram apenas as suas canções que se pareciam com ruídos dissonantes, mas todo o seu modo de se portar em batalha aparentava ser. Em Tito Lívio, na fala do ditador Camilo encontramos outra referência a esta desordem:

Aqueles que se aproximam de forma desordenada (*effundo*) são uma gente a quem a natureza deu corpos e mentes maiores em tamanho que em constância (*corpora animosque magna magis quam firma*). É por esta razão, que eles trazem para todas as batalhas uma aparência de terror em vez de uma força real. (A História de Roma, V.44.4, tradução e grifos meus).

Ainda em Lívio, outra passagem sobre a falta de método entre os gauleses:

Os gauleses, perturbados com a reviravolta da situação, tomaram suas armas e avançaram sobre os romanos *com mais ira que planejamento (iraque magis quam consilio)*. A fortuna tinha, então, mudado de lado, *estando o auxílio divino e a habilidade humana (deorum opes humanaque concilia) do lado de Roma*. No primeiríssimo encontro, os gauleses foram derrotados tão facilmente quanto haviam triunfado na batalha do Ália. Em um segundo, e mais prolongado confronto, no oitavo marco miliário do caminho para Gábios, onde eles haviam se reunido após sua fuga, foram novamente derrotados sob o comando e auspícios de Camilo. Aqui, a carnificina estava completa; o campo foi tomado, e nem um único homem foi poupado para levar as notícias sobre o desastre. (V.49.5, tradução e grifos meus).

Característica comum aos bárbaros, os gauleses agiam impulsionados pela ira, pelas paixões, não refletiam e não se preparavam propriamente. Isto Tito Lívio mostra

em diversas passagens, nas quais comenta sobre a falta de preparativos por parte dos bárbaros: “[os gauleses,] que eram os sitiadores mais indolentes (*ignavus*), não os confinaram [os romanos] com trincheiras e baluartes (...)” (A *História de Roma*, IX.4.8, tradução minha). Além de *ignavus* (preguiçosos e covardes), esta falta de preparativos aproxima-os, novamente, a bestas selvagens: “Eles se empanturram avidamente com comida e vinho, e quando a noite se aproxima, não constroem qualquer fortificação (*munimentum*), e sem piquetes (*statio*) e sentinelas (*custodia*), atiram-se em qualquer lugar ao lado de um córrego, *segundo o costume dos animais selvagens (ferarum ritu)*.” (V.44.6, tradução e grifo meus). Assim, totalmente lânguidos e desprotegidos, seguindo a “lógica” das bestas selvagens, foram encontrados por seus inimigos que, após uma breve marcha que havia partido de Roma:

chegaram ao acampamento dos gauleses, desprotegido (*intutus*), assim como ele havia previsto, e descuidadamente aberto em todos os lados (*neglectaque ab omni parte*). Com um grito prodigioso (*ingenti clamore*), eles invadiram. Não houve batalha, mas uma carnificina por toda parte. Os gauleses, entregues ao sono com seus corpos nus e expostos (*nuda corpora et soluta somno*), foram massacrados. (V.45.2-3, tradução minha).

Ainda em outro excerto, o autor compara os preparativos levados a cabo pelo exército romano com a impulsividade gaulesa:

Com vistas a averiguar sua força antes de pô-la à prova em uma ação decisiva, ele [Camilo] se apropriou do terreno que ficava o mais próximo possível do acampamento gaulês e começou a construção de um baluarte. Quando os gauleses viram os estandartes romanos a distância, sendo uma gente feroz e naturalmente ávida de guerra (*gens ferox et ingenii avidi ad pugnam*), formaram sua linha, preparados para se engajar na luta imediatamente. Observando, no entanto, que os romanos não haviam descido e estavam confiando na proteção de sua posição e de seu baluarte, imaginaram que seus adversários haviam sido derrotados pelo medo, e que, ao mesmo tempo, estariam mais desprotegidos contra um ataque enquanto estivessem ocupados na construção do entrincheiramento. Então, com um grito estrondoso (*truci clamore*), avançaram para atacar. Os *triarrii*, que formavam o grupo de trabalho, não foram interrompidos, pois foram protegidos pelos *hastatus* e *principes*, os quais estavam postados na frente e começaram a luta. A inabalável coragem destes foi auxiliada pelo fato de que eles estavam em terreno elevado, já que o dardo (*pilum*) e a lança (*hasta*) não foram arremessados de forma ineficaz como frequentemente acontece ao nível do solo. Sendo conduzidos para frente pelo seu peso, atingiram seus alvos. Os gauleses foram carregados para baixo pelo peso dos mísseis, os quais ou perfuravam seus corpos ou ficavam presos em seus escudos, tornando-os extremamente pesados para carregar. Eles tinham quase chegado ao topo da colina, quando pararam sem saber o que fazer. O mero atraso despertou a coragem dos romanos e abateu a do inimigo. Então, a formação

romana caiu sobre eles, empurrando-os de volta. Eles caíram uns sobre os outros e causaram uma perda maior do que a infligida pelo inimigo. Tão precipitada foi sua fuga que mais homens eram esmagados até a morte do que assassinados pela espada. (VII.23.4-10, tradução minha).

Tito Lívio mostra um povo que não era apenas arrogante, mas também extremamente ignorante e precipitado em seu julgamento, já que imaginaram que o inimigo se protegia apenas por medo e pareciam desconsiderar completamente a importância estratégica e cautelar de uma trincheira e de um acampamento bem guarnecido. Além da arrogância e da ignorância, a impulsividade destes bárbaros, que não faziam qualquer tipo de preparativos, deve-se a sua falta de controle sobre a ira ou paixão, ou, poderíamos ainda dizer, sua carência de *logos* enquanto razão: “Incendiados pela ira (*flagrantes ira*) - frente a qual são uma gente impotente (*cuius impotens est gens*) - eles tomaram seus estandartes e partiram imediatamente em sua marcha.” (*A História de Roma*, V.37.4, tradução minha). Esta falta de razão, aparece ainda em uma passagem emblemática, onde os gauleses são mostrados como animais desprovidos de sua racionalidade ou, nos termos de Tito Lívio, totalmente alienados (*alieno*): “Os gauleses, (...) estavam arremessando seus mísseis sem rumo e sem causar danos, como se estivessem privados da razão (*alienata mente*). Alguns pareciam entorpecidos, incapazes de lutar ou fugir.” (X.29.2, tradução minha). Além de parecer implícito por meio de tais comparações que os romanos agiam com *logos* e os celtas não, encontramos a falta de *logos* explicitamente atribuída aos celtas por Políbio. No excerto 21.1-3 do livro II de suas *Histórias*, o autor diz que após diversas derrotas, os gauleses mantiveram a paz com Roma por longos quarenta e cinco anos. Porém, quando a geração que havia testemunhado aquelas derrotas já havia morrido, uma geração mais nova, completamente tomada pelo *alógestos* e pela paixão, começou novamente, como é natural (*hò phýsin ékhei*) aos bárbaros, a perturbar os romanos. Embora esta imagem de seres ligados à natureza selvagem, ao comportamento animal, mais especificamente, que são guiados pela paixão, possa parecer a alguns como algo positivo (lembramos do romanceamento da história picta e celta), Aristóteles, em sua *Ética a Eudemo*, deixa claro que não era assim que os antigos pensavam. Se não era unânime, ainda assim, é certo que o pensamento romano se aproximava mais ao do filósofo grego do que ao romance do século XVIII.

Portanto, ao passo que o covarde e o destemido são confundidos devido aos seus temperamentos, já que o covarde acredita que coisas não formidáveis são formidáveis, e que as coisas pouco formidáveis são extremamente formidáveis, e o destemido, pelo contrário, acredita que coisas formidáveis são perfeitamente seguras e vê coisas extremamente formidáveis como pouco formidáveis. Para o homem corajoso, por outro lado, as coisas parecem exatamente o que são. Assim, um homem não é corajoso se suporta coisas formidáveis por ignorância (por exemplo, se devido à loucura, enfrentasse uma descarga de raios), nem se faz isso motivado pela paixão (*dià thymón*), quando conhece a grandeza do perigo, como os celtas que “pegam em armas e marcham contra as ondas do mar”. E, em geral, a coragem dos bárbaros tem um elemento de paixão (*barbarikê andreía metà thymoû estín*). (ARISTÓTELES, *Ética a Eudemo*, 3.1229b).<sup>320</sup>

Essa falta de ponderação, *ratio* ou *logos*, uma vez dominados pela *ira* ou paixão, levaria inevitavelmente, não apenas à inadequação e ineficiência, mas também à completa confusão. Essas novas gerações de que falava Políbio no último excerto, não cientes dos desastres ocorridos por seus antepassados nos enfrentamentos com os romanos, imbuídos de paixão e falta de ponderação, começaram a exasperar-se contra os romanos por azares puramente fortuitos e a atrair como aliados os gauleses dos Alpes. Os primeiros preparativos foram levados a cabo pessoalmente pelos chefes destas gentes, sem que o povo soubesse. E quando os gauleses transalpinos apresentaram-se com seu exército no território dos gauleses dos Alpes, estes sublevaram-se contra os recém chegados, executaram seus reis e enfrentaram-se mutuamente causando grandes perdas (*Histórias*, II.21.4-6). Esta imagem de confusão está tão presente nas descrições da guerra dos celtas, gauleses e bretões quanto o barulho. Além de passagens que “pintam esse quadro”, criando um enredo onde a confusão ocorre, são feitas diversas menções à confusão pura e simples. Antes de prosseguir com estas, faço um pequeno parêntese para terminar com as passagens que contrastam a falta de planejamento dos bárbaros em contraste com a inteligência romana. Em Tito Lívio, encontramos uma situação curiosa, onde a oposição entre planejamento e ordem *versus* confusão é conectada de forma inversa aos povos a que, como regra, aplicam-se:

---

<sup>320</sup> “Therefore whereas the cowardly and the daring are mistaken owing to their characters, since the coward thinks things not formidable formidable and things slightly formidable extremely formidable, and the daring man on the contrary thinks formidable things perfectly safe and extremely formidable things only slightly formidable, to the brave man on the other hand things seem exactly what they are. Hence a man is not brave if he endures formidable things through ignorance (for instance, if owing to madness he were to endure a flight of thunderbolts), nor if he does so owing to passion when knowing the greatness of the danger, as the Celts ‘take arms and march against the waves’; and in general, the courage of barbarians has an element of passion.” ARISTOTLE. *Eudemian Ethics*. Aristotle in 23 Volumes, Vol. 20, translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1981. Tradução minha.

Não apenas a Fortuna, mas também o planejamento (*ratio*) estava do lado dos bárbaros. O outro exército em nada se parecia com um romano, quer entre os generais ou entre os soldados privados. Eles estavam aterrorizados, e tinham perdido suas cabeças de forma tão absoluta que um número maior fugiu para Veii, uma cidade hostil, com o Tibre em seu caminho, em vez de seguir pela estrada direta para Roma, para suas esposas e filhos. Por algum tempo, as reservas estavam protegidas pela sua posição. No resto do campo, tão logo o grito de batalha foi ouvido por aqueles mais próximos das reservas, e então, por aqueles na outra extremidade da linha, eles fugiram, frescos e ilesos, *de seus estranhos inimigos*, sem nenhuma tentativa de lutar ou mesmo de responder ao grito de guerra. Ninguém foi morto na luta, eles foram abatidos por trás enquanto bloqueavam a fuga um do outro em uma confusa e conflituosa massa. Ao longo das margens do Tibre, para onde toda a ala esquerda havia fugido, depois de jogar fora suas armas, houve grande matança. Muitos, que não sabiam nadar ou não tinham força devido ao peso de sua couraça e outras armaduras, foram levados pela correnteza. (*A História de Roma*, V.38.4-8, tradução minha).

Ainda assim, os romanos, por portarem-se dessa maneira, não pareciam romanos, mas apresentavam aquela desorganização caótica, covardia e desunião comumente atribuída aos bárbaros – a imagem é a mesma, o *bárbaro* não sofreu alterações, houve apenas uma episódica inversão de papéis.

Fecho o parêntese e retomo a exposição central sobre a confusão. As passagens relatadas até o momento, ao retratarem a inadequação das armas, das táticas (ou até mesmo a falta destas) e o barulho excessivo, compõem uma paisagem que nos passa uma imagem de confusão. Em outros momentos, a confusão é expressa de forma mais direta: Dionísio de Halicarnasso usa duas vezes, nos trechos analisados, o termo *tarássō* para se referir à guerra celta (*Das Antiguidades Romanas*, XIII.6.5 e XII.8.2). Podemos traduzir esse vocábulo grego como “problemas da mente”, agitação ou distúrbio, e, mais especificamente, quando relacionada ao contexto da guerra, refere-se a um exército em desordem e confusão. Encontramos também, na obra em questão, *tarakhē*, termo com a mesma conotação (XIII.7.4). Em Tito Lívio, encontramos a palavra *tumultus* onipresente quando se fala em gauleses (*A História de Roma*, V.37.5, 7 e 8; X.26.14, etc.). Em uma destas passagens, o autor ainda reforça a falta de sentido deste: “*et nata in vanos tumultus gens*” (V.37.8). Sua desordem, tumulto ou agitação (*tumultus*) não era apenas vã (*vanus*), mas ainda estava atrelada à natureza do ser gaulês (*natus*). De acordo com Rankin, seria razoável traduzir *tumultus* como “emergência” nesse contexto, já que ela é usada praticamente toda vez que há um levante gaulês ou mesmo apenas a suspeita

de uma possível movimentação destes.<sup>321</sup> É, ainda assim, ou talvez, mais ainda, digno de nota a conotação de desordem e tumulto advinda desta palavra latina.

Retomo outro ponto antes destacado: a nudez. Quando comentei sobre a inadequação do armamento bárbaro em comparação ao romano, citei um ponto ainda mais notável, a ausência total de uma armadura de proteção. A nudez em batalha, além de ser imprópria, parece ser um elemento de falta de *ratio*, e não deveria fazer muito sentido para os romanos. Tanto é que alguns autores tentavam racionalizar tal prática e fornecer explicações (p. 92). Além das notas de Herodiano sobre a nudez entre os bretões e as de Políbio sobre esta prática entre os gauleses, Políbio escreve sobre os *gaesatae* (os quais, de acordo com Witt, eram uma espécie de tropa de choque composta por mercenários itinerantes especializados):

Muito aterrorizante também era a aparência (*epipháneia*) e os movimentos dos guerreiros nus na primeira fila, todos no auge da vida, finamente constituídos e ricamente adornados com torques e braceletes de ouro. A visão destes homens de fato consternou os romanos, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhar aquele espólio encorajou-os duplamente a lutar. (*Histórias*, II.29.7-9, tradução minha).

Destaco que o termo escolhido para se referir à aparência, *epipháneia*, refere-se não só a uma simples aparência, mas está especialmente ligado à manifestação de uma figura real ou divina. Além disso, diz respeito à porção visível, ostentação, e também à fama e distinção. É possível que estas tentativas de intimidação através do impacto visual tenham significados muito mais profundos e complexos do que as tentativas de racionalização dos historiadores antigos tenham alcançado. A exibição, o barulho, a nudez, e até mesmo o que para gregos e romanos pode ter sido visto como desordem e confusão, podem ser elementos rituais, traço que parece ter sido muito importante na guerra de celtas e bretões. Segundo Witt, muitos de nossos achados arqueológicos de armas celtas derivam de contextos aquosos, tais como rios ou lagos. Algumas perdas acidentais são esperadas, mas alguns depósitos são claramente deliberados, tais como as centenas de armas e acessórios de carruagens encontrados em La Tène na Suíça. Muitas destas armas foram “mortas”: dobradas e completamente deformadas. Esta prática, juntamente com o contexto em que são encontrados estes armamentos, sugerem que

---

<sup>321</sup> RANKIN, David. The Celts through classical eyes. In: GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 24.

havia um profundo aspecto religioso na prática da guerra entre estas populações.<sup>322</sup>  
Mais,

Para Alain Deyber, a sociedade céltica era organizada militarmente com sua hierarquia e códigos próprios. Jean-Louis Brunaux coloca que as preliminares da guerra seriam extremamente ritualizadas. Obviamente, que os exércitos celtas não se precipitavam sobre os romanos porque eram simplesmente desorganizados. Havia todo um sistema de códigos visando a guerra. Esses códigos eram compreendidos entre dois exércitos celtas. Se tomarmos os relatos de Diodorus e de Estrabão, acerca dos bardos ou dos druidas detendo dois exércitos prestes a se enfrentar, vemos que dois exércitos celtas alinhados frente-à-frente deveriam respeitar as prerrogativas dos druidas. Diodorus inclusive afirma que o exército inimigo também devia respeitar a autoridade dos mediadores. Contudo, os romanos deviam ter um olhar desdenhoso em relação a tais práticas.<sup>323</sup>

No tocante a este olhar desdenhoso, ou seja, a visão destes códigos alienígenas e ritualizados enquanto uma falta de *logos* ou *ratio*, reproduzo na íntegra uma passagem já citada de Tito Lívio, na qual o autor relata o momento em que um gaulês provoca os romanos a um duelo - desafio que é aceito pelo jovem Tito Mânlio.

Um longo silêncio se seguiu. Os melhores e mais bravos romanos não deram sinal algum. Eles se sentiam envergonhados de recusar um desafio, mas, ainda assim, estavam relutantes em se expor a um perigo tão terrível. Foi então que Tito Mânlio, o jovem que havia protegido seu pai da perseguição do tribuno, deixou seu posto e foi até o ditador. “Sem as tuas ordens, General”, ele disse, “Eu jamais deixarei meu posto para lutar. Não, nem mesmo se eu visse que a vitória era certa. Mas, se me deres permissão, eu quero mostrar àquela besta (*belua*) que saltita tão ferozmente (*ferox praesultat*) em frente a sua tropa, que eu sou um descendente da família que arremessou a tropa de gauleses das Rochas Tarpeianas.” Em seguida, o ditador: “Sucesso à tua coragem, Tito Mânlio, e à tua afeição pelo teu pai e pela tua pátria! Vá, e com a ajuda dos deuses, mostre que o nome de Roma é invencível.” Então, seus companheiros armaram-no. Ele tomou um escudo de infantaria (*pedestre scutum*) e uma espada hispânica (*Hispano ... gladio*), já que esta é melhor adaptada para a luta corpo-a-corpo (*ad propiorem habili pugnam*). Assim, armado e equipado, eles o levaram até o gaulês, o qual, na sua alegria estúpida (*stolide laetum*) - os antigos achavam que isso merecia registro - estava colocando a língua para fora em escárnio. Os demais soldados se retiraram para seus postos e os dois guerreiros armados foram deixados sozinhos no meio, *mais à maneira de uma peça teatral do que de uma guerra séria (spectaculi magis more quam lege belli)*. E, para aqueles que julgam pelas aparências, de forma alguma equilibrados: um, era uma criatura de tamanho enorme, resplandecendo em um casaco de muitas cores e vestindo armadura pintada e dourada; o outro, um homem de estatura mediana, e suas armas, mais úteis que ornamentais (*habilibus magis quam*

<sup>322</sup> WITT, Constanze. The “Celts”. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2009, p. 296-297.

<sup>323</sup> OLIVIERI, Filippo L. A guerra entre os celtas: da arrogância ao estupor. In: Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM, p. 7.

*decoris species*), davam-no uma aparência bastante ordinária. (*A História de Roma*, VII.10.1-7, tradução e grifo meus).

De acordo com Witt, o desafio ao duelo ou combate individual (*single combat*), era uma alternativa ao ataque furioso e precipitado – “a arma mais potente das forças celtas”.<sup>324</sup> Ainda sobre esta prática, comenta Stephen Allen:

O combate individual era uma das maneiras mais eficazes para o guerreiro ganhar ou ampliar seu prestígio. Ao oferecer um desafio publicamente no campo de batalha, ele consumava os elogios feitos a si mesmo durante os banquetes, confirmando sua honra e, ao mesmo tempo, colocando em questão a do seu oponente. Era uma parte integrante da maneira céltica de guerrear que permitia que os maiores e mais ambiciosos guerreiros desempenhassem seu papel individual no ritual da batalha. (...). O combate individual também servia para aumentar a tensão entre os outros guerreiros que estavam trabalhando em um frenesi com gritos de guerra e choques das armas nos escudos.<sup>325</sup>

Diante do desafio do guerreiro bárbaro, os romanos estavam “*relutantes em se expor a um perigo tão terrível*”. Se o perigo era formidável, os romanos não estavam sendo covardes, a valer-se da passagem de Aristóteles antes citada (p. 106). Pelo contrário, o gaulês é que estava agindo temerariamente. A condenação de tal prática pode-se ver quando Tito Lívio diz que o ocorrido se parecia mais com uma peça teatral do que com uma guerra séria, ou ainda, segundo a tradução de William Heinemann<sup>326</sup>: “os dois homens armados foram deixados por conta própria no meio [dos dois exércitos], mais como gladiadores do que como soldados”. No fim do excerto, há ainda um reforço deste contraste entre uma luta ou equipamento com caráter ornamental *versus* instrumental. Em face destas passagens analisadas, os romanos, parece-me, achavam mais digna uma luta campal, aberta. Os tradutores W. R. Paton e Manuel Balasch Recort, traduzem como *pitched battle* e *batalla em toda regla*, respectivamente, uma passagem de Políbio, na qual o autor diz que os romanos venceram em um

---

<sup>324</sup> WITT, Constanze. The “Celts”. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2009, p. 294.

<sup>325</sup> “Single combat was one of the most effective ways for the warrior to gain or enhance his prestige. In offering a challenge publicly on the battlefield he fulfilled the boasts made at the feast, confirming his honour and at the same time calling into question that of his opponent. It was an integral part of the celtic way of war that enabled the greatest and most ambitious warriors to play their own individual part in the ritual of battle. (...). Single combat also served to increase tension among the other warriors who were working themselves into a frenzy with war cries and the clashing of weapons on shields.” ALLEN, Stephen. *Celtic Warrior: 300 BC-AD 100*. Oxford: Osprey Publishing, 2004, p. 62. Tradução minha.

<sup>326</sup> “the two armed men were left by themselves in the midst, like gladiators more than soldiers”. LIVY. Books V, VI and VII with an English Translation by William Heinemann. London: Harvard University Press, Ltd, 1924. Tradução minha.

combate *parátaxis*, ou seja, o qual é disputado colocando-se um ao lado do outro, em linha, ou em uma batalha regular (*Histórias*, II.19.11). Os bárbaros eram dados a ataques surpresas na calada da noite, ao passo que os romanos, segundo Paul Robinson, “gostavam de ver a si mesmos como guerreiros honestos que mantinham sua palavra e lutavam abertamente, sem recorrer ao artifício ou à deslealdade.”<sup>327</sup>

#### TÀ DÈ SYLLOGÍSÁMENOI TĒN TE GALATIKĒN ATHESÍAN...<sup>328</sup>: A INCONSTÂNCIA.

Ainda partindo desta última passagem do historiador Tito Lívio, introduzo o terceiro e último tópico, ou lugar-comum, destacado para a análise sobre o modo de fazer guerra de bretões do norte e gauleses: a inconstância. Dividi este tema nos seguintes sub-tópicos: (i) a disciplina romana, ou a falta desta entre os bárbaros; (ii) a inconstância enquanto covardia-temeridade e (iii) a inconstância enquanto desonestidade ou volubilidade de caráter. Nesta última passagem de Lívio nos deparamos com o primeiro destes sub-tópicos, quando Tito Mânlio pede permissão a seu general para aceitar o desafio do gaulês, mostrando total sujeição a seu superior (*A História de Roma*, VII.10.1-3). A disciplina, mais que uma qualidade fundamental ao soldado romano, era um dos valores integrantes do *mos maiorum*, o já citado código do qual derivavam as normas sociais romanas. O conceito de *mos maiorum* foi colorido pelo romance e idealizado em uma visão idílica das virtudes simples<sup>329</sup>, entre as quais encontramos, além da *disciplina*, e relacionados a esta, a *constantia* e a *grauitas*. A *disciplina* relacionava-se com a educação, treinamento e autocontrole. A *constantia* entendia-se como constância, perseverança, firmeza e resolução. A *grauitas*, enfim, era um dignificado autocontrole, seriedade, autoridade. Os bárbaros careciam de todos estes princípios, conforme se apura das descrições analisadas. De acordo com Paul Robinson, a busca por precedência incentivava as pessoas a correr riscos, a fim de se destacar da multidão e adquirir glória. Em sociedades que se sentem inseguras e nas quais a guerra é um fenômeno bastante normal, a capacidade militar é uma das virtudes mais

---

<sup>327</sup> “liked to view themselves as upright warriors who kept their word and fought openly without recourse to deceit or treachery.” ROBINSON, Paul. *Military Honour and the Conduct of War*. From Ancient Greece to Iraq. Abingdon: Routledge, 2006 (Taylor & Francis e-Library, 2006), p. 37. Tradução minha.

<sup>328</sup> Tradução: Levando em consideração a volatilidade gaulesa... Frase encontrada em Políbio, II.32.8.

<sup>329</sup> KENNEY, E. J. *Latin Literature*. Cambridge University Press, 1982, p. 338.

valorizadas.<sup>330</sup> No mundo romano, apesar do constante estado de guerra, os valores incorporados ao seu entendimento de virtude e, portanto, de disciplina e unidade, estavam se sobressaindo esmagadoramente àqueles de uma cultura guerreira.

Como escreveu Plutarco: “há somente uma palavra no vocabulário latino que significa virtude, e o seu significado é *bravura viril*: assim, os romanos fizeram a coragem representar a virtude em todos os seus aspectos, embora ela só denote um deles.” Com o passar do tempo, a proeza, de alguma forma, deu lugar à obediência e à disciplina, conforme as táticas militares romanas dependiam menos de exibições de coragem individual e mais de movimentos coordenados de tropa. (...) Josefo, um judeu que lutou contra e ao lado dos romanos, escreveu que ele “sabia que o poder invencível de Roma se devia principalmente à sua obediência sem hesitação e à prática nas armas.”<sup>331</sup>

O mesmo Mânlio que agiu com extrema disciplina e subordinação com relação ao seu superior na passagem de Tito Lívio, teria, segundo Plutarco, decapitado seu próprio filho, pois este, vendo uma oportunidade para alcançar a glória, teria deixado seu posto durante uma batalha.<sup>332</sup> Da mesma forma, soldados romanos que fugiam, independentemente das circunstâncias, desgraçavam-se.<sup>333</sup>

Encontramos em Tácito o valor romano mais uma vez personificado em Agrícola, o qual é encarregado da Vigésima legião, pois esta havia demorado a prestar juramento de fidelidade. Segundo as especulações de Tácito, isso poder-se-ia dever ao fato de o predecessor de Agrícola no comando desta legião ter um comportamento sedicioso (*sediciosus*). “Deste modo, Agrícola, eleito sucessor e, ao mesmo tempo, vingador, com *raríssima modéstia* (*rarissima moderatione*), preferiu passar a impressão de ter encontrado bons soldados e não de que os havia feito tal.” (*Agrícola*, 7.3, tradução e grifo meus). Em outra passagem, Agrícola, cumprindo as tarefas correspondentes ao ideal de um bom general taciteano, recompensa a disciplina dos soldados: “Quando, no entanto, o verão chegou e havia reunido o exército, ele participava com assiduidade das marchas, recompensava a boa disciplina (*modestia*) e

---

<sup>330</sup> ROBINSON, Paul. *Military Honour and the Conduct of War*. From Ancient Greece to Iraq. Abingdon: Routledge, 2006 (Taylor & Francis e-Library, 2006), p. 4.

<sup>331</sup> “As Plutarch wrote: ‘there is only one word in the Latin vocabular which signifies virtue, and its meaning is *manly valour*: thus the Romans made courage stand for virtue in all its aspects, although it only denotes one of them.’ Over time prowess gave way somewhat to obedience and discipline, as Roman military tactics depended less on displays of individual courage and more on coordinated troop movements. (...) Josephus, a Jew who had fought both against and alongside the Romans, wrote that he ‘knew that the invincible might of Rome was chiefly due to unhesitating obedience and to practice in arms.’” ROBINSON, Paul. *Military Honour and the Conduct of War*. From Ancient Greece to Iraq. Abingdon: Routledge, 2006 (Taylor & Francis e-Library, 2006), p. 36-7. Tradução minha.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 48.

mantinha os dispersos em ordem”. (20.2, tradução minha). Se, do lado romano, Agrícola mostrava *moderatione* (moderação, controle, orientação, governo, e neste excerto passando também uma ideia de moderação enquanto modéstia) e louvava a *modestia* em seus soldados (moderação, disciplina, comportamento sóbrio, senso de honra e de dignidade), os bretões, mesmo após serem derrotados, continuaram sustentando sua atitude arrogante (*arrogantia*) (TÁCITO, *Agrícola*, 27.2). Em Tito Lívio, encontramos um relato sobre a falta de disciplina e de *moderatione* entre os gauleses:

Assim, encorajados uma vez mais por estas exortações, eles empurraram de volta os principais manípulos gauleses, e, como se formassem uma cunha (*cuneus*), irromperam no meio da formação do inimigo. Os bárbaros foram então dispersos e, *não tendo ordens ou comandantes definitivos (quibus nec certa imperia nec duces essent)*, voltaram-se contra seus próprios companheiros. (*A História de Roma*, VII.24.8, tradução e grifos meus).

O historiador Diodoro Sículo, no entanto, registra algo diferente sobre a organização e a obediência entre os bárbaros, mais especificamente, sobre a influência dos druidas entre eles: “Não é somente nas exigências da paz, mas nas suas guerras, também, que eles obedecem, antes de qualquer outro, a estes poetas. E tal obediência é observada não apenas por seus amigos, mas também pelos inimigos.” (*Biblioteca Histórica*, V.31.5, tradução minha). Porém, na continuação da leitura do excerto percebe-se que o autor não age de uma maneira tão diferente: apesar de conceber uma imagem de obediência entre os bárbaros, de controle da paixão e predomínio da sabedoria, ainda assim, é uma sujeição mais ligada a fatores rituais e mágicos, do que à disciplina, ao treinamento ou à educação. Mais, a obediência é tal que não parece ser apenas em respeito a estes sacerdotes ou em observância a algum ritual sagrado, mas uma domesticação de bestas selvagens:

Muitas vezes, por exemplo, quando dois exércitos se aproximam durante a batalha, já com as espadas empunhadas e as lanças apontadas para a frente, estes homens se colocam entre eles e fazem cessar a luta, *como se tivessem jogado um feitiço (katēpáidō) sobre certos tipos de bestas selvagens (thērion)*. Deste modo, *mesmo entre os mais selvagens (ágrios), a paixão (thymós) dá lugar à sabedoria (sophía)*, e Ares teme as Musas. (*Biblioteca Histórica*, V.31.5, tradução e grifos meus).

Tácito sublinha também essa falta de moderação e disciplina na hora do enfrentamento, quando, logo após receberem a arenga de seu líder, com cantos e gritos

discordantes, alguns dos bárbaros não se continham em esperar por toda sua tropa ou por ordens e se adiantavam correndo (*Agrícola*, 33.1). De acordo com o historiador Flávio Josefo, o imperador Tito (Tito Flávio Vespasiano Augusto) teria declarado “que entusiasmo imprudente era loucura absoluta, e que o heroísmo só era heroico quando se unia com uma consideração prudente pela segurança do herói. Seus homens foram proibidos de arriscar suas vidas a fim de exhibir destemor.”<sup>334</sup> Esta passagem conduz a uma relação entre este primeiro subtópico, o da disciplina, com o segundo, o da covardia-temeridade, na medida em que ambos estão intimamente relacionados à falta de *disciplina* e *constantia*. A reprodução de um trecho do relato de Tácito sobre o enfrentamento entre a confederação da Caledônia e o exército de Agrícola (conhecido como Batalha de *Mons Graupius*) ajuda a apontar estes dois subtópicos oriundos do lugar da inconstância:

Os bretões, que até o momento permaneceram no alto da colina sem lutar, e, despreocupados, menosprezavam a escassez de nossas tropas, tinham começado a descer, pouco a pouco, e a cercar a retaguarda dos que venciam. Mas, Agrícola, que temia precisamente isso, dirigiu contra os atacantes quatro alas de cavalaria, mantidas em reserva ante qualquer eventualidade da guerra. E, *quanto mais ferozmente (ferox) avançavam, mais energicamente eram dispersados e postos em fuga*. Foi assim que o plano dos bretões se voltou contra eles mesmos, e, as alas da cavalaria, trasladadas da frente, por ordem do general, caíram sobre a retaguarda do inimigo. Em campo aberto o espetáculo foi grandioso e terrível: nossos homens perseguiam, feriam, faziam prisioneiros e matavam-nos quando outros caíam em seu caminho. *Os inimigos, dependendo da natureza de cada um, fugiam em grupos armados de uns poucos adversários, enquanto alguns se precipitavam desarmados contra nossos soldados buscando voluntariamente a morte.* (*Agrícola*, 37.1-3, tradução e grifos meus).

Além do bom e efetivo planejamento de Agrícola, vemos já no início desta passagem a *arrogantia* dos bretões, que se relaciona à sua ausência de *modestia* ou disciplina – enquadrado no primeiro subtópico. Em seguida, somos introduzidos ao segundo: “*quanto mais ferozmente avançavam, mais energicamente eram dispersados e postos em fuga*” - a inconstância decorrente de um misto de coragem e covardia excessivas. Logo em seguida, enquanto alguns se dão à fuga em grandes grupos, mesmo estando ainda armados e sendo perseguidos por uns poucos romanos (o que, para um

---

<sup>334</sup> “that incautious enthusiasm was utter madness, and heroism was heroic only when it went with prudent regard for the hero’s safety. His men were forbidden to risk their own lives in order to display their own fearlessness.” JOSEPHUS, *apud* ROBINSON, Paul. *Military Honour and the Conduct of War*. From Ancient Greece to Iraq. Abingdon: Routledge, 2006 (Taylor & Francis e-Library, 2006), p. 45. Tradução minha.

soldado do Império, era considerado uma desgraça), outros entregavam-se voluntariamente à morte. Além das considerações do imperador Tito de que um ato só seria heroico quando não feria a segurança do herói, Aristóteles nos provê interessantes reflexões para a leitura desta passagem.

O que é temível não é a mesma coisa para todos os homens. No entanto, dizemos que algumas coisas o são além das forças humanas; essas, portanto, são temíveis para todos, pelo menos para todas as pessoas *no seu juízo normal* (...) o homem que enfrenta e que teme as coisas que deve e pelo motivo certo, da maneira e na ocasião devidas, e que é confiante nas condições devidas, é verdadeiramente corajoso (...) *Dos homens que tendem para o excesso, os excessivamente destemidos não tem nome especial* (já dissemos antes que muitas disposições de caráter não o têm), *mas seriam uma espécie de loucos (maínomai) e de insensíveis (análgētos) se nada temessem, nem os terremotos nem as ondas, como dizem que são os celtas; no que diz respeito ao homem excessivamente confiante em relação ao que é verdadeiramente temível, ele é temerário (thrasýs)*. Este também é considerado jactancioso e um mero simulador de coragem, pois, com efeito, ele apenas quer parecer aquilo que as pessoas corajosas verdadeiramente são diante de perigos temíveis, e então os imita nas situações em que lhe é possível fazê-lo. *Em razão disso, na sua maioria essas pessoas são uma mistura de temerárias e covardes, porque, embora mostrem confiança em tais situações, não se mantêm firmes contra o que é verdadeiramente temível.*<sup>335</sup>

“Uma mistura de temerários e covardes” é uma definição perfeita para este segundo subtópico. Tácito, através da arenga atribuída à Agrícola, fala sobre o medo excessivo dos bretões do norte, chegando a fazer uma analogia entre o comportamentos destes e o dos animais:

De todos os bretões, estes são os mais fugazes (*fugax*) e, por isso, conseguiram sobreviver tanto tempo. Assim como, ao penetrar às florestas, os animais mais corajosos (*fortis*) se lançavam contra nós, e, de maneira inversa, os mais assustados (*pavidus*) e débeis (*iners*) saíam correndo somente com o ruído que fazia o passar da nossa coluna; da mesma forma, os mais ferozes (*acer*) dos bretões há tempos foram mortos; resta apenas um grupo de covardes (*ignavus*) e medrosos (*metuo*). Enfim, vós os haveis encontrado, não porque mantiveram-se firmes, mas porque foram surpreendidos. Esta nova situação e o torpor provocado pelo seu medo excessivo (*extremus metus*) os deixaram cravados em suas próprias pegadas, e, sobre elas, lograreis uma bela e espetacular vitória. (*Agrícola*, 34.1-3, tradução minha).

---

<sup>335</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3.7 ou 1115b. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret Editora, 2001. Grifos meus.

Além da similaridade entre as passagens que falam sobre este misto de covardia e temeridade nos bretões e nos gauleses, temos, em *Agrícola*, uma comparação explícita entre estas gentes: “(...) em buscar os perigos, a mesma ousadia (*audacia*) e, uma vez que se os alcançam, o mesmo pavor (*formido*) em evitá-los.” (11.3, tradução minha). O mesmo diz Tito Lívio dos gauleses e samnitas que juntos enfrentavam os romanos:

Os romanos, sob a liderança de Fábio, estavam agindo mais na defensiva e prolongando a luta tanto quanto possível. Seu comandante sabia que era a prática habitual de ambos, gauleses e samnitas, começar com um ataque furioso (*ferox*) e, se este fosse resistido com sucesso, era o suficiente: a coragem (*animus*) dos samnitas diminuía gradualmente, conforme a batalha prosseguia; quanto aos gauleses, totalmente incapazes de suportar calor (*aestus*) ou esforço (*labor*), encontraram sua força física se esvaindo. Em suas primeiras investidas eram mais do que homens; no fim, eram menos que mulheres (*primaque eorum proelia plus quam virorum, postrema minus quam feminarum esse*). (*A História de Roma*, X.28.2-4, tradução minha).

A falta de disciplina e *constantia* pode ser verificada não somente na sua falta de organização, mas também no seu despreparo físico. O corpo dos gauleses era *intolerantíssimo* frente ao calor e à labuta. Ressalto que a palavra traduzida como *calor* também pode significar ansiedade e excitação, o que se enquadraria muito bem no tipo de situação descrita, na qual encontramos um povo impulsivo e que pouco reflete, ou, pelo menos, cujas reflexões não são eficazes o bastante no controle da mente: qualidades que atribuímos a uma pessoa ansiosa. A falta de disciplina e *constantia*, e a falta de comedimento resultante, pode também ser vista na carência de uma preparação adequada antes de uma batalha:

O inimigo tornava-se mais fraco a cada dia por permanecer inativo em uma posição desvantajosa, sem quaisquer suprimentos previamente coletados e sem o preparo de trincheiras adequadas. A totalidade de sua força mental e física dependia de movimentos vigorosos (*impetus vis*) e, mesmo um pequeno atraso, falava contra o seu vigor. (TITO LÍVIO, *A História de Roma*, VII.12.11, tradução minha).

Além desta impulsividade e da covardia que podem ser observadas nesses excertos, há ainda aquela coragem desmedida encontrada na passagem de Tácito antes citada, quando o historiador disse que, enquanto alguns soldados fugiam, ainda armados, de uns poucos perseguidores, outros, já sem armamento algum, corriam em direção ao inimigo entregando-se voluntariamente à morte (*Agrícola*, 37.1-3). Segundo Aristóteles, esse comportamento não poderia ser classificado como corajoso, mas como

temerário, ou seja, um mero simulador de coragem que, em verdade, não passa de uma forma de covardia. Encontramos outras passagens que seguem esta análise de Tácito, de atribuir uma “coragem” desmedida a alguns gauleses e bretões e que parecem concordar com a condenação aristotélica. A prática de desafio ao duelo ou combate individual parece ser um exemplo disso, porquanto um guerreiro desafia outro a combater até a morte de uma das partes. Além de mencionar esta prática, Diodoro Sículo observa: “Alguns deles desprezam a morte a tal ponto que enfrentam os perigos da batalha nus e sem usar nada além de um cinto sobre seus quadris.” (*Biblioteca Histórica*, V.29.2, tradução minha). O historiador provê também uma explicação para tal desprezo pela vida:

Eles [os celtas] convidam os estranhos para seus banquetes, e não perguntam, até o final da refeição, quem são e o que necessitam. E é seu costume, mesmo durante a refeição, valer-se de qualquer questão trivial para uma competição por superioridade e, então, desafiar um ao outro para o combate individual, *sem qualquer consideração por suas vidas*. Pois eles creem que as almas (*psychê*) dos homens são imortais e que, após um determinado número de anos, eles iniciam uma nova vida, a alma entrando em um novo corpo. Consequentemente, nos funerais de seus mortos, eles jogam cartas sobre as piras, como se os mortos fossem capazes de as ler. (V.28.5-6, tradução e grifo meus).

Novamente, os antigos encaixando os costumes outros em seus esquemas prévios e próprios: a forma como este tipo de crença reencarnacionista foi descrita aproxima-se muito mais da teoria de Pitágoras do que daquilo que hoje acreditamos saber sobre a religiosidade entre “celtas” e/ou bretões. Quanto à menção explícita ao desprezo pela vida, encontramos uma em Políbio, parecidíssima à passagem de Tácito (p. 115):

(...) alguns deles, em sua ira irracional (*thymós*), lançaram-se temerária e insensatamente (*alogistías eikêî*) contra o inimigo e sacrificaram suas vidas; enquanto outros, claramente acovardados (*apodeiliáō*), recuaram, passo-a-passo, em direção às fileiras de seus companheiros, lançando-os em desordem. (*Histórias*, II.30.4, tradução minha).

Em ambas passagens, pode-se notar, além da imagem da inconstância enquanto covardia-temeridade, a presença da desunião na caracterização de gauleses e bretões. Enquanto alguns excertos mostram a coragem excessiva esvaindo-se da figura de um mesmo soldado, e transformando-se em covardia, outros mostram um exército que carece de coesão e disciplina, uns portando-se temerariamente e outros de maneira

escancaradamente covarde. Na história de Tito Lívio, não falta apenas coesão, a desunião evidencia-se pelo explícito abandono dos companheiros:

Aqueles gauleses que iniciaram a batalha, lutaram desesperadamente, mas, os demais que vieram para ajudá-los, deram as costas antes mesmo de estarem ao alcance dos mísseis. Eles se dispersaram entre os volscos e sobre o território falerniano. (*A História de Roma*, VII.26.9, tradução minha).

A desunião nos leva ao terceiro subtópico da inconstância: a volubilidade de caráter. Seguindo a linha metodológica proposta, começo com os bretões do norte: sobre a desunião dos povos da ilha, Tácito diz:

Em outro tempo, obedeciam a reis (*rex*), agora, através da mediação de nobres (*princeps*), foram dispersados por facções partidárias (*factionibus et studiis*). Para nós, frente a gentes (*gens*) tão fortes, não há nada mais proveitoso que a sua incapacidade de deliberar em comum. Rara é a união de duas ou três cidades (*civitas*) para repelir um perigo comum. *Lutam desunidos, e acabam todos vencidos.* (*Agrícola*, 12.1-2, tradução e grifo meus).

Em um primeiro momento, a confederação da Caledônia pode parecer um exemplo contrário a isso, já que os bretões daquela região haviam se unido para combater um inimigo comum – nas palavras do próprio autor:

Os bretões, em nada debilitados pelo resultado da batalha anterior, esperando vingança ou escravidão, e, por fim, persuadidos de que por meio da união poderiam rechaçar ao inimigo comum, com embaixadas e alianças, mobilizaram as forças de todas as comunidades (*civitas*). (29.3, tradução minha).

No entanto, sua união é frágil e efêmera, uma vez que logo após a derrota não teriam apenas se dispersado, e, mais, evitaram-se mutuamente: “Mas, quando os bretões viram que colunas compactas e ordenadas perseguiam-nos novamente, deram-se à fuga, não em grupos como antes, nem esperaram uns aos outros: dispersos e evitando-se mutuamente, dirigiram-se a lugares remotos e inacessíveis”. (37.5, tradução minha). Esta falta de união e de fidelidade entre aliados pode-se ver também nos gauleses de Políbio. Em uma única passagem, na qual o autor fala sobre dois momentos diversos da história destes povos, ele menciona “as discórdias internas” (*emphyllois syneikhonto polémois e diastasiásantes pròs sphàs*) que acabaram por minar os planos e conquistas desta gente (*Histórias*, II.18). Estes gauleses, os cisalpinos, respeitaram um pacto de paz

com os romanos durante trinta anos, até o dia em que, devido a um movimento dos gauleses transalpinos, começaram a temer uma guerra difícil. Com presentes e alusões à sua afinidade, desviaram o ataque de si em direção aos romanos, aderindo também à marcha e quebrando o pacto que haviam firmado (II.19). A quebra de pactos e promessas é um dos elementos encontrados na volubilidade de caráter dos bretões, segundo Dião Cássio e Herodiano, mas antes de abordar estes autores, reproduzo o trecho de Políbio que revela o desfecho da incursão destes “bárbaros desleais”:

Capturaram um botim abundante e abandonaram, sem perigo, os domínios romanos. Mas, quando chegaram em seu território, disputaram sobre a divisão dos despojos e, no fim, acabaram destruindo a maior parte dele, e o mesmo fizeram com as suas tropas. *Esta é a conduta dos gauleses quando se apropriam das propriedades vizinhas. E ela decorre, em grande parte, da glotonaria e beberagem irracionais (alógous oinophlygías kai plēsmonás).* (*Histórias*, II.19.3-4, tradução e grifo meus).

Quanto à volubilidade de caráter dos bretões do norte, Dião Cássio diz que os caledônios não cumpriam suas promessas (*mē emmeinantas taís hyposchésesi*), já que haviam se juntado à revolta dos Maeatae (outro agrupamento de bretões do norte) mesmo após terem feito um pacto com os romanos (*História Romana*, LXXVI.5.4). Sobre este mesmo período histórico, Herodiano comenta:

“Descompostos pela súbita chegada do imperador, e percebendo que este enorme exército havia sido convocado para fazer guerra contra eles, os bretões enviaram embaixadores a Severo, para discutir termos de paz, ansiosos por reparar seus erros anteriores.” (*História do Império após a morte de Marcos*, 3.14, tradução minha).

Ou seja, os bretões não eram confiáveis, já que violavam tratados, e também não eram honrados, já que sua hostilidade só era firme enquanto estavam em vantagem: quando percebiam uma mudança na inclinação da balança, eles mandavam embaixadores para “remendar tratados”. Ao contrário desses bárbaros, os romanos eram leais, resolutos, constantes, disciplinados, em suma: magnânimos! E é exatamente este o retrato que encontramos em uma passagem de Dionísio de Halicarnasso:

Os romanos são magnânimos (*megaloprepés*). Pois, ao passo que quase todos os outros, tanto nas relações públicas de seus estados, quanto em suas vidas privadas, mudam seus sentimentos de acordo com os últimos acontecimentos, muitas vezes deixando de lado grandes inimizades por causa de atos fortuitos de bondade, outras tantas, rompendo amizades de longa data por causa de ofensas triviais. Os romanos acreditavam que deveriam fazer exatamente o

oposto no caso de seus amigos e, por gratidão a antigos benefícios, desistir de seus ressentimentos com relação a causas recentes. (*Das Antiguidades Romanas*, XIV.6.1, tradução minha).

A honra “é claramente o maior dos bens externos”, argumentou Aristóteles, pois “assim como era errado demandar mais honra do que alguém mereceria, era igualmente errado insistir em receber muito pouco. A primeira sugeria ‘ vaidade’, a última ‘pusilanimidade’. O ideal era a ‘magnanimidade’.”<sup>336</sup> Esta honra, claramente, faltava a bretões e gauleses. Um dos motivos elencados por nossos autores para essa falha de caráter decorre de sua avareza. Quando os gauleses haviam tomado a cidade de Roma, devido à dificuldade de dominar a cidade em sua totalidade, já que o Capitólio continuava resistindo, os bárbaros começam a falar em resgate: os romanos poderiam reaver a cidade por uma quantia em ouro. Porém, segundo Dionísio de Halicarnasso, quando os romanos foram entregar a soma acordada, os gauleses tentaram roubar na pesagem do ouro. Além de trapacear levando um peso adulterado, o qual seria posto de um dos lados da balança que pesaria o montante a ser pago, *longe de ser moderado em relação ao costume* (*tosóutou edéēse metriásai perì tò díkaion*), o gaulês encarregado teria ainda jogado na balança sua espada, bainha e cinto. Quando os romanos protestaram contra tal atitude, o gaulês teria dito: “Ai os vencidos!”. Devido à ganância (*pleonexía*) e à arrogância (*hyperēphanía*) gaulesa, os romanos não conseguiram juntar a quantidade necessária de ouro e tiveram de pedir mais tempo para realizar a coleta (*Das Antiguidades Romanas*, XIII.9.1-2). Tito Lívio relata o mesmo episódio (*A História de Roma*, V.48.9) e atribui a Camilo uma fala sobre o mesmo, na qual o ditador diz que os gauleses haviam sido cegados pela avareza (*caeci avaritia*) (V.51.10).

Em outra passagem, logo após descrever a riqueza dos adornos corporais feitos de ouro e da quantidade de ouro ofertada em dedicação aos deuses nos templos celtas, Diodoro Sículo diz que estas oferendas só não eram tocadas por escrúpulo religioso, uma vez que os celtas amavam o dinheiro além de todos os limites (*philargýrōn kath' hyperbolén*) (*Biblioteca Histórica*, V.27.4). Não só o dinheiro, mas também a boa comida e a bebida compravam-nos facilmente. Segundo Dionísio, os celtas não conheciam o vinho ou os azeites produzidos pelas uvas e olivas romanas. Como vinho,

---

<sup>336</sup> “just as it was wrong to demand more honour than one deserved, it was equally wrong to insist on receiving too little. The former suggested ‘vanity’, the later ‘pusillanimity’. The ideal was ‘magnanimity’.” ARISTÓTELES *apud* ROBINSON, Paul. *Military Honour and the Conduct of War*. From Ancient Greece to Iraq. Abingdon: Routledge, 2006 (Taylor & Francis e-Library, 2006), p. 12. Tradução minha.

tomavam uma bebida malcheirosa feita de cevada apodrecida e, como óleo, uma banha rançosa. Porém, quando provaram aquelas frutas deliciosas pela primeira vez, foram informados por um tirreno que o país que produzia estas frutas era grande, fértil e povoado apenas por uns poucos povos:

os quais não eram melhores do que as mulheres quando se tratava de guerra. E, ele os aconselhou a obter estes produtos não mais pela compra, mas por meio da expulsão dos atuais proprietários destas terras, para assim apreciar estes frutos como sendo deles próprios. *Persuadidos por estas palavras*, os gauleses vieram para a Itália e para os tirrenos conhecidos como clusianos, de onde tinha vindo o homem que os havia convencido a fazer a guerra. (*Das Antiguidades Romanas*, XIII.11, tradução e grifo meus).

Tito Lívio relata o mesmo episódio e diz ainda que os gauleses haviam sido usados por este tirreno desejoso de vingança pessoal (*A História de Roma*, V.33). Políbio retrata também essa suscetibilidade gaulesa ao motivo mais torpe:

[Os celtas], que olhavam cobiçosamente (*ophthalmiáō*) para a beleza daquelas terras [dos etruscos], buscaram o menor dos pretextos (*mikrās propháseōs*) para reunir um grande exército e expulsá-los da região do Pó, a qual, imediatamente, tomaram para si mesmos. (*Histórias*, II.17.3, tradução minha).

Em outra passagem, Políbio relata que bastavam algumas promessas mais uma quantia em ouro para que os gauleses fossem persuadidos (*rhāidiōs d' épeisan*) (II.22.3). Seria possível citar ainda outras passagens que relatam a ganância gaulesa e seu caráter torpe<sup>337</sup>. Para encerrar, refiro-me a apenas mais duas que, acredito, sintetizam a insegurança sentida frente a esta volubilidade bárbara. A primeira, de Políbio é, inclusive, de onde extraí o termo *volátil*. Essa fala sobre o momento em que os romanos haviam invadido o território dos insubres, um povo gaulês, com a ajuda dos cenomanos, outra linhagem desta mesma gente. Como possuíam muito menos soldados que o exército inimigo, decidiram usar esse aliado gaulês, no entanto, “levando em consideração a volubilidade gaulesa (*athesía*)”, ficaram receosos de pedir a ajuda de homens tão instáveis para uma ação de tal importância. Então,

Permaneceram deste lado do rio e fizeram os gauleses que haviam levado consigo passar para o outro lado. Logo, destruíram as pontes que atravessavam o córrego. Assim, por um lado, *se protegiam contra seus aliados* e, por outro, depositavam a esperança de salvação somente na vitória,

---

<sup>337</sup> Há um retrato bem completo disso em Tito Lívio, X.10, por exemplo.

já que o rio mencionado, que passava atrás deles, era intransponível. Depois de tomar estas medidas, prepararam-se para a batalha. (POLÍBIO, *Histórias*, II.32.8, tradução e grifo meus).

Isolar-se em uma posição difícil para proteger-se contra seus aliados, definitivamente, não é algo comum ou provável, a não ser, é claro, que estes aliados sejam bárbaros: aí, as probabilidades serão sempre negativas. A última passagem, de Tito Lívio, resume isso em uma sentença:

Os gauleses invadiram, recentemente, a maior parte da Etrúria. Eles são uma gente estranha (*invisitatus*) e desconhecida (*novus*), com a qual não há segurança na paz ou na guerra (*cum quibus nec pax satis fida nec bellum pro certo sit*). (A *História de Roma*, V.17.8, tradução minha).

## A REPRESENTAÇÃO DE GAULESES E BRETÕES DO NORTE COMO LUGAR-COMUM

Uniformes e armamentos cerimoniais, hoje, não dariam mais que uma pobre impressão das realidades da guerra, do armamento e das formações de combate modernos. Relatos de segunda-mão em jornais ofereceriam uma imagem pouco confiável do contexto de um confronto territorial ou dos costumes sociais de seus participantes. A informação arqueológica e literária relativa à guerra céltica é, igualmente, parcial e unilateral, pois as armas descobertas em um enterramento ou em um depósito ritual podem não refletir aquelas da classe guerreira como um todo. Escritores clássicos não eram nem neutros, nem, necessariamente, repórteres bem informados, frequentemente, cotejando fragmentos de informações recebidas a partir de uma variedade de fontes.<sup>338</sup>

Nesta última seção, reflito sobre as informações coletadas nos textos clássicos. Mais além de nomes e dados específicos, privilegio a análise da essência dessas imagens do bárbaro em guerra construída/transmitida pelos excertos selecionados, especialmente através da apreciação de alguns vocábulos empregados pelos autores, para tentar corroborar minha proposta de que estas similaridades se tratam de lugares-comuns.

---

<sup>338</sup> “Ceremonial uniform and weaponry today would give but a poor impression of the realities of modern warfare, armament and battle formations; second-hand newspaper accounts would offer an unreliable picture of the background to a territorial skirmish or the social customs of the participants. The archaeological and literary information relating to Celtic warfare is equally partial and one-sided, for the arms discovered in a burial or a ritual deposit may not reflect those of the warrior class as a whole; classical writers were neither dispassionate nor necessarily knowledgeable reporters, frequently collating snippets of received information from a variety of sources.” RITCHIE, John N. Graham & RITCHIE, William F. The army, weapons and fighting. In: GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 41.

Como mencionado em capítulo anterior, houve, e ainda há, diferenças no entendimento de lugar-comum: de acordo com Michael Leff, os lugares-comuns (*konoï topoi*) de Aristóteles não teriam exatamente o mesmo significado que os lugares-comuns (*loci communes*) teriam entre a maioria dos retores latinos<sup>339</sup>. Ainda assim, mesmo entre os autores romanos, esse recurso retórico nem sempre foi utilizado de forma consistente e raramente foi definido com precisão. É por esse motivo que Leff se limita a duas obras: os manuais *Da Invenção*, de Cícero, e *Instituições Oratórias*, de Quintiliano. Beatriz Antón Martínez, tradutora de *Agrícola*, em suas notas, classifica enquanto lugar-comum frases como “uma morte honrosa é melhor que uma vida infame; a salvação e a honra, são inseparáveis”<sup>340</sup>. E, quanto àquilo que entendo como lugar-comum, a autora rotula de “lugar convencional”<sup>341</sup>. Porém, T. E. J. Wiedemann concebe como lugar-comum a persistência destes estereótipos bárbaros através de diversas obras e ao longo tempo.<sup>342</sup> Trago estas informações não apenas a título de conhecimento das possíveis maneiras de leitura destas representações, mas também para que fique claro que a análise destas enquanto *loci communes* e a construção de uma sistematização - barulho, desordem e inconstância - não é algo dado. O mesmo ocorre com a definição de lugar-comum escolhida:

Em todas as causas, alguns dos argumentos relacionam-se somente àquela em pleito, e são tão dependentes desta que não podem trazer vantagens se separados e transferidos para outras causas. Existem ainda aqueles argumentos de natureza mais geral e adaptável a todos ou a maioria dos casos do mesmo tipo. Estes argumentos que podem ser transferidos a muitos casos, nós chamamos de lugares-comuns (*locos communes*). Um lugar-comum contém a amplificação de uma afirmação incontroversa (...). (CÍCERO, *Da invenção*, II.14.47 e 15.48).<sup>343</sup>

---

<sup>339</sup> Para os romanos, os lugares-comuns eram comuns não porque indicavam premissas universais aplicadas à qualquer caso, como definia Aristóteles, mas porque lidavam com assuntos que eram recorrentes no discurso argumentativo. LEFF, Michael. Commonplaces and Argumentation in Cicero and Quintilian. *Argumentation*, n. 10, 1996, p. 445-446.

<sup>340</sup> “una muerte honrosa es mejor que una vida infame; la salvación y el honor son inseparables”. TÁCITO. *Vida de Julio Agrícola. Germania. Diálogo de los oradores*. Traducción de Beatriz Antón Martínez. Madrid: Ediciones Akal, 1999, p. 178 (nota 287).

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 176 (nota 277).

<sup>342</sup> WIEDEMANN, T.E.J. “Between men and beasts: Barbarians in Ammianus Marcellinus”. In: MOXON, I.S.; SMART, J.D. & WOODMAN, A.J. (eds.). *Past Perspectives*. Studies in Greek and Roman historical writing. Cambridge, 1986, p. 189-201.

<sup>343</sup> “In every case some of the arguments are related only to the case that is being pleaded, and are so dependent on it that they cannot advantageously be separated from it and transferred to other cases, while other are of a more general nature, and adaptable to all or most cases of the same kind. These arguments which can be transferred to many cases, we call common topics. A common topic either contains an amplification of an undisputed statement (...).” CICERO. *On Invention. The Best Kind of Orator. Topics*. Loeb Classical Library Np. 386, English and Latin Edition. Translated by H. M. Hubbell. Harvard University Press, 1949. Tradução minha.

Entendo que esta definição proposta por Cícero, em seu manual *Da Invenção*, permite que se entenda como lugares-comuns tanto aqueles argumentos ou, até mesmo, frases prontas e incontroversas que podem ser transferidos a muitos casos (como a que extraí da tradução do *Agrícola* de Beatriz Martínez), mas também como características ou representações que podem ser transferidas para muitos povos. Me parece que é exatamente esse o caso das descrições contidas nas fontes analisadas: uma transferência. Lembremos agora das informações trazidas no capítulo 1, no qual foram relatados os esforços de arqueólogos como Simon James, que tentam construir uma nova história para estas populações chamadas de celtas. A imagem que esses estudiosos vêm elaborando, manifestamente a de uma vida social de curta distância e de grande diversidade regional, parece irreconciliável com tamanha consistência na caracterização da guerra destes povos. Mais: mesmo vendo diferença entre celtas/gauleses e bretões, já que os rotulam de forma delimitada, os autores atribuem características comportamentais, físicas e materiais bastante semelhantes – e sempre como um par antitético para Roma. Selecionei três vocábulos principais para simbolizar cada um dos três lugares propostos, na tentativa de deixar ainda mais clara a consistência das descrições destes diferentes povos. Nenhum dos três vocábulos têm conexão direta e exclusiva com o tópico ao qual resolvi ligá-los, a relação é apenas didática, especialmente pelo fato de que todos os três lugares se relacionam intimamente entre si.

Começarei com o *logos* e a desordem. É interessante, neste momento, relembrar o espúrio da *Retórica a Alexandre*, o qual diz que o *logos* era a qualidade que diferenciava o homem dos outros animais<sup>344</sup>. Mesmo que possa parecer que o conceito de barbárie tenha uma origem puramente linguística, não deveríamos menosprezar a importância desse domínio no mundo grego, a começar pelo fato de um mesmo termo ser escolhido para designar fala e razão. A esse respeito, Reinhart Koselleck escreve que: “O menosprezo aos estrangeiros, aos que balbuciavam ao falar, ou cuja fala não se entendia, cristalizou-se em uma série de epítetos negativos que desclassificavam toda a humanidade que vivia fora da Grécia.”<sup>345</sup> O historiador alemão comenta sobre o processo que levou o conceito *bárbaro* e seu par antitético, *heleno*, à uma naturalização. Iniciada com Platão e aprofundada por Aristóteles, não só a diferença entre gregos e

---

<sup>344</sup> *Retórica a Alexandre*, 1421a1.

<sup>345</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 198.

bárbaros foi reduzida a uma diferença entre a natureza dessas gentes, como também foram os bárbaros reduzidos às suas qualidades naturais que os tornavam semelhantes aos animais.<sup>346</sup>

(...) reduzir a humanidade a dois tipos mutuamente excludentes, com base na natureza, realiza uma função semântica politicamente eficaz. Apesar de depreciados, os estrangeiros continuavam sendo reconhecidos como estrangeiros de outro tipo, o que não era por si mesmo compreensível. No interior do *polis*, senhor e escravo se relacionavam mutuamente, e – como seres humanos – eram capazes de serem amigos. Fora dela, os bárbaros permaneciam prisioneiros de uma organização condicionada pela natureza e pelo clima, que produz homens diferentes.<sup>347</sup>

A falta de *logos* aparece de diversas formas nas descrições e caracterizações do modo de fazer guerra de gauleses e bretões do norte (porque bárbaros de uma forma geral). Sua desrazão (*álogos*) pode ser verificada na inadequação de suas armas, com seus escudos pequenos e espadas exageradamente grandes, e na sua falta de proteção, por lutarem sem armaduras, e, às vezes, mesmo nus. De um lado, encontramos romanos com armamentos e armaduras apropriadas (*habilis*); de outro, os gauleses/bretões e suas armas ricamente decoradas, mas ineficazes (*inhabile*). Essas visavam mais à exibição que à efetividade na guerra. Da mesma forma, esses bárbaros apostavam mais nos subterfúgios – assustar os inimigos -, do que em um combate real. Parece ainda que confiavam em elementos de intimidação para não terem de lutar, o que é difícil de conciliar com outra imagem construída: a de amantes da guerra. Talvez isso possa ser explicado da seguinte forma: tentavam intimidar os inimigos, para enfrentarem uma batalha fácil, ou não terem de enfrentar batalha alguma, pelo menos não uma batalha campal, aberta – isso, de acordo com os romanos, é claro. Eram amantes da guerra, mas, como tinham sérias falhas de caráter, é possível que preferissem sempre aqueles ataques surpresa – *hit and run*. Inadequadas também eram suas estratégias, suas formações eram estranhas (*ignotas acies*) - como pode se ver no uso de carruagens -, e baseavam-se mais na exibição do que em um bom planejamento (*sapio, ratio, cura*). Esses inimigos eram arrogantes (*arrogantia*), preguiçosos (*iganvus*), estúpidos e lhes faltava instrução (*anóētos e amathēs*). Suas mentes eram dominadas pela ira ou paixão (*ira*), assim como ocorre entre os animais selvagens (*thērion*). Por isso não conseguiam agir em concílio

---

<sup>346</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 199.

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 200.

(*consilium*) e acabam, inevitavelmente, em desordem (*plēmmelēs, effundo, tarássō, tumultus, ...*).

Passo agora ao segundo vocábulo analisado, relacionado à inconstância. Novamente de acordo com Koselleck, além da redução à natureza, os gregos conheceram um argumento que relativizava historicamente o dualismo associado a esta. Este argumento também serviu para fundamentar a superioridade helênica, mas permaneceu secundário, por não possuir fundamentação teórica.<sup>348</sup>

Tucídides, Platão e Aristóteles comparam de diversas maneiras a diferença de cultura existente entre helenos e bárbaros, confrontando-a com a dos tempos antigos, quando ainda não existia a oposição dos nomes. Então os helenos compartilhavam a grosseria e o atraso dos costumes bárbaros (...).<sup>349</sup>

Além da natureza e do espaço (o exterior), agora também o passado se relaciona ao ser bárbaro. Em Diodoro Sículo e em Políbio encontramos o vocábulo *thymós* (*Biblioteca Histórica*, V.31.5 e *Histórias*, II.21, 30 e 35, respectivamente). No primeiro autor traduzido como *paixão* e em Políbio, também como *paixão*, mas ainda como *audácia irrefletida* ou *desesperada* e como *ira impotente*. De acordo com Rankin, Políbio atribui a toda uma “cultura” características percebidas em uma única horda invasora e, embora Lívio, que também sustenta uma visão nenhum pouco amigável dos celtas, adote a perspectiva enviesada daquele primeiro,

(...) Políbio podia apreciar que, embora os celtas fossem carentes da constância que caracterizava Roma e do intelecto racional (*logismos*) da Grécia civilizada, eles representavam um espírito ancestral de agressividade guerreira, o *thymos* do heroísmo antigo.<sup>350</sup>

Thymos é o espírito do destemor agressivo, uma qualidade distintiva em ambos, heróis homéricos e soldados “guardiões” que protegem o estado dos inimigos externos e internos na sociedade da República de Platão. Um estado mental no qual o *thymos* predomina sem as restrições da razão não é aprovado nem por Platão, tampouco por Aristóteles.<sup>351</sup>

---

<sup>348</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 201.

<sup>349</sup> KOSELLECK, *loc. cit.*

<sup>350</sup> “(...) Polybius could appreciate that, while the Celts were lacking both in the steadfastness that characterized Rome and the rational intellect (*logismos*) of civilized Greece, they represented an ancient spirit of warlike aggressiveness, the *thymos* of antique heroism”. RANKIN, David. The Celts through classical eyes. In: GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 28. Tradução minha.

<sup>351</sup> “Thymos is the spirit of aggressive fearlessness, a distinguishing quality in both Homeric heroes and the soldier ‘guardians’ who protect the state from enemies external and within society in Plato’s Republic. A state of mind in which *thymos* predominates without the restraints of reason in not approved either by

E, em Políbio, encontramos explicitamente o contraste entre *thymós* e *logismos* (*Histórias*, II.35). Corroborando este entendimento, a evidência visual<sup>352</sup> denuncia como os romanos e, provavelmente, o mundo helenístico via os celtas: “gigantes de pathos violento, sobreviventes de uma idade heroica muito distante, mas ainda perigosa”.<sup>353</sup> A prevalência da paixão sobre a *sophía* (inteligência, sabedoria) (DIODORO SÍCULO, *Biblioteca Histórica*, V.31.5) ou sobre o *logismós* (POLÍBIO, *Histórias*, II.35), leva a predominância de uma mentalidade volátil (*athesía*). Com um caráter governado pela volubilidade e pela inconstância, estas criaturas tornam-se gananciosas (*pleonexía*), arrogantes (*arrogantia*, *hyperēphania*) e não confiáveis, carentes de *constantia* e disciplina, o que está conectado com um terceiro ponto: sua covardia ou coragem excessivas, ou ainda, a rápida e fácil passagem de um estado a outro.

Para falar sobre o terceiro e último vocábulo, e o lugar *barulho* a ele relacionado, retomo as reflexões de Koselleck. Além da naturalização da diferença entre gregos e bárbaros e de uma alternativa a esta redução à natureza na não simultaneidade de estágios culturais – estando os bárbaros parados no tempo, houve ainda um terceiro desenvolvimento: a antítese tornou-se menos evidente depois que Alexandre forçou a fusão de gregos e bárbaros. A humanidade conhecida e sua organização política quase coincidiram, primeiro sob Alexandre e mais tarde no Império Romano. O antigo dualismo, no entanto, não foi superado: a divisão, puramente espacial, passou a ser utilizada horizontalmente, como critério de classificação social, sendo os bárbaros os não cultos.<sup>354</sup> Especialmente após o aparecimento deste terceiro gênero no espaço mediterrâneo, os romanos, a antítese bárbaro-helena passa a ser vista como uma antítese cultura-natureza. Em Dionísio de Halicarnasso encontramos uma interessante passagem a esse respeito:

Eu distinguiria gregos de bárbaros, não por seu nome nem com base na sua fala, mas por sua inteligência e por sua predileção por um comportamento decente e, particularmente, por não cederem a um tratamento desumano do outro. Todos, em cuja natureza estas qualidades predominavam, eu acredito que devem ser chamados gregos, mas, quanto àqueles, a respeito dos quais, o

---

Plato or Aristotle.” RANKIN, David. The Celts through classical eyes. In: GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 23-4. Tradução minha.

<sup>352</sup> Destaco a famosa estátua do gaulês morimbundo e sua esposa que se encontra no Museu Nacional Romano e a do guerreiro gaulês ferido localizada no Museu Capitolino.

<sup>353</sup> “giants of violent pathos, survivors of a heroic age long past, but still dangerous”. *Ibidem*, p. 21. Tradução minha.

<sup>354</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 202.

oposto era verdade, bárbaros. Da mesma maneira, seus planos e ações, os quais eram razoáveis e humanos, eu considero serem gregos, mas, aqueles que eram cruéis e brutais, particularmente quando afetavam parentes e amigos, bárbaros. (*Das Antigüidades Romanas*, XIV.6.5-6, tradução minha).

Porém, antes mesmo deste desenvolvimento ter ocorrido de fato, acredito que suas raízes podem ser vistas na tradição mito-poética grega:

Los griegos de la antigüedad concibieron, en el seno de su propio mundo civilizado, culto, refinado, jerarquizado y organizado (el marco de la polis y de hemeros, como dócil y domesticado), un conjunto significativo de seres salvajes (agrios), con forma humana, semihumana o híbrida zoomorfa que, al lado de las ideas fantásticas, exclusivistas y etnocéntricas sobre el desconocido y temido mundo bárbaro (extraño y salvaje), siluetean el ámbito de la razón. Las ideas del salvajismo y la monstruosidad pueden haber sido creadas incluso antes de los contactos reales con las poblaciones etiquetadas por los griegos como bárbaras. En la enorme masa de seres medio humanos y medio animales que poblaron la etnografía mitológica griega de la antigüedad abundaron aquellos con comportamientos brutales, incívicos y naturalmente desmesurados, esto es, salvajes, pero no siempre eran carentes de ciertos rasgos de docilidad, cultura y hasta bondad, entendidas como primigenias, arcaicas, originales.<sup>355</sup>

Quanto a este costume de assimilar o novo aos conhecimentos prévios, especificamente falando da assimilação destes novos povos à tradição mito-poética grega, Rankin discorre:

Eles eram uma raça de titãs (...). Conectar os celtas aos titãs estava em perfeita sintonia com o enraizado costume mitopoético grego de assimilar o terrível e o desconhecido às noções gregas de um passado pré-histórico. O nome Galateia, que pertencia a uma heroína da mitologia grega, assemelhava-se notavelmente a Galatai, o familiar termo étnico para celtas no mundo helenístico. Isto logo deixou de ser uma coincidência. Os gregos equiparam os celtas com um antepassado heroico homônimo chamado Galatos, que era filho do ciclope Polifemo e de Galateia (*Etymologicum Magnum*). Polifemo era o gigante caolho selvagem, repulsivo e canibal a quem Ulisses derrotou na Odisséia, e ele era visto como um arquétipo da selvageria primitiva, ignorante da vida cívica e civilizada.<sup>356</sup>

---

<sup>355</sup> SACO, Julio López. Monstruosidad y salvajismo: trazas míticas en el marco de la racionalidad griega antigua. *Praesentia*, 14, 2013, p. 3.

<sup>356</sup> “They were a race of Titans (...). Linkening Celts to Titans was happily in tune with the deeply rooted Greek mythopoetic custom of assimilating the terrifying and the unknown to Greek notions of a prehistoric past. The name Galatea, which belonged to a heroine of Greek mythology, strikingly resembles Galatai, the familiar ethnic term for Celts in the Hellenistic world. This soon ceased to be a coincidence. The Greeks equipped the Celts with an eponymous heroic ancestor called Galatos, who was the son of the Cyclops Polyphemus and Galatea (*Etymologicum Magnum*). Polyphemus was the savage, repulsive, cannibalistic, one-eyed giant whom Odysseus bested in the Odyssey, and he was seen as an archetype of primitive wildness, ignorant of civic and civilized living.” RANKIN, David. *The Celts through classical eyes*. In: GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 22. Tradução minha.

Dionísio de Halicarnasso fornece outra genealogia para os celtas, porém, esta também remonta à mitologia grega - descendentes de um gigante, segundo uma das versões, e de um filho de Hércules, de acordo com outra (*Das Antiguidades Romanas*, XIV.1). Voltando aos ciclopes, de acordo com o historiador Julio López Saco, esses eram considerados como seres pertencentes a povos gigantes, selvagens e pastoris, caracterizados por suas tendências à agressividade e à antropofagia. Viviam a Idade do Ouro arcaica e não sabiam cultivar a terra, moravam em cavernas e não possuíam cidades, careciam de leis e sua atividade cotidiana limitava-se ao pastoreio e à produção de leite e queijo.<sup>357</sup> Os celtas, enquanto descendentes do ciclope Polifemo, portavam-se de maneira similar. Em uma digressão etnográfica, Diodoro Sículo diz que os celtas eram dados à bebedeira e à glotonaria (*Biblioteca Histórica*, V.26) - assim como o faz Dionísio de Halicarnasso, Políbio e Tito Lívio, (*Das Antiguidades Romanas*, XIV.8; *Histórias*, II.19; *A História de Roma*, V.44, respectivamente) -, e que, como resultado de uma prática cosmética: “a sua aparência é como a dos Sátiros e Pãs” (DIODORO SÍCULO, *Biblioteca Histórica*, V.28). Diodoro diz também que entre os mais selvagens deles, assim como entre os bretões que divisam com os antigos habitantes da Irlanda (provavelmente os bretões do norte), praticava-se a antropofagia (V.32).

Embora gregos e romanos considerassem gauleses/celtas e bretões como gentes separadas, e essas genealogias possam se aplicar somente aos primeiros, vemos nos relatos de Dião Cássio sobre caledônios e maeatae reflexos desse costume, já que estes “traços de ciclope” cristalizaram-se na imagem do bárbaro, pelo menos, daqueles que ficavam ao norte do mundo mediterrâneo. Dião Cássio diz:

Existem duas linhagens (*génos*) principais de bretões, os caledônios e os maeatae, e os nomes das outras foram incorporados nestas duas. Os maeatae vivem próximo à muralha transversal que corta a ilha ao meio<sup>358</sup>, e os caledônios, além deles. Ambos habitam montanhas selvagens (*ágrios*) e sem água e planícies desoladas (*erêmos*) e pantanosas, e não possuem muralhas, nem cidades, nem campos cultivados, mas vivem de seus rebanhos, caça selvagem (*théra*), e certas frutas; pois eles não tocam o peixe que é encontrado lá em quantidades imensas e inesgotáveis. Eles moram em tendas (*skēnē*), nus e descalços, possuem suas mulheres em comum, e em comum criam toda a sua prole. (*História Romana*, LXXVII.12, tradução minha).

---

<sup>357</sup> SACO, Julio López. Monstruosidad y selvajismo: trazas míticas en el marco de la racionalidad griega antigua. *Praesentia*, 14, 2013, p. 15.

<sup>358</sup> Muralha de Adriano.

Segundo o autor, estas são as características dos habitantes da *Brettania*, pelo menos da parte mais hostil (*polémios*). Os bárbaros mais hostis ou selvagens são referidos por Diodoro Sículo como *ágrios* (*Biblioteca Histórica*, V.31.5), o terceiro vocábulo escolhido. Além de se relacionar a todas estas características de selvageria e monstrosidade acima expostas, e também, é claro, aos outros dois lugares destacados – a desordem e a inconstância –, conecto-os aqui ao barulho. O termo diz respeito àqueles que moram nos campos, ou seja, que não habitam cidades, e é comumente traduzido como selvagem e, quando se relaciona à terra, entende-se como “não cultivada”. Podemos concatenar este entendimento tanto com o que acabamos de ver, ou seja, com esta imagem de povos que não praticam a agricultura, que vivem em um estado primitivo e pastoril, em um sentido mais estrito, como, de outro lado (e de forma mais ampla), com o não cultivo da mente, ou da inteligência: com a animalidade. *Ágrios* de fato relaciona-se ao vocábulo *thērion*,<sup>359</sup> o qual é utilizado diversas vezes para se referir aos bárbaros (Tito Lívio, que escreve em latim, utiliza *belua* e *fera* para o mesmo fim) e, por isso, foi escolhido para falar sobre o barulho, já que várias das menções sobre o barulho dos bárbaros não se limitam a denominá-los enquanto bestas selvagens (*thērion*), como também atribuem à sonoridade destes essas tais características. O silêncio requer razão e controle, características ausentes nos mundos animal e bárbaro. Tácito utiliza, para o barulho dos bretões, *fremitus*, que pode ser traduzido como gritos, resmungo alto e irado, e também como rugido ou uivo (*Agrícola*, 33). Tito Lívio atribui aos gritos dos gauleses o adjetivo *trux* (selvagem, áspero) (*A História de Roma*, VII.23.6 e V.37.8). Selvagem (*strepitus*) também é o ruído produzido pela cavalaria e pelos carros de guerra dos bretões, em Tácito (*Agrícola*, 35.3). Em outra passagem, Lívio diz que os romanos podiam ouvir “os uivos e cantos dissonantes (*ululatus cantusque dissonos*) dos bárbaros” (*A história de Roma*, V.39.5, tradução minha). Dionísio de Halicarnasso diz que os gauleses quando atacados pelos romanos começaram a gritar e agir como bestas selvagens:

[Os romanos] cortaram os tendões de seus calcanhares ou joelhos, fazendo com que desabassem no chão urrando (*brykháomai*) e mordendo seus escudos, com gritos (*boáō*) que lembravam os uivos (*ōrygḗ*) de bestas selvagens (*thērion*). (*Das Antiquidades Romanas*, XIV.10.2, tradução minha).

<sup>359</sup> EURÍPIDES, *Hippolytus*, 1214; “ἄ. θηρία”. Disponível em: [http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=agrios&la=greek#Perseus:text:1999.04.0057:entry=a\)/grios-content](http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=agrios&la=greek#Perseus:text:1999.04.0057:entry=a)/grios-content). Acesso em: 11 de junho de 2015.

Segundo a definição de representação de Ankersmit, a qual recapitulo – “uma representação (1) define um representado (2) em termos dos quais o mundo (3) é visto”<sup>360</sup> -, entendo que a caracterização do modo de fazer guerra de gauleses e bretões fornecidas por nossos autores não devem ser lida em frases isoladas com vistas a tentar determinar o grau de veracidade, ou a falta desta, ou mesmo tomadas como base para a escrita da história desses povos. Enquanto representações, seu sentido só se dá na totalidade das passagens em que se inserem. Também não possuem uma referência fixa, ou uma “escolha exclusiva”: os bárbaros representados coemergem com suas representações. Estas fornecem apenas *aspectos* da realidade destes povos e, por isso, são um convite - representam *como* olhar para as realidades que constroem. A representação não é uma mera referência a algo que está para além dela mesma, a representação é uma prática. E é no entendimento desta prática que a retórica se faz um instrumento útil, especialmente, para o mundo greco-romano.

Encontramos esta ideia de prática que convida a uma maneira de olhar para um objeto na história retórica praticada por nossos autores. A história retórica oriunda da escola de Isócrates caracterizava-se por ser uma história moral, passível de ser recuperada e, por isso, educativa. Um exemplo explícito disso encontramos em uma passagem de Políbio:

Este foi o fim da guerra contra os celtas: se olharmos para o desespero (*apónoia*) e ousadia (*tólma*) de seus combatentes e para os números que participaram e pereceram nas batalhas, não fica atrás de nenhuma outra na história. Por outro lado, esta guerra é facilmente desprezível (*eukataphrónētos*) no que concerne ao plano das campanhas (*epibolē*) e no julgamento (*akrisía*) mostrado em executá-las. Absolutamente tudo, e não somente uma parte, do que fizeram os celtas, foi motivado mais pelo calor da paixão (*thymós*), do que pela razão (*logismós*). Como testemunhei, eles foram, logo após, inteiramente expulsos da planície do Pó, exceto por umas poucas regiões próximas aos pés dos Alpes. Acreditei não ser direito deixar de mencionar sua invasão original ou suas ações subsequentes e sua expulsão final. Pois, acredito, é a tarefa própria da História registrar e transmiti-las para as futuras gerações estes episódios da Fortuna. Assim, nossos descendentes não ignorarão tais feitos, nem se assustarão ante repentinas e inesperadas invasões dos bárbaros. Tendo uma justa compreensão do quão efêmero (*oligochrónios*) e perecível (*eúphthartos*) é o poder desse povo, poderão confrontar os invasores e pôr à prova todas as oportunidades antes de cederem a qualquer necessidade. (*Histórias*, II.35.2-6, tradução minha).

---

<sup>360</sup> ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 194.

De acordo com Juliana Bastos Marques, o propósito da história para Políbio era inteiramente diverso do entretenimento proporcionado por seus antecessores mais recentes: “Sua obra deveria ser austera e direta porque deveria servir como exemplo aos homens, e como guia forjado no passado para conduzir as ações no presente e no futuro, imitando êxitos ou especialmente evitando os erros antes cometido.”<sup>361</sup> No entanto, Políbio batizou de “pragmática” a história que escrevia, e não de retórica, pois esta seria um instrumento para o estadista e para o estudante de política e de táticas militares.<sup>362</sup> Ainda assim, essa história enquanto manual de conduta para a vida pública, ou seja, educativa, se aproxima muito do entendimento de história como fornecedora de *exempla* encontrado em Tito Lívio e em outros historiadores romanos. A historiografia romana era mais que um simples registro literário do passado, era uma extensão da vida política<sup>363</sup>, já que ela teria essa função de universalidade: falar do passado para necessidades presentes com vistas a influenciar o futuro – semelhante ao que vimos sobre Políbio. Talvez a principal diferença que encontramos nos romanos, além das já comentadas (necessidade de experiência política e a redução da história aos “feitos do povo romano”), seja a intensificação das questões morais. O *mos maiorum*, enquanto coletânea de comportamentos passado socialmente aceitos e recomendados, parece encabeçar essa moralização da história. Tito Lívio já escreve na época de imperadores, e esse parece ser um dos motivos pelos quais a construção de *exempla* desvinculou-se da preocupação de fornecer *exempla* políticos ou para homens ligados à política:<sup>364</sup> “O novo mundo político mostra que as figuras e os exemplos da história romana não tinham grande valor prático, mas preferencialmente força moral. Bons cidadãos exibem virtudes universalmente válidas, qualquer que seja a forma de governo (...).”<sup>365</sup>

Seja em Políbio e sua tentativa de influenciar homens políticos, ou nos historiadores posteriores, como Tito Lívio e Tácito, para os quais o foco recai sobre a moral, os lugares-comuns parecem desempenhar papéis similares, pra não dizer, iguais. O treinamento retórico enfatizava a necessidade ou, pelo menos, a pertinência de se argumentar sobre os dois lados de uma questão e, além disso, tudo aquilo que é

---

<sup>361</sup> MARQUES, Juliana Bastos. Políbio. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). *História e retórica*. Ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007, p. 50.

<sup>362</sup> MARQUES, *loc. cit.*

<sup>363</sup> MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999, p. 199.

<sup>364</sup> SEBASTIANI, Breno Battistin. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a.C. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). *op. cit.*, p. 89.

<sup>365</sup> SEBASTIANI, *loc. cit.*

caracterizado por algo, caracteriza-se também por aquilo que não é. Os bárbaros, neste sentido, podem ser vistos como um recurso. Não há como saber até que ponto gregos e romanos tentavam descrever aquilo que viam ou estavam apenas a reforçar a importância de valores como disciplina e *constantia*, atribuindo a falta deles ao inimigo. Para reforçar as qualidades de silêncio (ou pelo menos do uso estratégico e inteligente do barulho), ordem e constância, opunha-se à caracterização da ação romana a bárbara: no processo de invenção, para contribuir com a probabilidade da narrativa, recorria-se àqueles pensamentos já conhecidos, à imagem já internalizada – bárbaros barulhentos, marchando em desordem e confusão e extremamente voláteis em suas ações e caráter. A consistência da imagem de povos rotulados diversamente, como é o caso de gauleses e bretões, fossem as informações derivadas de bibliotecas, da observação de áreas limitadas, da tradição mito-poética ou da simples necessidade de um objeto de contraste para as virtudes greco-romanas, deve-se ao uso de lugares-comuns que, no caso da caracterização do modo de fazer guerra, podem ser vistos, entre outras formas/rótulos possíveis, nestes três principais lugares definidos: barulho, desordem e inconstância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem estereotipada de pictos, bretões do norte, celtas e bárbaros de uma forma geral, decorre, em grande parte, dos registros sobre essas populações legados por escritores gregos e romanos. Embora esses considerassem a existência de uma diferença entre os povos habitantes da ilha britânica e aqueles da Gália (e de outras partes da Europa continental), inclusive não os rotulando da mesma forma, os bretões foram, nos últimos séculos, incorporados a esta grande “civilização celta”. O mesmo tem ocorrido com os pictos, embora de forma bem mais tardia e controversa. O rótulo utilizado para se referir a todas essas antigas populações habitantes de grande parte da Europa e das ilhas britânicas, *celtas*, tem sido termo central de uma série de genuínos debates acadêmicos nas últimas décadas. A utilização do termo em meios políticos levou a uma reformulação da história destes povos, sempre adaptada ao momento político em questão, já que a história desta “antiga civilização” tem sido um curinga na naturalização ideológica de comunidades políticas modernas. Por isso mesmo, estas reformulações têm fortes implicações nas identidades contemporâneas, o que corrobora fortemente a pertinência do presente trabalho e de sua investigação sobre aspectos da construção da história desses povos.

Neste sentido, vimos como a língua, tomada enquanto um sinônimo de cultura, foi o fator que levou à equiparação de populações tão distintas e distantes enquanto possuidoras de uma origem comum. A arqueologia, procurando pelas similaridades, classificava e rotulava os achados em termos de um quadro pré-determinado, o que acabou por levar também a um entendimento que equacionava cultura material e grupos étnicos. Além desse apoio da arqueologia nascente, podemos dizer que os lugares-comuns foram um importante fator de influência para a construção dessa história homogeneizante dos celtas, a qual Simon James chama de *história normativa*. No lugar desta, o arqueólogo propõe uma história alternativa, que entende que as similaridades derivaram de traços culturais e estilísticos que estavam migrando do continente para as ilhas (e vice-versa) e não populações inteiras. O que a arqueologia tem revelado nas últimas décadas, especialmente para as populações da ilha britânica, é uma vida social de curta distância e de grande diversidade regional. Acredita-se que eram as diferenças que importavam para essas tradições múltiplas e autônomas: na diferença, elas construía suas identidades. A similaridade derivava do contato e da convergência, e

não de uma origem comum. Se é possível afirmar isso com relação às diferenças dentro da ilha, que dirá da ilha para com o continente e entre os povoados continentais. Legitimadora desta visão é também a desunião entre gauleses e entre bretões, tão presente nas fontes analisadas.

Além da arqueologia a serviço de ideologias agora claras, os lugares-comuns são importantes peças na conformação desta história normativa e homogênea, não somente entre gauleses e entre bretões, mas também na comparação entre eles – já que esta conexão foi feita apenas no século XVII, e não pelos autores clássicos (p. 16, 31). A história retórica, herdeira da escola de Isócrates, entendida enquanto história educadora e moralizante, acabou por influenciar com mais força a composição da escrita da história a partir da composição de um discurso retórico. A primeira parte desta composição, e a mais importante, segundo Cícero, era a *inventio*. Era na *inventio* (invenção) que se buscavam os argumentos favoráveis ao caso que se tinha em mãos. Nas recomendações dos antigos manuais de retórica, estavam a busca pela probabilidade, por pensamentos já conhecidos, uma vez que o auditório seria mais facilmente convencido se conseguisse antecipar o que vinha a seguir. No caso da digressão etnográfica, ou seja, naquele recuo da narrativa no qual se caracterizavam os povos bárbaros sobre os quais se falaria a seguir, excelentes bibliotecas estavam à disposição. Isso explica em grande parte a consistência das descrições legadas a povos que são considerados por essa nova história composta pela arqueologia contemporânea como tão distintos. Política e moral eram as questões que importavam, e não a acuidade de nomes e informações sobre lugares distantes.

Devido a importantes transformações ocorridas no nosso entendimento da disciplina histórica, especialmente com o advento da Virada Linguística, é possível retirar da linguagem aquela definição inocente que a entende como um simples meio de transporte da verdade e da realidade exterior. Em vez disso, a tendência tem sido a de encarar a linguagem enquanto agente estruturador daquilo que consideramos como sendo a realidade. É nessa perspectiva que propus o entendimento e a leitura destas fontes e suas representações do modo de fazer guerra dos bretões do norte. Primeiramente, uma leitura buscando descrições similares atribuídas a populações celtas/gaulesas – ver a consistência, recorrência e similaridade das descrições. Ver esse entendimento à luz das considerações feitas sobre a historiografia grega e romana, mais especificamente, a composição do discurso retórico, a invenção e os lugares-comuns.

Porém, este trabalho não se restringiu a uma análise retórica, porquanto a retórica pode ser vista como uma construção cultural, algo que está firmado em sua sociedade. Por este motivo, analisei as fontes como representações seguindo a definição deste conceito fornecida por Ankersmit. Para este historiador, a representação pode ser entendida como uma operação de três lugares, o que, acredito, relaciona-se intimamente com a maneira conforme a qual a retórica vem sendo vista na atualidade.

Historiadores, poetas, políticos e todos aqueles que desejavam ser assimilados à elite governante de Roma passavam por treinamento e por escolas retóricas. De acordo com Dugan, a retórica fornecia um mapa linguístico e cultural para o mundo romano.<sup>366</sup> Um das razões para isso, é que a retórica pressupunha uma tomada de atitude: era mais que uma prática discursiva, era uma prática social. Da mesma forma, a representação é entendida por Ankersmit como uma prática: já que convida a olhar o mundo ou objeto representado de uma determinada maneira. Na retórica a evidência não basta por si mesma, uma vez que é necessário que o orador leve em consideração seu auditório, e a aceitação ou refutação deste é o que garante validade para o argumento. Da mesma forma, a representação não pode ser compreendida por meio de declarações isoladas, como em tentativas de determinar o grau de veracidade destas. O sentido da representação se dá na totalidade do texto. Não há referência fixa, os bretões e gauleses das fontes analisadas não existem para além de suas representações, tudo que temos, são as maneiras segundo as quais a sua representação nos faz percebê-los: representação e representado coemergem. E, neste estudo em particular, os lugares-comuns configuram um roteiro mais ou menos fixo, provável e amplamente aceito daquilo que se espera do comportamento de um povo considerado bárbaro (pelo menos de um bárbaro que habita o norte do mundo mediterrâneo), sempre um par antitético daquilo que se deseja e que se intenta reforçar na imagem idealizada do *ser* romano.

---

<sup>366</sup> DUGAN, John. Modern critical approaches to Roman Rhetoric. In: DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007, p. 16. Tradução minha.

## BIBLIOGRAFIA

### OBRAS ANALISADAS:

CASSIUS DIO. *Historiae Romanae*. Greek Text. Earnest Cary, Herbert Baldwin Foster & William Heinemann (Ed.), London: Harvard University Press. London, 1914. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0593>. Acesso em: 21 de abril de 2012.

CASSIUS DIO. *Roman History*. Book LXXVII. English translation by Bill Thayer. Disponível em: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius\\_Dio/77\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/77*.html). Acesso em: 13 de abril de 2012.

DIODORUS SICULUS. *Bibliotheca Historica*. Books I-V. Greek text, Immanuel Bekker, Ludwig Dindorf, Friedrich Vogel, Immanuel Bekker, Ed. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0540>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

DIODORUS SICULUS. *The Library of History*. English translation. Loeb Classical Library, 12 volumes. Harvard University Press, 1933 thru 1967. Disponível em: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus\\_Siculus/5B\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus_Siculus/5B*.html). Acesso: 15 de novembro de 2013.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Antiquitates Romanae*. Books I-XX. Greek text, Karl Jaocby Ed. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0572>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Roman Antiquities*. English translation by Earnest Cary in the Loeb Classical Library, 7 volumes. Harvard University Press, 1937 thru 1950. Disponível em: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius\\_of\\_Halicarnassus/home.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius_of_Halicarnassus/home.html). Acesso em: 15 de novembro de 2013.

HERODIAN. *History of the Roman Empire*. Book III.14 English translation by Edward C. Echols. Berkeley and Los Angeles: 1961. Disponível em: <http://www.livius.org/hg/herodian/hre314.html>. Acesso em: 03 de junho de 2012.

T. LIVIVS. *Ab urbe condita libri*. Latin text. The Latin Library. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/liv.html>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

LIVY. *The History of Rome*. English translation. Project Gutenberg. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/author/3707>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

POLÍBIO. *Historias*. Libros I-IV. Traducción española y notas de Manuel Balasch Recort. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

POLYBIUS. *Histories*. Greek text, Theodorus Büttner-Wobst after L. Dindorf, Ed. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0233>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

POLYBIUS. *Histories*. English translation by Evelyn S. Shuckburgh. London, New York: Macmillan, 1889. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0234>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

P. CORNELI TACITI. *Agricola*. The Latin Library. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.agri.shtml>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2014.

TÁCITO. *Vida de Julio Agrícola. Germania. Diálogo de los oradores*. Traducción española de Beatriz Antón Martínez. Madrid: Ediciones Akal, 1999.

TACITUS. *Life of Cnaeus Julius Agricola*. English translation by Alfred John Church e William Jackson Brodribb. Disponível em: <http://www.fordham.edu/halsall/ancient/tacitus-agricola.asp>. Acesso em: 13 de abril de 2012.

#### REFERÊNCIAS CLÁSSICAS:

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3.7 ou 1115b. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret Editora, 2001.

[ARISTÓTELES]. *Retórica a Alexandre*, 7.1428a1. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012.

ARISTOTLE. *Eudemian Ethics*. Aristotle in 23 Volumes, Vol. 20, translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1981.

CICERO. *On Invention. The Best Kind of Orator. Topics*. Loeb Classical Library Np. 386, English and Latin Edition. Translated by H. M. Hubbell. Harvard University Press, 1949.

## REFERÊNCIAS GERAIS E ESPECÍFICAS:

A HISTORY of Scotland – The Last of the Free. Directed and produced by: Sarah Barclay, et. al. London: BBC Worldwide Ltd, 2010, DVD, colour.

ALLEN, Stephen. *Celtic Warrior: 300 BC-AD 100*. Oxford: Osprey Publishing, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

ANKERSMIT, Frank. “Truth in History and Literature”. *Narrative*, 18, n° 1, 2010.

AURELL, Jaume. *Escrita da História: Dos positivismos aos pós-modernismos*. São Paulo: Sita-Brasil, 2010.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGER, Adolf. *Encyclopedic dictionary of Roman Law*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1953.

BOWMAN, Alan K. *Life and letters on the Roman frontier. Vindolanda and its people*. New York: Routledge, 1994.

BREEZE, David. Roman's forces and native populations. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, 115, 1985. p. 223–228. Disponível em: [http://ads.ahds.ac.uk/catalogue/adsdata/arch-352-1/dissemination/pdf/vol\\_115/115\\_223\\_228.pdf](http://ads.ahds.ac.uk/catalogue/adsdata/arch-352-1/dissemination/pdf/vol_115/115_223_228.pdf). Acesso em: 12 de agosto de 2011.

BREEZE, David. Why did the Romans fail to conquer Scotland? *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, 118, 1988. p. 3-22. Disponível em: [http://ads.ahds.ac.uk/catalogue/adsdata/arch-352-1/dissemination/pdf/vol\\_118/118\\_003\\_022.pdf](http://ads.ahds.ac.uk/catalogue/adsdata/arch-352-1/dissemination/pdf/vol_118/118_003_022.pdf). Acesso em: 12 de agosto de 2011.

BREEZE, David & MANN, John C. Ptolemy, Tacitus and the tribes of north Britain. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, 117, 1987. p. 85-91. Disponível em: <http://www.tarbat-discovery.co.uk/Learning%20Files/Ptolemy,%20Tacitus%20and%20the%20Tribes%20of%20North%20Britain.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2011.

CAMPO, Julián Pelegrín. Tradición e innovación em la imagen polibiana del bárbaro. *Studia historica*. Historia antigua, N° 22, 2004, p. 43 – 62.

CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123 – 152.

- CENTURIÃO. Direção: Neil Marshall. Distribuidora: PlayArte Filmes, 2010. 1 DVD (97 min), color, Dolby Digital. Título Original: Centurion.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Ética e estética na música grega: a educação e o ideal da *kalo-kagathía*. *Classica* (Brasil), 24.1/2, 2011, p. 73 – 85.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Guerras, sons e imagens. Iconografia da música no contexto militar na Grécia Antiga. *Limes*, n. 23, 2010, p. 11 – 27.
- CLARKSON, Tim. *The Picts*. A history. Glasgow: Bell & Bain Ltd, 2010.
- CONAN, *O Bárbaro*. Na Terra dos Pictos. São Paulo: Editora Abril Jovem, 1994, n. 23.
- CONNOLLY, Joy. The new world order: greek rhetoric in Rome. In: WORTHINGTON, Ian (ed.). *A companion to Greek rhetoric*. Blackwell Publishing, 2007, p. 139 – 165.
- DENCH, Emma. Ethnography and History. In: MARINCOLA, John (Org.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Blackwell Publishing, 2007, p. 493 – 503.
- DIETLER, Michael. “Our Ancestors the Gauls”: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, New Series, v. 96, n. 3, September 1994, p. 584 – 605.
- DOMINIK, William & HALL, Jon (Eds). *A companion to roman rhetoric*. Blackwell, 2007.
- DUMBAVIN, Paul. *Picts and Ancient Britons: an exploration of pictish origins*. Nottingham: Third Millennium Publishing, 1998.
- EIRE, Antonio López. La influencia de la retórica sobre la historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía. *Talia Dixit*, Revista interdisciplinar de retórica e historiografía, Badajoz, 3, 2008, p. 1 – 32.
- ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- FORNARA, Charles William. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1988.
- FOSTER, Sally M. *Picts, Gaels and Scots*. Early Historic Scotland. Londres: B. T. Batsford Ltd, 2006.
- FRANCHI, Ana Paula. O discurso panegírico e a legitimação do poder no século IV d.C. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007. p. 99-108.

- FRASER, James E. *From Caledonia to Pictland. Scotland to 795*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.
- GANS, Herbert J. Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. In: SOLLORS, Werner (ed). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996, p. 424 – 459.
- GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. (Ed). *Ethnicity, Theory and Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- GREEN, Miranda (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996.
- HAYWOOD, John. *Os Celtas, da idade do bronze aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- HAYWOOD, John. *The Historical Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2009.
- HINGLEY, Richard. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- JAMES, Simon. “Celts, politics and motivation in archaeology”. *Antiquity*, v.72, n. 275, p. 200-209, 1998.
- JAMES, Simon. *The Atlantic Celts. Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 1999.
- JOLY, Fábio Duarte (Org.). *História e retórica*. Ensaaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.
- KENNEDY, George A. Historical survey of rhetoric. In: PORTER, Stanley E. (org.). *Handbook of classical rhetoric in the Hellenistic Period. 330 B.C. - A.D. 400*. Leiden: Brill, 2001, p. 3 – 42.
- KENNEDY, George A. *La retórica clásica y su tradición cristiana y secular, desde la antigüedad hasta nuestros días*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2003.
- KENNEY, E. J. *Latin Literature*. Cambridge University Press, 1982.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAIRD, Andrew. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew (Ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 197 – 213.

- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LEFF, Michael. Commonplaces and Argumentation in Cicero and Quintilian. *Argumentation*, n. 10, 1996, p. 445 – 452.
- LEWIS, Charlton T. & SHORT, Charles. *A Latin Dictionary*; Founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary. Oxford: Trustees of Tufts University, 1879.
- LIMA, Marinalva Vilar de & CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa (Org.). *Estudos Clássicos: Roma*. Série textos didáticos, ano III, vol. 03, nº 03. Campina Grande: EDUFPG, 2013.
- MARQUES, Juliana Bastos. Uma análise dos estudos críticos sobre Tácito. *Alétheia*, jan/dez 2008.
- MCHARDY, Stuart. *Tales of the Picts*. Edinburgh: Luath Press Limited, 2012.
- MEGAW, J. V. S. & MEGAW, M. R. “Ancient Celts and modern ethnicity”. *Antiquity*, v. 70, n. 267, p. 175-181, 1996.
- MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London & New York: Routledge, 1999.
- MENDES, Michel. *Os sentidos da música na Roma Antiga*. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MENDES, Norma Musco. Romanização: A historicidade de um conceito. In: CAMPOS, A. P. et al. (Org.). *Os Impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor & Cultura, 2008. p. 37-52.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MUSTI, Domenico. O pensamento histórico romano. In: CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo & FIARDINA, Andrea (Org.). *O espaço literário da Roma antiga*. Vol 1: A produção do texto. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 187 – 254.
- NIXON, C. E. V. & RODGERS, Barbara Saylor. *In Praise of Later Roman Emperors: The Panegyrici Latini*. Introduction, translation and historical commentary, with Latin text of R. A. B. Mynors. Oxford: University of California Press, 1994.
- OLIVER, Neil. *History of Scotland*. London: Orion Publishing Group Ltd, 2011.
- OLIVIERI, Filippo L. A guerra entre os celtas: da arrogância ao estupro. In: Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

PEIXOTO, Pedro Vieira da Silva. Dois momentos da historiografia antiga sobre os "barbarói": do distante ao próximo. In: I Congresso Internacional de religião, mito e magia no Mundo Antigo & IX Fórum de debates em história antiga. Anais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de estudos da antiguidade, 2010, p. 283 - 295. Disponível em: <http://www.nea.uerj.br/Anais/coloquio/pedropeixoto.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2012.

PERELMAN, Chain & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *The new Rhetoric: a treatise on argumentation*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1969.

RAMOS, Jorge A. López. Excursus, etnografía y geografía: un breve recorrido por la tradición historiográfica antigua (de Heródoto a Amiano Marcelino). *Nova Tellvs*, 26, 1, 2008, p. 259 – 319.

RANCE, Philip. War Cry. In: BOHEC, Yann Le (Ed.). *The Encyclopedia of the Roman Army*. John Wiley & Sons, Ltd, 2013.

REBOUL, Olivier. *Introdução a Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ROBINSON, Paul. *Military Honour and the Conduct of War. From Ancient Greece to Iraq*. Abingdon: Routledge, 2006 (Taylor & Francis e-Library, 2006).

SACO, Julio López. Monstruosidad y selvajismo: trazas míticas en el marco de la racionalidad griega antigua. *Praesentia*, 14, 2013, p. 1 – 21.

SANTOS, António Ramos & VARANDAS, José (Coord.). *A guerra na antiguidade III*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 6, dezembro de 2011, p. 27 – 53.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Forma e Narrativa - uma reflexão sobre a problemática das periodizações para a escrita de uma história dos celtas. *Nearco*, n. I, Ano VI, 2013, p. 203 – 228.

São Gildas. *A Destruição Britânica e sua Conquista* (c. 540-546), II.19. Tradução de Bruno Oliveira sob coordenação de Ricardo da Costa. Disponível on-line em: <http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/destruicaobritanica.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SMITH, Barbara Herrnstein. *Crença e resistência: A dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2002.

SOUTHGATE, Beverly. *History: What and Why? Ancient, modern and postmodern perspectives*. New York: Routledge, 1996 (Taylor & Francis e-Library, 2003).

THRONE, James. Battle, Tactics, and the Emergence of the *Limites* in the West. In: ERDKAMP, Paul (Org.). *A Companion to the Roman Army*. Blackwell Publishing, 2007, p. 218 – 234.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros. Para além do choque das civilizações*. Petrópolis, Editora Vozes: 2010.

URECHE, Petru. The soldier's morale in the roman army. *Journal of Ancient History and Archeology*, n. 1.3, 2014, p. 3 – 7.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1994, v. 1.

BISPHAM, Edward (Ed.). *Europa Romana*. Oxford: Oxford University, 2009.

WIEDEMANN, T.E.J. “Between men and beasts: Barbarians in Ammianus Marcellinus”. In: MOXON, I.S.; SMART, J.D. & WOODMAN, A.J. (eds.). *Past Perspectives. Studies in Greek and Roman historical writing*. Cambridge, 1986, p. 189-201.

WISEMAN, T. P. Practice and theory in Roman Historiography. *History*, Vol. 66, Issue 218, 1981, p. 375 – 393.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. London & New York: Routledge, 1988.

#### RECURSOS ELETRÔNICOS:

CELTIA: a Pan-Celtic monthly magazine. Disponível em: <https://archive.org/details/celtiapancelticm01celtuoft>. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

DESKFORD CARNYX - National Museums Scotland: [http://www.nms.ac.uk/highlights/objects\\_in\\_focus/deskford\\_carnyx.aspx](http://www.nms.ac.uk/highlights/objects_in_focus/deskford_carnyx.aspx). Acesso em 11 de março de 2014.

E-Dicionário de termos literários. <http://www.edtl.com.pt/>. Acesso em: 11 de outubro de 2012.

Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

## APÊNDICE A – Tabela informativa

AUTOR E OBRA	CONTEÚDO	LOCAL, PERÍODO E POPULAÇÃO RETRATADOS
<p>TÁCITO - <i>Vida de Júlio Agrícola</i></p> <p>Latim: <i>De vita Julii Agricolae</i></p>	<p>Escrita por volta do ano 98 e.c., a obra relata a vida de Cneu Júlio Agrícola, sogro do autor, que foi governador da província da <i>Britannia</i> por volta dos anos 77 e 84. Trata-se de um elogio fúnebre tardio no qual o governo de Agrícola na <i>Britannia</i> é relatado, pois foi durante esse período que ele obteve os maiores êxitos de sua carreira. Nesta obra, Tácito nos apresenta o grande inimigo que o general e governador enfrentou na província: a confederação da Caledônia.</p>	<p>* Norte da Ilha Britânica: Caledônia * Século I e.c. * Bretões do Norte (confederação da Caledônia)</p>
<p>HERODIANO - <i>História do Império após a morte de Marcos</i>, Livro III, sessão 14</p>	<p>Historiador grego que viveu entre fins do século II e meados do III, sua obra trata dos reinados de Cômodo a Gordiano III, na qual os bretões do norte são brevemente retratados no livro III, em que o autor relata a expedição britânica de Severo (entre os anos 208 e 210).</p>	<p>* Ilha Britânica * Início do século III e.c. * Bretões do norte</p>
<p>DIÃO CÁSSIO - <i>História Romana</i>, Livro LXXVII</p> <p>Grego: <i>Romaika</i></p>	<p>Escrita em grego entre os anos de 211 e 233, a obra completa cobre a história romana por um período de aproximadamente 1.400 anos, começando com a chegada do lendário Aeneas na Itália (c. 1200 a.e.c.), passando pela fundação mitológica de Roma em 753 a.e.c., chegando até os eventos históricos de 229 e.c. O livro LXXVII, que aborda o décimo aniversário da ascensão de Sétimo Severo ao poder (ano 203?), é um epítome elaborada pelo monge do século XI, John Xiphilinus. A obra traz uma breve digressão etnográfica sobre os bretões do norte antes do relato da campanha lutada pelos mesmos contra Severo (a mesma relatada por Herodiano). Há ainda duas breves menções nos livros LXVI, 20.2-3 e LXXVI, 5.</p>	<p>* Norte da Ilha Britânica * Início do século III e.c. * Bretões do norte (Caledônios e Maeatae)</p>
<p>DIONÍSIO DE HALICARNASSO - <i>Das Antiguidades Romanas</i>, Livros XIII e XIV</p> <p>Grego: <i>Rhōmaïke archaiologia</i></p>	<p>Grande admirador de Roma e consciente da falta de uma obra séria sobre suas origens para os gregos, Dionísio escreveu <i>Das antiguidades romanas</i>, entre os anos 30 e 8 a.e.c., obra que percorre a história de Roma desde seu princípio até a Primeira Guerra Púnica, marco que dá início à <i>História</i> de Políbio. O livro XIII, que se encontra em fragmentos, fala sobre ocorridos com o ditador Marco Fúrio Camilo, como seu exílio, e a invasão gálica de 386 a.e.c. a Roma. O livro XIV traz digressões geográfica, genealógica e etnográfica sobre os celtas, antes de um relato sobre o enfrentamento entre estes e o exército liderado por Camilo em uma nova invasão gaulesa em 367 a.e.c.</p>	<p>* Invasões gaulesas à Roma * Início do século IV a.e.c. * Gauleses (<i>Keltoi</i>)</p>

<p>DIODORO SÍCULO – <i>Biblioteca Histórica</i>, Livro V</p> <p>Grego: <i>Bibliothēkē</i></p>	<p>Historiador grego que viveu no tempo de Júlio César e Augusto, é autor de uma história universal, <i>Bibliothēkē</i>, que retrata as origens míticas de Roma até as últimas décadas da República. Escrita entre os anos 60 e 30 a.e.c., a obra completa era composta por 40 livros em língua grega. Destes, somente os livros 1-5 e 11-20 permaneceram praticamente intactos. O nome <i>Biblioteca</i> deve-se ao fato de que sua elaboração contou com a compilação de fontes antigas. Entre os autores identificados está Políbio. Os primeiros seis livros tratam da histórica mítica das populações helênicas e bárbaras até a destruição de Tróia. No livro V, dentre essas gentes retratadas, estão os gauleses. Neste livro encontramos um rico relato sobre sua terra, clima, costumes, vestimentas, fisionomia, mulheres, etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Gália (<i>Galatia</i>)</li> <li>* Não datado</li> <li>* Gauleses (<i>Galatai</i>)</li> </ul>
<p>TITO LÍVIO – <i>A História de Roma</i>, Livros V, VII e X.</p> <p>Latim: <i>Ab Urbe Condita Libri</i></p>	<p>Tito Lívio compôs uma vasta história, escrita durante o governo de Augusto, composta por 142 livros, na qual relata a história romana desde sua fundação, ano 753 a.e.c., até o início do primeiro século da nossa era. O livro V trata sobre a invasão gaulesa à Roma em 386 a.e.c. Os livros VI a X abordam as guerras Samnitas. Dentro deste grande tópico encontram-se os livros VII e X, selecionados para a análise. Nestes dois livros, os gauleses são mencionados e/ou retratados diversas vezes por terem entrado em conflito com os romanos.</p>	<p>Livro V: * Invasão gaulesa à Roma * Início do século IV a.e.c. * Gauleses (<i>Gallus</i>)</p> <p>Livros VII e X: * Guerras Samnitas – ao norte de Roma * Entre meados do século IV e início do século III a.e.c.</p>
<p>POLÍBIO - <i>Histórias</i>, Livro II.</p> <p>Grego: <i>Historíai</i></p>	<p>A obra de Políbio narra a história do mundo Mediterrâneo entre os anos 220 a 146 a.e.c., período ao qual o autor é contemporâneo, tendo inclusive presenciado alguns dos acontecimentos registrados<sup>367</sup>. O propósito da obra seria explicar ao mundo grego as razões da ascensão romana e do sucesso de sua estrutura política, social e militar. O livro II é desenvolvido em quatro tópicos que servem de introdução para o período no qual se concentra a obra. São eles: (i) a expansão cartaginesa na Espanha, (ii) o primeiro empreendimento romano na Ilíria, (iii) a história da Grécia e (iv) a conquista do norte da Itália. Neste último, encontramos um excuro sobre a geografia e os recursos do norte da Itália e de seus habitantes celtas, além de um resumo das diversas invasões gaulesas à Itália.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Norte da Itália e invasões gaulesas até o território romano.</li> <li>* Início do século IV a fins do século III a.e.c.</li> <li>* Gauleses (<i>Galatai</i>)</li> </ul>

<sup>367</sup> Políbio acompanhou o general romano, Cipião, quando este testemunhou a destruição de Cartago, em 146 a.e.c. Cf.: MARQUES, Juliana Bastos. Políbio. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). *História e retórica*. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007, p. 48.

## APÊNDICE B – Tabela de referências

OBRA	REFERÊNCIA
TÁCITO <i>Vida de Júlio Agrícola</i>	<p>1) Texto latino: P. CORNELI TACITI. <i>Agricola</i>. The Latin Library. Disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.agri.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.agri.shtml</a>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2014.</p> <p>2) Tradução para a língua espanhola: TÁCITO. <i>Vida de Julio Agrícola. Germania. Diálogo de los oradores</i>. Traducción de Beatriz Antón Martínez. Madrid: Ediciones Akal, 1999.</p> <p>3) Tradução para a língua inglesa: TACITUS. <i>Life of Cnaeus Julius Agricola</i>. Translated by Alfred John Church e William Jackson Brodribb. Disponível em: <a href="http://www.fordham.edu/halsall/ancient/tacitus-agricola.asp">http://www.fordham.edu/halsall/ancient/tacitus-agricola.asp</a>. Acesso em: 13 de abril de 2012.</p>
DIÃO CÁSSIO <i>História Romana</i> Livro LXXVII	<p>1) Texto grego: CASSIUS DIO. <i>Historiae Romanae</i>. Greek Text. Earnest Cary, Herbert Baldwin Foster &amp; William Heinemann (Ed.), London: Harvard University Press. London, 1914. Disponível em: <a href="http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0593">http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0593</a>. Acesso em: 21 de abril de 2012.</p> <p>2) Tradução para língua inglesa: CASSIUS DIO. <i>Roman History</i>. Book LXXVII. Traduzido por Bill Thayer. Disponível em: <a href="http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/77*.html">http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/77*.html</a>. Acesso em: 13 de abril de 2012.</p>
HERODIANO <i>História do Império após Marco Aurélio</i> Livro III.14	<p>1) Tradução para a língua inglesa: HERODIAN. <i>History of the Roman Empire</i>. Book III.14 Translated by Edward C. Echols. Berkeley and Los Angeles: 1961. Disponível em: <a href="http://www.livius.org/he-hg/herodian/hre314.html">http://www.livius.org/he-hg/herodian/hre314.html</a>. Acesso em: 03 de junho de 2012.</p> <p>*A obra de Herodiano é a única a qual não tive acesso ao texto em idioma original.</p>
DIONÍSIO DE HALICARNASSO <i>Das Antigüidades Romanas</i> Livros XIII e XIV	<p>1) Texto grego: <a href="http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0572">http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0572</a>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.</p> <p>2) Tradução para língua inglesa: <a href="http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius_of_Halicarnassus.html">http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius_of_Halicarnassus.html</a>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.</p>
DIODORO SÍCULO <i>Biblioteca Histórica</i> Livro V	<p>1) Texto grego: <a href="http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0540">http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0540</a>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.</p> <p>2) Tradução para a língua inglesa: <a href="http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus_Siculus/5B*.html">http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus_Siculus/5B*.html</a>. Acesso: 15 de novembro de 2013.</p>
TITO LÍVIO <i>A História de Roma</i> Livro V, VII e X	<p>1) Texto latino: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/liv.html">http://www.thelatinlibrary.com/liv.html</a>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.</p> <p>2) Tradução para língua inglesa: <a href="http://www.gutenberg.org/ebooks/author/3707">http://www.gutenberg.org/ebooks/author/3707</a>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.</p>
POLÍBIO <i>Histórias</i> Livro II	<p>1) Texto grego: <a href="http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0233">http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0233</a>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.</p> <p>2) Tradução para língua inglesa: <a href="http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0234">http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0234</a>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.</p> <p>3) Tradução para a língua espanhola: POLÍBIO. <i>Historias</i>. Libros I-IV. Traducción y notas de Manuel Balasch Recort. Madrid: Editorial Gredos, 1981.</p>